

### **3. A construção de Jaguarão**

#### **3.1. Ocupação, defesa e consolidação de uma fronteira: 1803 - 1832**

#### ***Uma fundação tardia***

No fim da época colonial, período em que o Brasil foi colônia portuguesa, vai se formar uma rede de vila e cidades na fronteira sul-brasileira, na qual estará inserida a Jaguarão. Nestes momentos ainda era ainda um pequeno povoado em formação cuja origem se atribui à existência de uma Guarda Militar instalada naquela zona de fronteira.

A história desta cidade basicamente acompanha a história urbana do Rio Grande do Sul; um processo de ocupação tardio, quando comparado com o resto da Colônia; uma posição de zona de fronteira; a constante prontidão militar e sua localização periférica, entre outros aspectos relevantes.

Por sua fundação tardia, a história desta cidade ocupa pouco espaço dentro do período "Colonial", fato que não lhe retira importância, pelo contrário, pois justamente nesta época é que se forma o caráter da cidade e se estabelecem as bases do seu desenvolvimento e da sua região: a questão militar, a criação de gado e o comércio (legal e ilegal). Estes serão os principais suportes econômicos que garantirão uma acumulação de recursos, tendo como pano de fundo deste cenário, sua localização de fronteira periférica, com as particularidades próprias destes lugares.

No período subsequente, após a emancipação política do Brasil, será o momento de consolidação da cidade,

superando crises e marcando importante presença na Província Rio-grandense. No jogo dinâmico da história urbana de Jaguarão, algumas regras se alteram, agentes responsáveis pelo crescimento mudam posições de importância, mas a base do seu desenvolvimento, estabelecida no período anterior, não será afetada.

Durante este período em que o Brasil ainda permanece na condição de colônia portuguesa, praticamente toda região do extremo sul do território brasileiro será ocupada, os limites políticos definidos, haverá um aumento significativo de população, o comércio se desenvolverá, a criação de gado se organiza e logo se implantará o primeiro plano urbanístico da cidade, iniciando a distribuição de lotes. Este crescimento justifica que a povoação logo seja elevada a categoria de Vila e, após superar uma crise profunda durante o período de guerra civil, alcançar o status de cidade, num momento de intenso crescimento da região.

O século 19 foi o período de desenvolvimento da região, fundamentado na produção do gado, no comércio (legal e ilegal), em atividades subsidiárias que surgiram na região, como o cultivo do trigo e o de uvas (efêmero). A produção de charque na região também teve papel importante na economia local. Se em Jaguarão não se desenvolveu um número grande desta indústria, seu gado abasteceu as charqueadas da região, principalmente dos municípios de Pelotas e Bagé. Este desenvolvimento ocorreu ao lado de crises constantes, resultado das contradições entre os interesses da Coroa portuguesa (depois Império do Brasil),

dos criadores e dos charqueadores, principalmente em função de preços, taxas e impostos.<sup>68</sup>

### ***Bases iniciais do desenvolvimento: distribuição de terras e Guarda de Fronteira***

Desde 1789 as autoridades portuguesas começaram a conceder terras ao sul do rio Piratini até a costa do rio Jaguarão. Tanto sob a forma de “cartas de sesmaria” como também através de simples doação, quando se tratava de pequenas extensões (menos de 1 léguas). Em seu precioso trabalho sobre as origens de Jaguarão, o historiador Costa Franco apresenta vários requerimentos e processos existentes no Arquivo Histórico do Estado, sobre estes momentos iniciais de povoamento das terras existentes entre o rio Piratini e o rio Jaguarão<sup>69</sup>. Jaguarão no final do séc.18 era apenas uma "Guarda de fronteira"<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> Pereira da Cruz, Glenda, *Pelotas espaço construído no início da República*, in *Urbanismo no Rio Grande do Sul*, org. Günter Weimer, Porto Alegre:Ed.UFRGS, 1992. p. 111.

<sup>69</sup> Franco, Sergio da Costa, op. cit. p. 11: “que neste Continente todos os habitantes a quem os senhores governadores concedem datas de terra que não passem de léguas, não são obrigados a tirar carta de sesmaria, mas antes se consideram havidos e reconhecidos por legítimos donos de ditas datas, das quais livremente usam, compram e vendem, passando delas públicas escrituras por força do título por que lhe são conferidas.”

<sup>70</sup> "Guarda de fronteira" era um acampamento militar avançado, de estrutura simples, sem complexidades construtivas.

com pouco mais de 250 soldados, que ao final do século. 19, estará transformada numa cidade com 12.172 habitantes<sup>71</sup>.

Com o término da Guerra entre Portugal e Espanha em 1802, o período de paz que reinou na fronteira até 1811, dirigiu as ações dos militares para atividades pastoris e comerciais da região. Foram estas forças militares os pontos de partida para a povoação. Este momento de tranquilidade nas margens do rio Jaguarão marcou início de uma nova etapa, surgindo concretas possibilidades para o desenvolvimento de uma povoação.

A partir de 1803, aparecem vários indícios que revelam a formação de um povoamento na região. O Comandante da Guarda da Fronteira mandava participar ao governador da Capitania "estarem muitas pessoas povoando o campo reivindicado na ocasião da guerra, em toda a extensão do rio Jaguarão".<sup>72</sup>

De acordo com os registros conhecidos de marcas de gado, em 1807, muitos criadores já estavam estabelecidos "ao sul do rio Piratini". Estas pessoas seriam as primeiras ocupantes dos campos e criadoras de gado na região de Jaguarão<sup>73</sup>.

No que se refere à aglomeração de pessoas que dará origem à cidade, até 1810, o comando da Fronteira do Rio Grande não consentia que se formasse povoação junto à

---

<sup>71</sup> fonte: FEE, op.cit.

<sup>72</sup> Franco, op.cit., p.31

<sup>73</sup> Franco, op.cit., p.33

Guarda do Serrito. Exemplos referentes a certas solicitações de cidadãos, para legalização dos lotes ocupados por suas casas são muito eloqüentes. É o caso dos comerciantes Francisco José Rodrigues Fontes e Antônio José de Leivas, que em suas petições obtiveram parecer desfavorável do comandante da Guarda, Manoel Marques de Souza, conforme correspondência do Comandante ao Governador D. Diogo de Souza, datada de 17 de março de 1810.<sup>74</sup>

"Naquela Guarda não se tem consentido formar povoação, por ser sobre o rio que divide os limites, muito imediato à guarda espanhola e por isso muito exposto o lugar; unicamente se conservam viandeiros estabelecidos para fornecer a tropa...À vista pois do expressado, conhecerá V. Excia. se convém formar povoação naquele sítio para o dito Fontes e Leivas obterem a concessão do terreno para casas, que solicitam".

Apesar desta posição oficial do Comando, a presença da "Guarda" e a vizinhança com o território da Banda Oriental, eram fatores estimulantes à formação de um núcleo. Desta forma a povoação vai se configurando em áreas próxima a fortificação. Um grupo de pequenos comerciantes, conhecidos por "viandeiros" que abasteciam soldados, oficiais e a população dispersa no meio rural, se estabelece em "ranchos" com pequeno comércio aproveitando-se também da demanda que se cria com os de viajantes que

---

<sup>74</sup> Franco, op.cit.p.35

cruzavam a fronteira pelo rio Jaguarão. Como foi visto, desde 1789, desobedecendo ao tratado de 1777, a Coroa portuguesa vinha distribuindo terras (cartas de sesmarias) abaixo do rio Piratini, empurrando seus domínios na direção sul e oeste.

Observa-se que já neste momento, ocorre uma situação que se repetirá durante os anos de formação desta cidade: dois tipos de comportamento frente aos "vizinhos do outro lado": por parte da população local, existe de fato uma evidente aproximação, seja através do comércio, como por laços familiares, ou ainda pelos interesses comuns na produção pecuária, ou seja, na forma semelhante de vida que levavam, inclusive com as mesmas dificuldades de sobrevivência, no mesmo isolamento. De outra parte, o setor oficial da povoação representado por militares e autoridades ligadas ao poder central, as ações terão o tom de preocupação próprio dos conquistadores, marcado pela constante vigilância para manutenção dos territórios ocupados, ou mesmo pela possibilidade do avanço de suas posses.

A questão referente à posição geográfica de Jaguarão na "linha" de fronteira será um elemento influente em todas as etapas de desenvolvimento desta cidade. Desde sua origem, quando era apenas uma frente avançada de posição militar, como na fase seguinte, na consolidação e estruturação deste território ocupado.

### ***Dificuldades iniciais para formação do núcleo urbano***

Considerando-se que a tropa de soldados formava a base da povoação naqueles primeiros momentos, a correspondência do Comandante solicitando auxílio ao Governador da Província em 14/11/1801, ilustra com clareza a triste realidade cotidiana dos primórdios da formação do povoado:

"Meu Brigadeiro Governador, se eu soubesse retórica poderia fazer a V. Sa. uma mais configurada pintura do lamentável estado e redução em que está quase toda esta tropa, resistindo sem socorro algum há quase um ano em atual serviço de campanha, a cavalo, que estraga tudo, no mato, e entre macegas orvalhadas, etc. Não lamento ver com os pés nus e no chão, mas sim, meu Sr., sem camisa, sem calças, e só embrulhados em um maltratado e velho ponche bixará à cintura, e constantes a todo o serviço. Não se esqueça V.S.a. deles"<sup>75</sup>

Apesar disto, em 1803, cresce o número de pequenas construções e de "viandeiros" - fornecedores de víveres à tropa - fixados nas margens do rio, com seu pequeno comércio estimulado pela presença da tropa, de um

---

<sup>75</sup> Franco, op. cit., p. .27

número crescente de lavradores e criadores, mais a vizinhança do território da Banda Oriental.

Por outro lado, ainda em 1810, a perspectiva de crescimento de um núcleo urbano preocupava o Comandante da Guarda, que em correspondência ao governador da Capitania, esclarecia sua posição frente algumas solicitações feitas por comerciantes do povoado, pedindo a posse dos terrenos onde tinham edificado suas casas.

"...por ser o rio que divide os limites, muito imediato à guarda espanhola, e por isso muito exposto ao lugar; unicamente se conservam os viandeiros estabelecidos para fornecer a tropa.<sup>76</sup>

Pela análise do documento acima, se conclui que o Comando tinha preferência que a formação do núcleo urbano se localizasse mais afastada da guarda espanhola, portanto longe da margem do rio Jaguarão. Porém o núcleo continua crescendo naquele sitio certamente pelas potencialidades geradas pela própria dinâmica da região, que estimulava uma intensa circulação de pessoas potencializando um crescimento do comércio, facilitado pelo porto do rio.

Em 1810 a povoação já estava consolidada. A margem portuguesa por sua densidade e constância, contrastava com o lado espanhol, fazendo o comandante de Melo (cidade mais próxima a Jaguarão do lado Oriental), Joaquim de Paz, escrever à Junta de Buenos Aires:

---

<sup>76</sup> Franco, op. cit., p.39

"...las treinta léguas de campo que intermedian desde la barra del rio Yaguarón en la Laguna Mini hasta las puntas del Rio Negro se hallan pobladas de Estancias en toda su comprensión, y a más con tres Puestos Militares a las márgenes del citado Yaguarón".<sup>77</sup>

Desta forma o território estava conquistado, e a fronteira ocupada. No ano seguinte, em 1811, foi iniciada a concessões de terrenos urbanos na Guarda.

### ***Primeiras Iniciativas oficiais: a distribuição de terrenos urbanos***

Sabe-se que desde 1809 existia um "Plano para a organização da Tropa de Linha na Capitania de Rio Grande de São Pedro", elaborado pelo ministro Rodrigo de Souza Coutinho, ou Visconde de Linhares, que pretendia fixar um dos esquadrões do Regimento de Dragões na Fronteira de Jaguarão e no mesmo local, formar povoação:

"...construção de quartéis de pau-a-pique<sup>78</sup> nos lugares escolhidos, para servirem enquanto se

---

<sup>77</sup> García, Flávio, *Los Campamentos Españoles del Rio Yaguarón*, Montevideo: Imp. Nacional, 1965, p. 51.

<sup>78</sup> Pau-a-pique: técnica construtiva que utiliza um engradamento de varas perpendiculares e equidistantes, vedadas com barro (atirado com as mãos, simultaneamente, pelas duas faces) para servir como muro ou parede.

não determina que se proceda a fazer quartéis mais estáveis e das Povoações que deverão nascer deste arrançamento...".<sup>79</sup>

Este Plano não chegou a ser executado, mas demonstra o desejo do Governo Central em incentivar a fundação do povoado.

Durante o período no qual o Brasil foi colônia portuguesa, toda área desocupada do território era propriedade da Coroa. Durante o Império, as terras passaram ao Imperador, que era afinal quem detinha direito a conceder a posse das glebas. Para agilização dos processos, aos Governadores das Províncias eram delegados parcialmente estes poderes, pois a última decisão para seu deferimento continuava em domínio do Imperador.

Contudo, eram comuns as doações para protegidos, altos funcionários ligados a Corte, e também para militares graduados. Esta pode ter sido uma das razões pela qual muitas terras eram abandonadas e outras que sequer chegavam a ser ocupadas por seus "proprietários".

Para obtenção de um lote urbano ou suburbano os trâmites do processo eram os mesmos que para as propriedades rurais, sempre a partir de uma solicitação fundamentada ao representante do Governo na povoação. No caso de Jaguarão, enquanto a povoação não foi elevada a categoria de Vila, a maior autoridade local era o Comandante da Guarda, que opinava sobre a petição e a encaminhava ao Governador da Província.

---

<sup>79</sup> Franco, op.cit., p. p41

Datam de 1811 as primeiras concessões de terrenos urbanos na Guarda do Serrito. Foram realizadas por Dom Diogo de Souza, que governou a Capitania no período de 1809 a 1814, e comandou a campanha "pacificadora" de 1811/12, que adentrou pela Banda Oriental com o propósito de defender os interesses espanhóis contra as lutas para a independência das Províncias do Rio da Prata. Estas solicitações de terrenos foram encaminhadas pelos comerciantes mais antigos estabelecidos na região. Desde o início da povoação, as solicitações mais frequentes de lotes, se concentravam nas ruas "do Fogo" (chamada depois "do Comercio" ") e na rua "da Praça". Desde este primeiro momento, irá se definindo espacialmente a concentração comercial da cidade, um dos pilares que sustentará o desenvolvimento da cidade.

Neste mesmo ano de 1811, após algumas concessões fornecidas pelo Governador D. Diogo de Souza, este processo de distribuição ficou suspenso até 1813. O motivo para esta decisão foi que esta imensa área correspondente a Estância Real do Serrito, onde em uma parte estava se formando a povoação, fora objeto de uma doação do príncipe-regente *D. João* à Baronesa de Magé, esposa de um de seus protegidos vindos de Portugal, *Matias Lobato*. Em 1811, o Barão empreendeu diligências no sentido de obter a posse da gleba, até aí arrendada a *José Pereira da Fonseca*.

A suspensão das distribuições de lotes com certeza deve ter contribuído para desanimar aquela população, para qual não faltavam dificuldades, causada pela distância dos

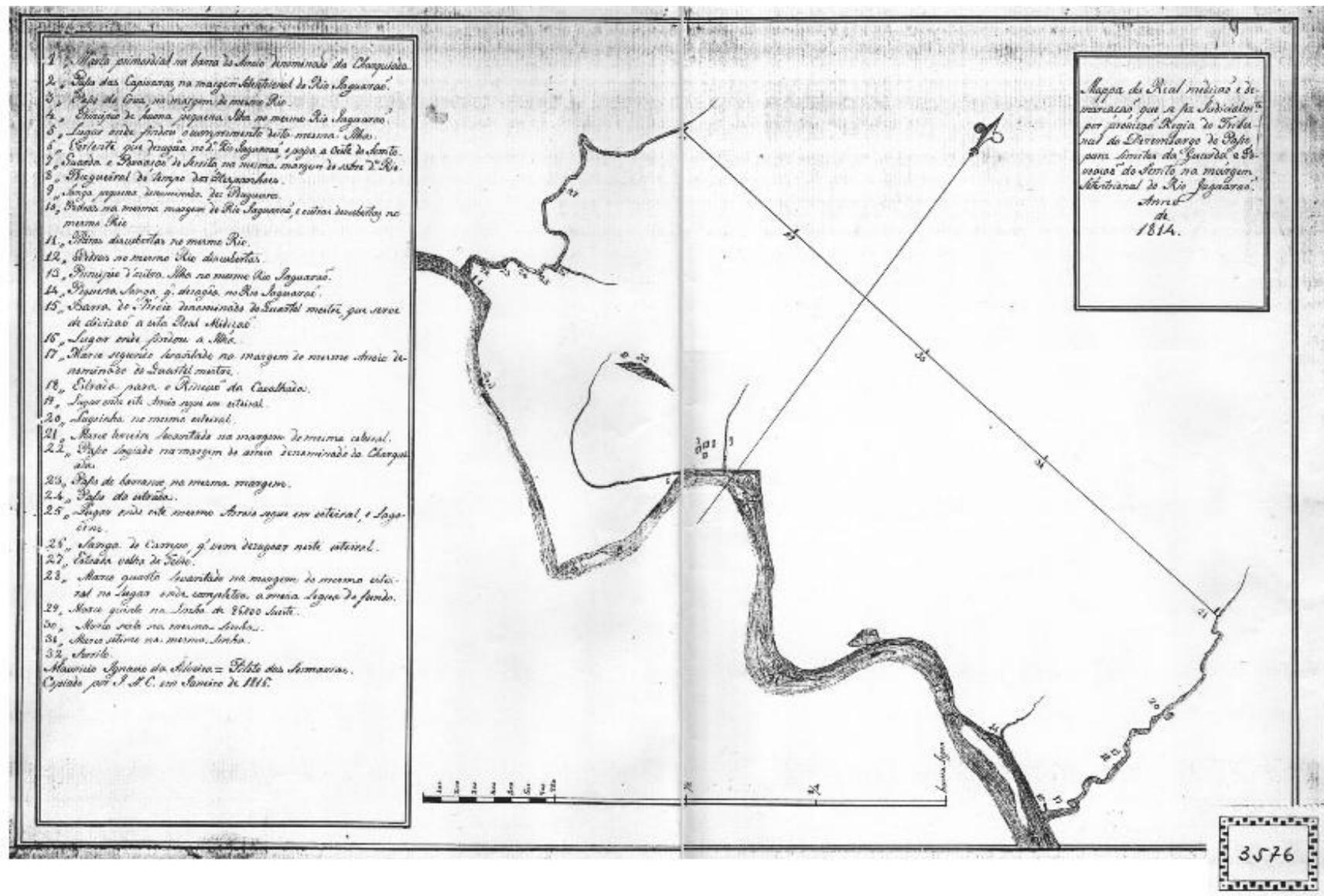


Fig. 25: Mapa da divisão da terra para a povoação (1814)

Patrimônio da Municipalidade, doado pela Viscondessa de Magé

centros mais importantes e do isolamento próprio das zonas periféricas, mas que não desistia de sua intenção de permanência naquela terra, e para isto buscava estratégias de sobrevivência que viabilizassem este intento.

Neste período pode-se fazer uma aproximação ao que seria a povoação em alguns aspectos, aproveitando as memórias escritas de viajantes, que percorriam a região. Uma destas descrições corresponde justamente a do Sr. José Antônio da Silva Casado, representante do Barão, que visitou a Guarda do Serrito e expediu ao Governador da Capitania um precioso relato que permite fazer uma idéia aproximada do que era a povoação de Jaguarão naquele ano de 1811. Por este documento do procurador da Sra. Baronesa, a povoação já contava com 32 casas, alguns posseiros autorizados pelo arrendatário, dezessete "intrusos", além evidentemente dos oficiais e soldados da guarda.

Logo após a "visita" do procurador dos donatários da Estância do Serrito, o bispo do Rio de Janeiro, Dom José Caetano da Silva Coutinho, cuja jurisdição eclesiástica se estendia por todo o sul do Brasil, propõe a formação de novas "freguesias"<sup>80</sup> na Província de São Pedro de Rio Grande e sua justificativa é muito significativa. É outro documento da mesma época que descreve aspectos importantes daquela pequena aglomeração:

"Proponho para nova Freguesia todo o distrito do Sul do Arroio Grande, e compreendido entre

---

<sup>80</sup> Freguesia é o distrito de uma Paróquia.

a Lagoa Merim, o Rio Jaguarão, a Fronteira Espanhola, e os limites da Freguesia da Conceição do Piratinim, o que ocupa um espaço pouco mais ou menos de dez léguas de largo, de Leste a Oeste, e vinte léguas de comprimento, de Norte a Sul; e aonde creio que existem já hoje três para quatro mil habitantes. ....é o mais acompanhado de moradores, o mais fértil, e mais bem disposto para o estabelecimento das Charqueadas, e próximo ao Rio Jaguarão para facilitar a exportação dos seus gêneros, e por tudo isto promete a mais rápida população."<sup>81</sup>

Os entraves para distribuição de lotes urbanos gerados pela reclamação da Baronesa de Magé, foram resolvidos por uma Resolução Régia do Príncipe em 24 de março de 1813, que mandou separar o território destinado especificamente à povoação da Guarda do Serrito. Para resolver a angústia dos moradores que reclamavam terrenos para edificar, faltava apenas a medição oficial, que foi realizada em 13 de janeiro de 1814.

Solucionada a questão da propriedade da terra, o governo da capitania começa a conceder também chácaras suburbanas de pequena extensão, em torno de 200 por 400 braças. A localização preferida era próxima ao rio, ou arroios.<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> Franco, op. cit. P.42

<sup>82</sup> Em sua investigação, Sergio da Costa Franco relaciona uma série destes requerimentos de lotes na periferia de Jaguarão, que se

### **De "Arraial" a "Freguesia": indícios de crescimento**

No Brasil do período colonial, as pequenas povoações que permaneciam ainda quase que em estado campestre, sem qualquer organização política, eram denominadas "arraiais".

Jaguarão se enquadrava parcialmente a este conceito, pois desde os primeiros momentos de sua vida comunitária havia um controle exercido pelos militares da Guarda. Um comando provavelmente mais preocupado com as atividades militares e a defesa do território do que com a gestão pública, o que não implica na inexistência de alguma atividade de ordem administrativa do povoado.

Como foi colocado anteriormente, o papel administrativo desempenhado pela igreja no período colonial foi extremamente importante, pois as primeiras divisões territoriais e o reconhecimento oficial de comunidades, dava-se em termos da instituição de capelas, capelas curadas, freguesias e, posteriormente, vilas e cidades, que tinham um significado de divisão territorial mais amplo, caracterizando de certa forma um município<sup>83</sup>.

Com o crescimento do núcleo, impulsionado pela movimentação militar, comércio e a criação do gado, não tardou para que sua situação de simples povoado, ou "arraial", sofresse transformações. Em 31 de janeiro de

---

encontram arquivados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Franco, op.cit., p.42

<sup>83</sup> Pereira da Cruz, op.cit.,p.111

1812, através de Resolução Régia do Príncipe Regente, foi criada a freguesia que viria chamar de Espírito Santo de Jaguarão.

Este fato ocorreu como parte de um projeto de extensão da igreja católica pelo sul do Brasil. Até então, na região do extremo sul brasileiro existia apenas a freguesia de São Pedro de Rio Grande. Com este plano do bispo do Rio de Janeiro, a cuja jurisdição pertencia este território, esta freguesia se dividia formando mais três novas: as de Pelotas, de Canguçu e da futura Jaguarão.

Esta proposta foi enviada ao Príncipe Regente, acompanhada da justificativa de que a região próxima ao rio Jaguarão estava bastante povoada, a terra era fértil e mais bem disposta para o estabelecimento das Charqueadas. Por outro lado a proximidade do rio facilitaria a exportação dos seus gêneros, e que por estas razões "...prometia ser a mais rápida e florente população da região..."<sup>84</sup>

A "Freguesia", como distrito de uma paróquia, mantinha um pároco para dirigir os assuntos religiosos e que exercia uma forte influência tanto na população como no próprio governo. Quando se cria a primeira Câmara Municipal, o primeiro pároco da Freguesia, Padre Joaquim Cardoso Brum, fará parte de sua composição, como um dos seus membros.<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> Franco, op.cit. p.46, citando Apontamentos Particulares, livro 1º, 1808-13, do padre D. José Caetano da Silva Coutinho.

<sup>85</sup> Franco, op.cit. p.46

Observa-se portanto que, embora sem a mesma intensidade com que agiu nas regiões ao norte, na fronteira sulina, onde as questões militares eram preponderantes, também houve uma presença do clero no desenvolvimento dos núcleos.

### ***O plano de Jaguarão: um instrumento de ordem no Arraial***

Anteriormente foram apresentados detalhes dos momentos iniciais de formação do núcleo urbano. Após a elevação do povoado à categoria de Freguesia e resolvida a questão da doação das terras para a formação da povoação, foi elaborado o primeiro plano urbanístico que se conhece para Jaguarão.

Além de sua importância intrínseca, este plano assume um papel importante na região. Para se ter uma idéia, a 1ª planta que se conhece de Porto Alegre, capital da Capitania, só foi realizada em 1839, quando o país já estava independente politicamente de Portugal e a antiga Capitania se transformara em Província<sup>86</sup>.

Esta planta foi realizada a partir dos levantamentos de João Vieira de Carvalho (1791-1847), natural de Elvas (Portugal), sargento-mór do corpo de engenheiros, por ordem do marechal Manoel Marques de Souza. em torno

---

<sup>86</sup> Müller, Doris, *Evolução urbana de Porto Alegre*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999, p. 16.

de 1810. Em janeiro de 1816, foi copiada por Jacques Augusto Conv, juntamente com a planta da medição do patrimônio da povoação em 1814, por Maurício Ignácio da Silveira.<sup>87</sup>

A cópia de 1815 tem sido apresentada em algumas publicações como o 1º plano para a Povoação da Guarda do Serrito, embora esteja clara a inscrição no referido desenho:

"Copiado por J.A.C e aumentado com os edifícios que construíram desde que foi feito o projeto, até outubro de 1815".

Fica evidente, pela explicação da nota, que se trata de uma cópia do primeiro plano, ampliado e complementado com o cadastro das edificações. Complementa a legenda:

"Planta da Guarda do Serrito com o projeto de arruamento para a Povoação que se for formando levantada por ordem do Ilmo. Sr. Marechal de Campo Manoel Marques de Souza, pelo Sargento mor do RI Corpo de Engenheiros João Vieira de Carvalho".

"Nota: o que vai traçado em preto é da planta do projeto e em amarelo é o aumento".

---

<sup>87</sup> Uma cópia deste documento, realizada em 1815, acrescida com um projeto de ampliação da cidade, encontra-se no Arquivo Militar de Lisboa.

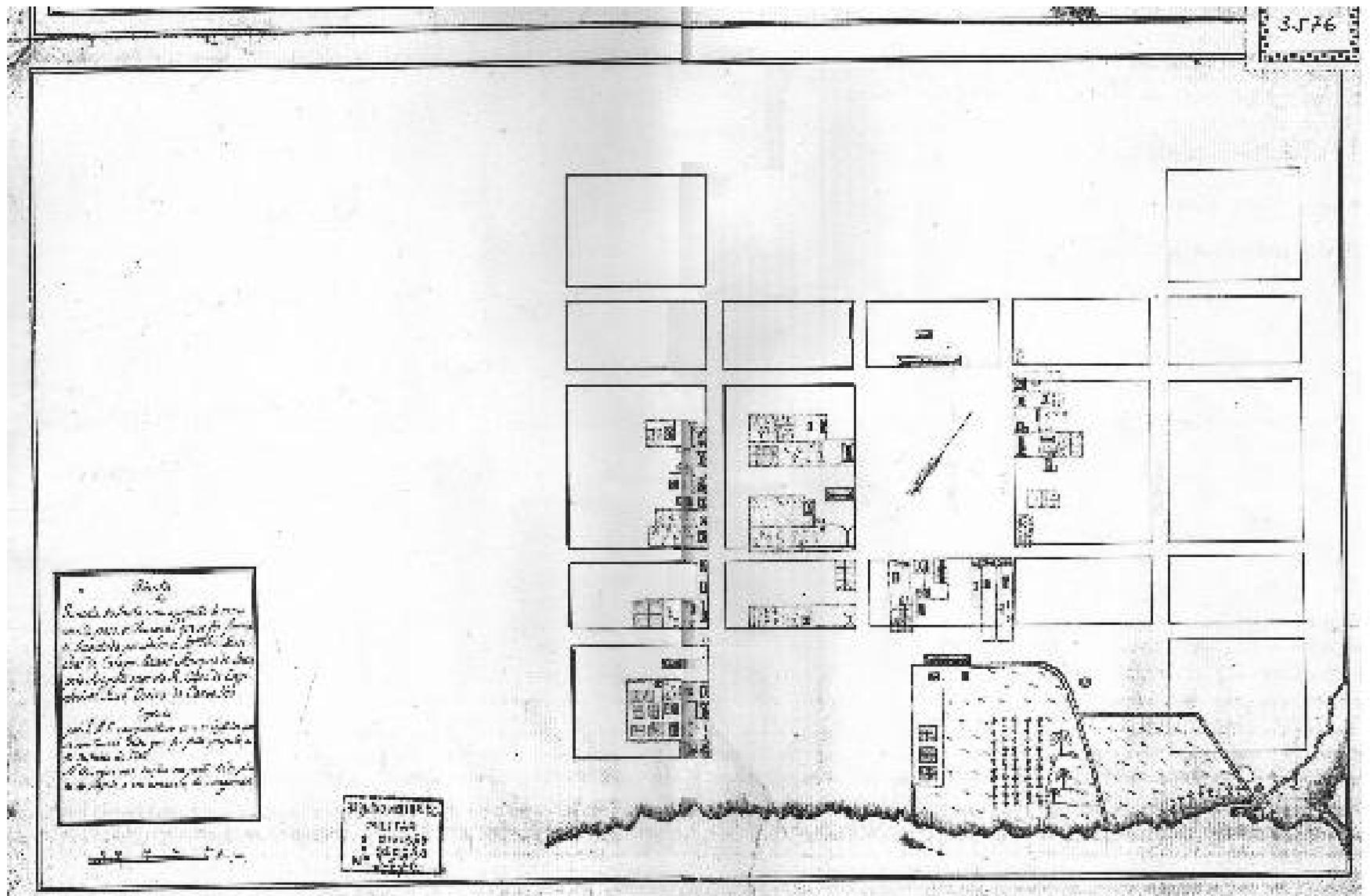


Fig. 26: Plano inicial de Jaguarão de 1815, cópia do original existente no Arquivo Militar, em Lisboa.

### ***O partido urbano, como resultado do caráter militar do núcleo fronteiriço***

Trata-se de um plano de traçado ortogonal, com ruas e quarteirões de dimensões variadas. A rigidez não permaneceu nas expansões da cidade, mas o princípio reticular foi mantido, adaptando-se com ruas e quarteirões de dimensões variadas, conforme pode ser observado nos mapas levantados no final do século 19, apresentados neste estudo. Em Jaguarão a retícula do assentamento de características militares permanece e direciona o crescimento da cidade.

Tanto a justificativa pela utilização, como a origem do traçado em quadrícula nas cidades coloniais são muito discutidas e o caso de Jaguarão e das cidades que compõe esta rede entram nesta interminável polêmica.

É provável que os militares que fundaram as instalações militares que originaram Jaguarão, possuíam conhecimento das Leis das Índias, embora isto não se possa comprovar nem seja tão importante. Porém não resta dúvida que os critérios utilizados para a escolha do novo sítio, quando da transferência da futura cidade para outro local, coincidia com os mesmos princípios que incorporavam aquela legislação.

Não é objetivo deste estudo detalhar em profundidade a questão da forma urbana, devendo este tema ser abordado na medida que contribua como subsídio para compreensão

do processo de ocupação do espaço fronteiriço, em especial a construção da cidade de Jaguarão.

Existe muito desencontro entre os estudiosos da história urbana sobre as razões ou vantagens de utilizar a quadrícula como forma de resolver o traçado de uma cidade. Seja por questões práticas, técnicas, políticas e/ou militares, muito se especula sobre este tema. Seu uso seria justificado por ser uma forma de traçado com maior facilidade e rapidez de execução e que permite determinar a mais eqüitativa subdivisão em lotes urbanos e quintas suburbanas entre os fundadores, ou mesmo por ser uma solução eminentemente prática e funcional para a "empresa da conquista e colonização da América"<sup>88</sup> que era, em última análise, a atuação dos ibéricos neste continente, com seus objetivos materiais muito precisos. Um potente argumento para justificar a utilização do sistema "emparrillado" desde muito cedo na América, inclusive antes que fosse imposto por disposições legais, seria como conseqüência do caráter fortificado da cidade da fronteira. Nos primeiros anos da Conquista, toda cidade na América era fronteiriça<sup>89</sup>. O próprio nome da praça central: "Praça de Armas" ou "Praça Militar" (caso de Jaguarão), alude ao caráter fortificado da cidade de fronteira.

O modelo ortogonal se usava na península ibérica, junto a outros sistemas, para sentar os acampamentos militares. O

---

<sup>88</sup> Hardoy, op.cit., p.316

<sup>89</sup> Rojas-Mix, *Miguel A.*, La plaza Mayor: El urbanismo, instrumento de domínio colonial, *Barcelona: Muchnik Editores, S.A., 1978.*, p. 81

mesmo ocorria na América, onde, com o passar dos anos, o "*castrum*" se convertia em cidade. Em Jaguarão, cidade militar de fronteira, a adoção deste sistema, sem dúvida foi a mais óbvia.

### ***Estrutura física inicial da povoação***

A riqueza dos detalhes desenhados na planta de 1815, permite fazer uma aproximação àquele povoamento nos seus primeiros anos de existência e conhecer sua estrutura física urbana.

A descrição que o historiador Jorge Hardoy faz das cidades coloniais espanholas, de certa maneira pode ser aproveitada para uma aproximação do conhecimento de como se desenvolvia a vida urbana em tantas outras cidades, das quais Jaguarão não foge a estas características. Segundo este historiador urbano, as cidades coloniais estavam formadas por escassos elementos visuais:

"Praticamente nunca foram introduzidos nelas conjuntos urbanos monumentais ou de certa categoria urbana arquitetônica. Em aparência, as cidades variavam pouco. Eram o suficientemente pequenas como para depender de alguns simples critérios para lograr a homogeneidade que as fazem atrativas, apenas variada mediante a introdução de câmbios visuais e ritmos. A água, uma linha de

montanhas ou um cerro isolado, estavam o suficientemente próximo e formavam parte integrante do âmbito visual urbano, favorecidas pela baixa altura das construções. O caráter das cidades coloniais foi, resumindo, uma conseqüência do sítio natural e dos materiais empregados na sua construção<sup>90</sup>.

Concentrando no caso de Jaguarão, é notável que se trata ainda de um povoado composto de poucas e pequenas construções, relativamente alinhadas em terrenos localizados entre algumas "ruas", a praça central, uma guarda militar e o rio. A primeira vista chama atenção a existência de uma ordem espacial, evidentemente gerenciada pelo Comando da Guarda.

As instalações da Guarda na margem do rio, e o espaço identificação como Praça Militar, mais ao alto, são provavelmente as primeiras estruturas construídas da futura cidade de Jaguarão. Esta praça, com certeza é o ponto de partida para o desenho que logo se formará desta cidade. Será um elemento permanente, de grande significação para a cidade, desde seus primeiros momentos.

Quanto a Guarda, tratava-se de um edifício construído de forma precária, na margem do rio, portanto em local vulnerável a cheias e aos ataques inimigos. Foi uma construção efêmera, mas que ofereceu naquele momento uma referência para dar ordem àquela aglomeração urbana

---

<sup>90</sup> Hardoy, op.cit., p.317.

que se efetivara através da execução de um primeiro plano. Ainda que localizada fora da malha urbana projetada inicialmente, observa-se que os edifícios que integram a Guarda Militar mantêm um paralelismo com as linhas de ruas e quarteirões do plano, sugerindo que possa ser decorrência consciente de um projeto por parte do seu comando.

Pelo documento é possível observar um tipo corrente de implantação de cidades coloniais fundadas a partir de fortificações militares, com ruas e quarteirões ordenados a partir de uma praça central, que funciona como articuladora do conjunto. No parcelamento dos quarteirões, pode-se notar o contraste entre a extensa profundidade dos lotes em relação a sua largura. Apesar desta ser uma das fortes características das cidades coloniais portuguesas que se desenvolveram no território brasileiro, no caso de Jaguarão esta situação chega a extremos, com a profundidade dos lotes alcançando à rua posterior.

Deve-se ressaltar o vínculo que mantinha o povoado ao meio rural circundante, do qual era dependente e ao que praticamente dele fazia parte. A povoação colonial, diferente da cidade moderna do século 19, pouco interferia na natureza, a ela mais se adaptando do que a transformando. Seus lotes, além de abrigarem edificações, funcionavam também como uma espécie de mini-chácaras de produção, composta de pequenos pomares, hortas, espaço para criação de alguns animais, etc., procurando assim superar os freqüentes problemas de abastecimento de alimentos que ocorriam naquela distante região.

Verificando as primeiras solicitações formais de terrenos por parte dos moradores do povoado à Câmara Municipal, pode-se observar que, naqueles momentos iniciais, praticamente todos requerentes descreviam seus lotes em geral com 60 e 80 palmos de largura e uma quadra inteira de profundidade, como ficou visto, o que contribuía para manter este aspecto rural dentro da povoação em crescimento.

A partir da metade do século 19, as normas de posturas elaboradas pelo poder público com preocupação de ordenar o espaço físico na povoação, vão regular a profundidade dos lotes urbanos em "meia quadra".

Outra particularidade interessante que o plano permite observar, é quanto a ocupação dos terrenos. Inicialmente só utilizavam um dos lados da via pública, ficando a vila com esta interessante configuração: de um lado da rua, as fachadas das suas casas e do outro, terrenos (ou fundos de terrenos) vazios. Esta situação mudará quando inicia a corrida imobiliária na cidade e se padronizam as dimensões dos terrenos com profundidades de "meia quadra".

Com certeza, esta ocupação tão peculiar das construções nos lotes seria uma consequência da sua profundidade inicial, embora deva ter contribuído também o tipo de implantação da casa no terreno, sempre procurando uma maneira de aproveitar e/ou enfrentar mais adequadamente os rigores do clima daquela região, como insolação, ventos, umidade, etc. De fato, os terrenos ocupados foram aqueles de fachadas para o quadrante de maior insolação.

Nas regiões de clima temperado do hemisfério sul, caso de Jaguarão, sob o ponto de vista climático, são mais confortáveis as construções com aberturas para os lados de maior insolação no inverno: leste, norte, noroeste e que fiquem protegidas dos ventos frios (conhecidos por "minuano") que sopram com muita intensidade no inverno, que chegam resfriados pelas geleiras próximas ao pólo sul. Sem dúvida, pela análise da implantação das primeiras casas da povoação, elas procuravam amenizar os rigores do clima, obedecendo a estes princípios naturais.

O plano permite ainda verificar que a exceção desta prática ficava por conta das construções da rua da Palma, defronte a Praça da Matriz. É provável que neste caso, o fato de habitar em frente da praça central, que naquela época já era um espaço de grande valor social, compensaria o desconforto causado pela falta de sol na sala principal ou em outra habitação da residência. A primeira vista, parece que trocavam um pouco de conforto por uma posição espacial urbana que aparentasse maior prestígio ou poder.

Continuando a análise desta planta, se constata que o "aumento em amarelo" indicado, comprova um pequeno crescimento do povoado naquele momento. Um crescimento desenhado na planta como um prolongamento natural do projeto inicial da Vila, ou seja, já neste primeiro momento, aquele singelo desenho servirá como guia para a primeira extensão ocorrida no povoado. Até o início do século 20, todas ampliações urbanas de Jaguarão tomarão como referência e guia, aquele traçado elaborado ainda no

período colonial, naquela antiga e incipiente povoação do início do séc. 19.

### ***As primeiras construções do núcleo urbano***

O plano inicial ainda permite aproximações às construções existentes. Tratando-se também de uma planta cadastral, seu metucioso autor, certamente facilitado pelo pequeno tamanho da povoação, permitiu-se desenhar com detalhes, todas construções existentes dentro dos lotes, seu sistema de cobertura (número de planos inclinados, utilização do beirado saliente, etc.), inclusive o tipo de material utilizado como revestimento de vedação (palha e/ou telha cerâmica), que se observa no desenho da textura das construções.

Como pode se observar, a solução adotada para as coberturas das casas utiliza 4 "águas" (quatro planos inclinados), ao contrário daquelas de 2 águas tão comum nas vilas e cidades coloniais portuguesas<sup>91</sup>. Isto evitava o uso de "empenas" (paredes laterais que apoiam a cumeeira), um detalhe construtivo incompatível com as técnicas construtivas rudimentares baseadas na utilização da madeira e da terra crua para execução das paredes. Além disso, o uso de beirados para lançar ao solo as águas recolhidas pela cobertura, obrigava que se implantasse a construção no terreno afastada dos prédios vizinhos. As

---

<sup>91</sup> Reis Filho, op.cit., p.30.

casas alinhavam-se apenas no limite da frente do lote, marcando desta forma o desenho das ruas.

A maioria destas primeiras construções tinha seus muros e paredes executados com madeira ou com a técnica de "pau-a-pique", que consistia no engradamento de varas perpendiculares e eqüidistantes, usadas como suporte para parede de taipa, na qual o barro é atirado simultaneamente pelas duas faces. O primitivismo tecnológico imperante na região refletia-se nas construções da cidade.

Um povoado com caráter colonial-rural, sem equipamentos urbanos, possuía na arquitetura de seus prédios praticamente os únicos elementos que lhe aproximavam de um caráter quase urbano. Não existiam ruas pavimentadas nem passeios para pedestres. Ainda que muito simples, eram as casas que definiam espacialmente as ruas, que eram poucas e ainda não tinham nome. As referências para localização do povoado deveriam ser do tipo "a rua que passa na casa do Senhor Manoel", ou então "a rua que vem da igreja", ou ainda "a que corta o riacho".

Apesar do "alinhamento" desenhado das suas ruas, existem relatos de viajantes que conheceram o povoado nesta época, que retratam uma realidade nada animadora da povoação. É o caso do militar mercenário alemão Carl Seidler, que em 1827 esteve em Jaguarão em razão dos conflitos da Guerra Cisplatina. Apesar de elogiar a praça central, seu comentário sobre o aspecto da Freguesia é muito negativo:

"Serrito é mal construída, suas ruas são tortas e estreitas, as casas são baixas, em parte

cobertas de macega, e só apresenta uma praça pública bonita."<sup>92</sup>

A discordância dos relatos sobre lugares era muito comum naquela época. Quando o bispo José Caetano da Silva Coutinho visitou a freguesia em dezembro de 1815, deixou alguns registros muito objetivos em seus apontamentos, que permitem outra aproximação para conhecimento da forma como se desenvolvia aquela incipiente povoação:

"a povoação toda, fora os soldados terá hoje 500 almas e umas trinta tendinhas de negócio de toda a espécie, mascates ou contrabandistas filhos de Portugal...Não dei esmolas nenhuma, nem ninguém mais pediu; porque, com efeito aqui não há mendicantes, nem casas conhecidas por pobres. E o luxo das mulheres pareceu-me ser maior aqui do que nas freguesias antecedentes; vi muitas de sapatinhos, meias e vestidos de seda, e tão decotados que as obriguei a cobrir as mamas".

Apesar destes desencontros de informações, os relatos de viajantes, estudiosos e religiosos que passaram pela região, trazidos por objetivos diversos, tendem a formar um panorama cujo sentido principal é a possibilidade de comparar suas impressões em diferentes momentos da formação das cidades do Rio Grande do Sul. Paralelamente, embora com acentuados posicionamentos

---

<sup>92</sup> Seidler, Carl, *Dez anos no Brasil*, São Paulo: Livr. Martins Fontes, s/d. p.142, in Franco 1980), op.cit., p.85.

personais, estes relatos tornam-se fontes complementares para a documentação da configuração espacial das povoações.

Notadamente, a paisagem da região sul do Brasil não foi contemplada tão intensamente como o Norte, Nordeste e Sudeste pelos pintores estrangeiros que vinham em busca do registro da natureza tropical. Atuaram basicamente no Rio de Janeiro ou em suas imediações, sendo que poucos se aventuraram a outras províncias, "eternamente em busca de novos panoramas".<sup>93</sup>

Com a carência de documentação específica e detalhada sobre as primeiras construções, foi através dos relatos destes viajantes e autoridades da época que permitiram um acercamento da forma sob a qual cidade foi sendo construída. Considere-se também o fato de que os portugueses, de acordo com as disponibilidades locais de material e mão-de-obra, mantinham de certa forma na colônia, suas tradições construtivas e tipológicas, fato que deixava as pequenas cidades com uma aparência muito comum entre si.

Até a metade do século 19 não existiu qualquer obra de pavimentação ou drenagem nas ruas e praças de Jaguarão. Dentro deste quadro de rusticidade urbana, os telhados das casas lançavam suas águas diretamente no solo, na espera da sua absorção e da evaporação. Aliado a isto existia riachos que se formavam em épocas de muita

chuva, prejudicando o já precário ambiente do povoado. Pelo visto, nas estações de chuva, as ruas se transformavam num grande lamaçal e, nas épocas de estio, estas mesmas ruas se enchiam de poeira causada pelo vento, terra e o trânsito.

A falta de normas regulamentadoras para as construções durante os tempos iniciais, não impediu que a povoação aparentasse uma uniformidade construtiva, onde os esquemas gerais não se alteravam muito. Realmente parece que se construía da forma que era possível, ou seja, aproveitando os recursos materiais disponíveis e uma mão-de-obra pouco qualificada. As funções que as casas deveriam abrigar eram as mais elementares, pois assim era a vida no povoado. Os mais ricos deveriam morar em casas de maiores dimensões, com maior número de compartimentos, mas com as mesmas linhas gerais e mesma técnica construtiva. As edificações eram realizadas com escassos recursos materiais e humanos disponíveis naquela fronteira distante.

Verifica-se que a esta simplicidade construtiva correspondia o tipo de organização da planta das habitações. De certa forma estavam adequadas a vida desprovida de muitos recursos dos seus habitantes naqueles momentos iniciais, marcados pelo isolamento e toda sorte de dificuldades.

Jean Baptiste Debret (1768 - 1848) foi um destes militares-artistas viajantes, que em 1816, integrando uma Divisão de Voluntários, passou pelo Rio Grande do Sul para combater na Banda Oriental e deixou uma aquarela sobre

---

<sup>93</sup> Teixeira Leite, José Roberto, *Artistas Estrangeiros*, in: *Arte no Brasil*, São Paulo, Abril: 1979. vol I, p. 495, citado por Yunes, op.cit. p.79.

a "Villa d'Espírito Santo del Serrito". A igreja Matriz com sua praça é perfeitamente visível e, ainda que à distância; aparecem ainda os quartéis e a Casa da Residência do comandante da Guarda.

Esta ilustração do pintor militar, que na figura abaixo aparece integralmente, permite uma aproximação à dinâmica cotidiana daquele ambiente fronteiriço, com o trânsito intenso e constante de militares, comerciantes e tropas de gado.



Fig. 27: Aspecto da povoação nos seus primeiros momentos. Pode se perceber a relação estreita com o rio e o seu entorno e a rusticidade da vida urbana colonial.

Jaguarão não foge ao padrão das pequenas cidades coloniais em seus momentos iniciais, quando era um núcleo de população muito pequena, tendo como

elementos aglutinadores, algumas ruas e a pracinha da igreja muito mal estruturada ainda.

O sítio onde foi implantada a cidade pode ser dividido em três níveis: uma parte mais baixa, próxima a margem do rio Jaguarão; um plano levemente elevado, onde se localiza a praça central e a maior extensão da cidade e dois cerros próximos, no que seria a parte suburbana da povoação: Serro da Pólvora e das Irmandades.

Estas zonas geográficas, apesar de muito próximas fisicamente, terão funções e usos distintos durante o desenvolvimento da cidade. A parte mais baixa gravitará no entorno do rio e da Praça do Desembarque; o centro da cidade se desenvolverá no entorno da Praça Militar e os serros serão ocupados posteriormente, um com o cemitério das Irmandades e o outro com uma grande Enfermaria Militar.

### ***A crise uruguaia: fator de estímulo ao crescimento na fronteira***

Na época que corresponde a 2ª década do século 19, a Espanha havia dividido (a contragosto, segundo alguns autores) com Portugal, cujo príncipe regente casara com D. Carlota Joaquina, filha de Carlos IV, a missão de conter a insurreição libertadora das colônias do Vice-Reinado.

Em 1810 ocorria a Independência Argentina, instalando-se uma Junta Revolucionária para seu governo. Porém,

Montevidéo não reconhece a autoridade da Junta boinarense, procurando manter-se fiel à Espanha, o que culmina no primeiro sítio a Montevidéo por parte dos homens da guerrilha uruguaia de Artigas e de tropas de Buenos Aires. O Uruguai, estava mergulhado numa Guerra Civil, com um desentendimento muito grande entre os chefes militares.

Trata-se de um período histórico confuso, mas rico em complexidades e acontecimentos, que bem poderia ter um maior aprofundamento nas suas questões.<sup>94</sup> Mas para que este estudo não se distancie dos seus primeiros objetivos e não ultrapasse os limites estabelecidos, estes temas, sem dúvida de extrema importância sob o ponto de vista da análise histórica, foram colocadas de forma a oferecer uma visão genérica da situação, suficiente para compreender o que mais interessa neste momento, suas conseqüências no processo de ocupação deste espaço da fronteira brasileira-uruguaia e em especial no crescimento de Jaguarão e seu entorno.

Retornando ao cenário das disputas na região, frente a esta situação de descontrole no território uruguaio, pelo lado português-brasileiro, Dom João ordena que se concentre no Rio Grande do Sul um "exército em observação", chamado depois de "Pacificador", com a justificativa (pouco convincente) de que seria para evitar que as lutas do Prata atingissem o território gaúcho.

---

<sup>94</sup> Cesar, Guilhermino, op. cit., p.247: sustenta que este momento histórico "encerra um dos enigmas da história sul-americana".

A Espanha por sua vez, tentava controlar a crise platina, enviando o Tenente Coronel. Francisco Xavier Elío, nomeado Vice-Rei do Rio da Prata, mas que por falta de recursos, não consegue firmar a sede do seu governo em Montevidéo, uma cidade caótica e cercada por tropas de Buenos Aires. Sem meios para recuperar terreno e sem poder contar com reforços procedentes da Europa, insiste, porém sem resultado, para que a Junta de Buenos Aires lhe reconhecesse a autoridade. Por esta razão, solicita ajuda ao "Exército Pacificador", que imediatamente entra no território uruguaio, de forma que os portenhos logo propõe uma trégua com o Tenente Cel. Elío, condicionada a retirada do Exército brasileiro para seus domínios.

O "Exército Pacificador" inicia a retirada, mas logo a interrompe para iniciar uma guerra com o caudilho José Gervásio Artigas, que organizava guerrilhas no norte uruguaio, que ameaçavam a fronteira brasileira, segundo as versões oficiais dos observadores portugueses.

Percorreram o interior uruguaio em direção oeste até atingir a região das Missões Orientais. Artigas, desgastado e sem muitos recursos, foge com alguns de seus homens em retirada.

Em 12 de maio de 1812, em Buenos Aires, a Inglaterra intervém para concertar a paz. Com este ato, o Uruguai passa a fazer parte das Províncias Unidas do Prata. D. Diogo de Sousa, comandante do "Pacificador", recebe contrariado a desconcertante notícia para abandonar o interior Uruguaio no qual estava tendo grandes vitórias. Protestou contra esta manobra política feita a sua revelia.

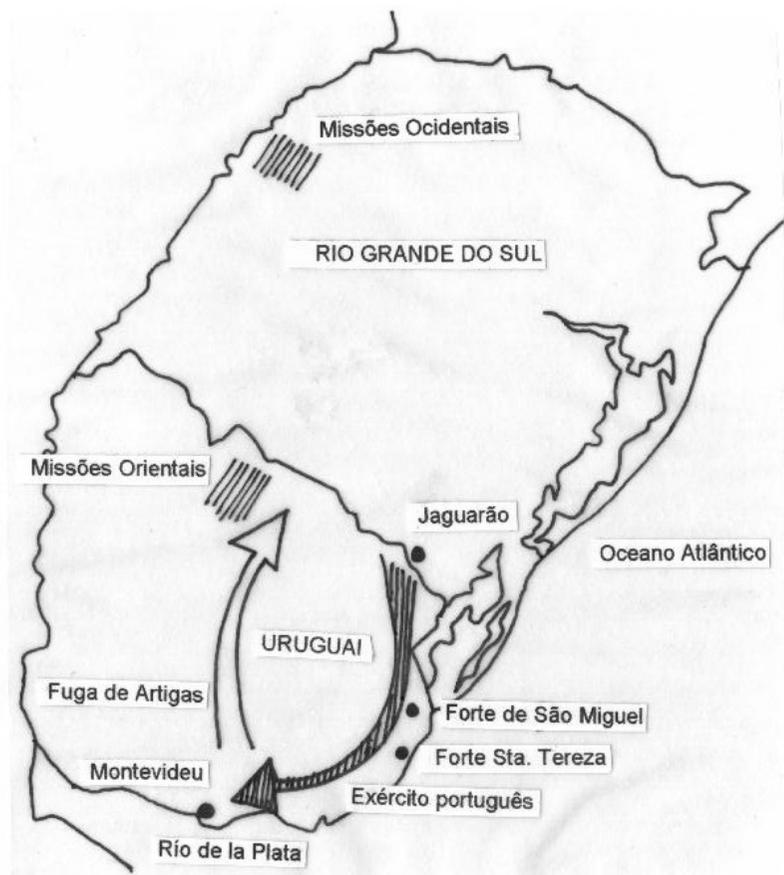


Fig. 28: O posicionamento e movimentação de militares na região fronteiriça

Acima de sua vontade, estavam os interesses da Inglaterra e da Senhora Carlota Joaquina, esposa do príncipe governante, que agindo de forma pouco clara, envia emissários para tratar diretamente com os cabildos de Montevideu e Buenos Aires, deixando uma situação de difícil entendimento por seu jogo escuro de interesses e intrigas palacianas. Este pacto veio a estimular o comércio britânico na vasta área da antiga América espanhola.

A Banda Oriental ficou entregue a luta interna da qual iria emergir sua independência política. Foi um período de convulsão interna em que se apresentam os seus caudilhos, entre os quais, o mais importante foi sem dúvida José Gervásio Artigas, que em 1815, foi declarado Protector de los Pueblos Libres de la Liga Federal, (Córdoba, Santa Fé, Corrientes, Entre Rios e Banda Oriental). Todavia Artigas não concorda com a posição política centrista dos argentinos, e, junto com outras lideranças uruguaias, questionavam aquela situação de figurar como simples província da nova Nação que os patriotas bonaerenses construíram sobre as ruínas do Vice-Reinado do Rio da Prata.

Em 1815 Artigas toma Montevideu, e investe na direção das populações fronteiriças. Como consequência, novo atrito com o governo do Rio de Janeiro, que a pretexto de que a anarquia estabelecida na zona da Campanha uruguia lesava os interesses da Capitania do Rio Grande do Sul, determinou a invasão da Banda Oriental por um poderoso exército.

Ao Rio Grande, não veio a ambicionada tranqüilidade, mas ao contrário, exigiu outras cotas de sacrifício e sangue, porém para a região da fronteira e para Jaguarão particularmente, durante o período da insurreição artiguista, houve um significativo implemento de população, movimentação militar e trânsito de mercadorias. Tanto os reforços no quadro efetivo de oficiais e praças locais, como o trânsito das tropas por aquela região, movimentaram muito a vida local. De outra parte, as próprias lutas internas do Uruguai, onde havia forças fiéis às Províncias Unidas do Rio da Prata, outras fiéis a Artigas e outras ainda afeiçoadas à coroa de Espanha,<sup>95</sup> determinaram o incremento da população local, sobretudo pela afluência de imigrados espanhóis, inconformados com o processo de emancipação.

O comércio local cresceu, aproveitando-se da situação de crise, fornecendo munição e mantimentos que faltavam no lado espanhol, e os criadores de gado aproveitaram que os concorrentes uruguaios suspenderam suas exportações. Aumentou a lotação das estâncias e o movimento das charqueadas. Na margem espanhola do rio, se estabeleceram um grupo de espanhóis contrário as causas independentistas, com estreitas relações comerciais com o povoado brasileiro.

---

<sup>95</sup> "Garcia, Flávio, op.cit.,p.149: "...las familias y defensores de la buena causa se ham acomodado en La Guardia Portuguesa y pueblcitos iimediatos."

### ***Anexação da Província Cisplatina: o fim de um território-limite entre duas nações expansionistas***

Para combater Artigas chega de Portugal o General Carlos Frederico Lecor, que em 20 de janeiro de 1817, toma pacificamente a cidade de Montevidéu, que aceitara a proteção oferecida pelo Rei de Portugal, "a estos miserables países, desolados por la anarquia en que han sido envueltos nel espacio de tres años"<sup>96</sup>. Esta submissão, simbolizada mais tarde com a entrega das chaves ao Gal. Lecor, parecia ocultar uma manobra dos patriotas locais; ao invés de se atritarem sem condições com as tropas de ocupação, se puseram a espera de um momento mais apropriado para fazê-lo com possibilidades de êxito, pois naquele momento, Montevidéu, outrora próspera, vivia uma situação caótica, completamente desorganizada. Quase que toda abandonada por sua população, com os campos próximos despovoados e suas lavouras arruinadas.

Montevidéu foi tomada pelos portugueses em 1817, mas no interior, Artigas havia iniciado uma guerrilha que deu motivos para o reforço das guarnições fronteiriças, aumentando desta forma o movimento de pessoal em Jaguarão. Continuava a guerra contra Artigas, o "Protetor de los pueblos libres", que perdera terreno mas não perdera seu prestígio. Somente em janeiro de 1820, depois da batalha de Tacuarembó, é que finalizou a resistência

---

<sup>96</sup> Cesar, Guilhermino, op.cit.,p. 260

artiguista no Uruguai. A Cisplatina foi incorporada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com o nome de Província Cisplatina e com fortes conseqüências de ordem econômica e política na vida das comunidades fronteiriças.

Uma pergunta que surge naturalmente refere-se a aceitação da coroa espanhola pela conquista do território uruguaio pelos portugueses. Na verdade houve um protesto formal de Fernando VII. A resposta de Portugal foi que seu governo estava pronto a restituir a Banda Oriental, que se mantivera desvinculada, graças a sua intervenção, uma vez paga as despesas resultantes da guerra. Parece que, ao receber a conta, a Espanha desinteressou-se pela solução do assunto.

Ao nível da Capitania do Rio Grande do Sul, houve muito sacrifício nestas lutas. As tropas portuguesas haviam sido recrutadas em diversas partes do Brasil e de Portugal, mas os cavalarianos gaúchos, no amplo terreno das coxilhas, foram os mais utilizados. Percorreram grandes distâncias, numa luta difícil com um adversário rude, resistente e com fortes ideais. A Capitania fizera grandes esforços e seus cofres estavam vazios. A pecuária gaúcha foi muito sacrificada neste conflito, e quase todos militares gaúchos se achavam ligados a esta atividade.

No caso de Jaguarão, quando se efetiva a invasão do território uruguaio, grande parte da colônia o faz através desta cidade, trazendo como conseqüência uma

movimentação de pessoas, aumentando sua população e a importância local<sup>97</sup>.

O intenso movimento militar e de pessoas que saíram do lado uruguaio para se refugiar no Serrito do rio Jaguarão, tem como conseqüência a primeira grande corrida imobiliária na povoação. Para um núcleo que carecia ainda de qualquer estrutura urbana que garantisse e incentivasse sua consolidação, este momento pode ser considerado chave na história do seu desenvolvimento. Foi uma alteração quantitativa nas suas funções, que trouxeram reflexos imediatos e contundentes no núcleo urbano também ao nível de população<sup>98</sup>.

### ***A crise sem fronteira: o fim dos "bons negócios"***

A partir de 1820 com o término da guerra e a incorporação da Província Cisplatina, inicialmente desapareceram os "bons negócios" da guerra para as comunidades da fronteira, que passarão por uma curta crise econômica e política, até que logo se reorganizem, de acordo com os

---

<sup>97</sup> Franco, op.cit.,p.70

<sup>98</sup> Souza, op.cit.,p.17: cabe se referir à introdução deste trabalho, quando se salienta a opinião desta autora ao sustentar que "um núcleo urbano sofre modificações quantitativas e/ou qualitativas em sua população quando ocorrem modificações quantitativas e/ou qualitativas em suas funções".

novos tempos de paz, para voltar a viverem momentos de intenso intercâmbio social e econômico.

A região de Jaguarão viveria uma situação nova, pois experimentaria pela primeira vez a situação de não se limitar com uma nação estrangeira. Porém na prática o que ocorre é que a cidade perde algumas vantagens da situação anterior e não incorpora lucros com esta nova realidade. Ocorre que foram baixadas instruções governamentais para evitar o livre trânsito entre as províncias, fato que trouxe uma certa desorganização na região, pois ficava difícil para a população entender esta situação de não ser mais uma fronteira internacional e ter que se submeter a pagamentos de taxas tal como na condição anterior à anexação da Cisplatina. Segundo consta, estas instruções foram baixadas pelo Comandante português em Montevidéu, como parte de sua estratégia para consolidar dominação portuguesa na região, pois desta forma procurava atender os apelos dos Montevideanos e tentava reativar as atividades daquela cidade falida.

Porém, na antiga fronteira os apelos eram diferentes. Os fazendeiros espanhóis ali estabelecidos procuravam beneficiar-se da vantagem de vender seus gados, sem restrição, às praças rio-grandenses, pois Montevidéu estava longe e era mais razoável vender às charqueadas próximas. Houve muita confusão na época, onde criadores que possuíam campos nos dois lados se aproveitavam de uma fiscalização fronteiriça frágil para passar seu gado para o lado que melhores vantagens oferecesse. Na

passagem destes rebanhos pela alfândega, quando interpelados, alegavam aos fiscais tratar-se de gado de cria e não de corte. Evidentemente houveram muitos desentendimento com os responsáveis pela arrecadação e fiscalização de impostos.

Como se pode observar o rio Jaguarão não era mais uma "linha divisória externa", mas, continuando as barreiras alfandegárias entre a Cisplatina e o Rio Grande do Sul, a cidade permaneceu com sua condição de fronteira de fato e o contrabando se manteve como antes. O caso era questionado pelos criadores e comerciantes que exigiam

“...plenitude de liberdade no comercio interior tanto de uma como de outra província”<sup>99</sup>

Apesar desta e de outras ações do Comandante português para reativar a economia e o progresso da capital uruguaia, durante o período da dominação portuguesa nenhuma das atividades que desenvolveram Montevidéu antes da crise da guerra civil, como o charque ou o comércio, ganhou relevo especial.

### ***A fronteira ambígua: divide governos e aproxima população***

Durante a crise no Uruguai, o governo português oficialmente apoiava os contra-revolucionários que lutavam

---

<sup>99</sup> Franco, op.cit., citando Antonio José Gonçalves Chaves, “Memórias Econômico-Políticas”, 5ª Memória, Cap.VII,1978. p.204.

pela manutenção daquela colônia espanhola. Porém, neste território da fronteira de Jaguarão, povoado de militares, estancieiros milicianos e negociantes, houve fatos e indícios de simpatias por parte destes às lutas emancipacionistas. A fronteira facilitava a aproximação das idéias independentistas dos uruguaios para o lado brasileiro.

Entre orientais e rio-grandenses, havia diferenças políticas, e estas duas linhas de força do povoamento se atritavam e se moviam em um terreno indemarcado, pois o balizamento dos limites territoriais, como determinavam os tratados não se ultimara como fora planejado. Isto os dividiu por muitas ocasiões e por muito tempo. Mas convém registrar que nesta zona, estes povos tinham muitos pontos em comum, como o seu centro de interesse econômico, ou seja, a pecuária e o comércio. Considere-se também que havia muita relação de parentesco entre um lado e outro da linha de fronteira, sem esquecer as dificuldades comuns causadas pelo isolamento. Era uma série de motivos que mais os aproximavam dos vizinhos do que os sintonizavam com o furor conquistador que partia dos centros de governo.

Existiram diversos fatos que deixam ver alguma simpatia dos rio-grandenses por aquele sacrifício a que se sujeitava a Banda Oriental para encontrar sua liberdade.

É razoável supor que no Rio Grande do Sul, como outras regiões do Brasil, o seu povo anônimo era conhecedor dos movimentos que se sucediam nos grandes centros mundiais. Estava informado dos ideários da Revolução

Francesa e portanto era mais solidário com os patriotas uruguaios do que com os representantes das monarquias ibéricas.

Um outro aspecto que deve ser registrado, é que na esfera militar, também existiam hostilidades entre oficiais lusitanos e brasileiros. Sobre estes posicionamentos, em 1815 o Bispo Dom José Caetano descrevia em seus apontamentos uma situação que vem ao encontro desta afirmativa:

“Presenciei uma questão entre alguns oficiais portugueses e brasileiros sobre a qualidade da Cavalaria deste Continente; e aí notei a mesma antipatia dos patrícios com os europeus, que se tem observado nas Províncias Argentinas”<sup>100</sup>.

É importante registrar ainda que, durante os conflitos, fizeram-se muitos oficiais, surgiram muitas lideranças militares e houve uma experiência nas coisas da guerra. Dos dois lados iam surgindo estas lideranças que não queriam outra coisa do que a independência política de suas pátrias, ainda que tivessem de esperar condições para sua concretização.

---

<sup>100</sup> Franco, op.cit., p.81.

### **3.2. Convulsões políticas e afirmação urbana, 1832-1855**

#### ***Conseqüências da Independência do Brasil na região da fronteira de Jaguarão***

Em 1822 com a independência nacional, e a retirada de D. João VI e sua corte para Portugal, a Baronesa de Magé abandona de vez seu latifúndio que tanto entravara o desenvolvimento da região de Jaguarão, disto se aproveitando criadores e lavradores para ali se estabelecerem.

Por esta época prosperava a povoação. Costa Franco transcreve uma passagem das memórias de *Gonçalves Chaves*, publicada em 1823, o qual referindo-se ao "Serrito", assim o descreve:

"Esta povoação teve por princípio o estabelecimento de uma guarda militar. O comércio, para que seu porto no Jaguarão, cinco léguas acima de sua foz, é mui próprio e faz a principal base de sua riqueza"<sup>101</sup>

Apesar deste progresso inicial na fronteira, a situação do país não era nada tranqüila. No Nordeste, em 1824, os liberais revoltaram-se e resolveram separar-se, criando a Confederação do Equador, sendo logo repreendidos pelo Governo, com a morte de diversos líderes. No Sul, os Cisplatinos também revoltaram-se, por considerarem-se

um povo de outra origem. Chefiados pelo caudilho Juan Lavalleja declararam que a Província deveria pertencer à República das Províncias Unidas do Prata. Frente a esta atitude, o Brasil declarou guerra à Argentina, iniciando-se em 1825 a "Guerra Cisplatina".

#### ***A Guerra Cisplatina e a desorganização da fronteira***

Em 1827, com a guerra Cisplatina, a situação muda. Em 1828 Jaguarão é invadida pelas forças argentino-uruguaia. De acordo com a documentação da época, a cidade parou neste ano. Os livros paroquiais que registravam os batismos e casamentos desde 1814, não possuem nenhum registro entre janeiro de 1828 e este mesmo mês em 1829, quando então recomeça a recomposição econômica e social do Serrito. O povoado teria que superar mais uma fase de crise profunda, o que de fato ocorre, tendo em vista que logo seria elevada a categoria de município.

Durante os conflitos, Jaguarão, por sua posição geográfica, estava destinada a sofrer as conseqüências de mais um enfrentamento bélico. Tudo leva a crer que seus habitantes, envolvidos com o lado uruguaio da fronteira a nível familiar, comercial e com propriedades, não estavam de com esta situação de guerra. Sob vários aspectos, apesar da margem uruguaia, frente a Jaguarão ser ocupada por uma minúscula Vila, tudo contribuía para confundir estes povos fronteiriços numa só comunidade. Segundo um cronista alemão, referindo-se à população da Vila e sua relação com o país vizinho:

---

<sup>101</sup> Franco, op.cit., pg. 84

“usavam o capote para o lado do vento e mantinham secreto entendimento político com seus vizinhos”.<sup>102</sup>

Os interesses comuns entre os povos brasileiros e uruguaios daquela fronteira faziam frutificar aproximações que superavam muitos dos obstáculos que as guerras produziam.

### ***Independência uruguaia: crise e idéias de liberdade***

Nesta guerra, toda a Província do Rio Grande de São Pedro foi mobilizada. Os "estancieiros-militares" colocaram seus "peões-soldados" para lutarem na Banda Oriental. Com a intervenção da Inglaterra no conflito, o Brasil assinou um acordo de paz, desvinculando a Cisplatina de suas posses, surgindo a República Oriental do Uruguai,

Com a perda da Cisplatina, a "elite rio-grandense" teve que voltar do Uruguai sem gado, sem "suas" propriedades, sem seus altos cargos administrativos e com o espírito militar arrasado, derrotado. Os guerreiros do sul voltavam de uma guerra criada pelo imperialismo central, sem reconhecimento nem recompensa deste governo. E sem as

---

<sup>102</sup> Seidler, Carl, *op.cit.*, p.142. in Franco, *op.cit.*: "este alemão era um militar mercenário contratado pelas forças brasileiras para atuar na Guerra Cisplatina, que por algum tempo permaneceu na região de Jaguarão".

lides militares, começaram a pensar sobre a situação sócio-econômica em que se encontrava a Província.

Apesar da Independência de 1822, a Província do Rio Grande de São Pedro mantinha sua estrutura colonial de produção, atuação e função. Tinha consciência que continuava a desempenhar o mesmo papel econômico secundário que lhe fora atribuído nos quadros do colonialismo português. A Província continuava sendo um baluarte militar e uma fornecedora de produtos de mercado interno<sup>103</sup>.

Deve-se lembrar que para essa conscientização muito auxiliaram as lojas maçônicas e a Imprensa, ambas propagadoras das idéias liberais européias na Província. Essas idéias tinham por base textos de Locke, Montesquieu e Rousseau, e versavam sobre liberalismo, federação e república e a subordinação ao centro por parte do território rio-grandense. Desta forma foi se consolidando uma consciência político-liberal da intelectualidade sulina.

A nível nacional, a Guerra Cisplatina causou outro momento de crise ao Governo de D. Pedro I, tanto pelos gastos que oneraram o Estado, como pelo desgaste político que levou o imperador a abdicar do trono do Brasil para seu filho Pedro de Alcântara, de cinco anos de idade, em 1831, ficando o país administrado por regentes, dando início ao que ficou conhecido como Período Regencial

---

<sup>103</sup> História Ilustrada do Rio Grande do Sul, série de 20 fascículos publicados por Já Porto Alegre Editores e encartados pelo jornal Zero Hora. 1998. nº 8, p.113

(1831-1840), um período estimulante para debates em todo país<sup>104</sup>.

Os temas das discussões na época eram: centralização x descentralização; regionalismo/federalismo x unitarismo; avanço liberal x regresso conservador. Entre 1831 e 1834 ocorreu um avanço liberal, e entre 1834 e 1840, o avanço conservador.

Na Província do Rio Grande de São Pedro as idéias liberais difundiam-se atingindo diversos segmentos da sociedade. Em 1832 foi fundado o Partido Farroupilha, em cujo programa destacava-se a defesa de um maior poder administrativo para as Províncias, com a descentralização do poder concentrado no Rio de Janeiro. Aspiravam que os Estados tivessem mais liberdades, com leis próprias, específicas para cada região.

A elite rio-grandense começava a se conscientizar do poder econômico que possuía, porque eram proprietários de estâncias ou charqueadas e, devido ao seu poder militar, foi possível construir a fronteira da Província. Possuíam tropas formadas pelos agregados dos patrões que estavam sempre dispostos a atender suas solicitações, porque lhes eram leais. Sem eles a fronteira não existiria. Tinham consciência de sua importância por compor uma elite fronteiriça, com atuação militar permanente. Tinham forte tradição de lutas e vitórias no tempo da "fronteira

---

<sup>104</sup> Quevedo Julio e Tamanquevis, José C., *Rio Grande do Sul: Aspectos da História*, Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990, p.48

móvel", e se as fronteiras estavam estabilizadas era graças as suas ações.

Porém esta elite estava insatisfeita, com sentimento de derrota e desgastada. Não assumia a responsabilidade por esta situação de ruína da Província e transferiam a culpa para o centralismo do Governo brasileiro, resultando num processo de desajuste político com o governo.

A situação piorou quando o Governo Regencial, no intento de buscar mais recursos, ordenou a taxaço sobre as terras das elites regionais. Cada vez ficava mais clara a oposição de interesses entre os pecuaristas sulinos e os cafeicultores paulistas. A elite sulina começava a exigir mais poder político.

No campo econômico, o principal produto de exportação da Província, o charque, que era vendido para o abastecimento dos escravos no nordeste do país, enfrentava a concorrência do então recuperado charque uruguaio, sem proteção por parte do governo para a produção nacional.

### ***A fundação de um município por decreto***

Neste contexto político-econômico nada favorável é que o Conselho Geral da Província de São Pedro do Rio Grande (criado pela 1ª Constituição Brasileira) propôs ao Governo do Rio de Janeiro a formação do município de Jaguarão. O decreto é de 6 de julho de 1832. Todo território ao sul do

Piratini, que já fazia parte da Freguesia, foi oficialmente definido como um município brasileiro, com sua câmara e justiças locais.

"A Regência, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, ha por bem sancionar, e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléia Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Art. 1º - O lugar do Espírito Santo do Serrito de Jaguarão, Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, é elevado a Vila.

Art.2º - O seu termo compreende os distritos de S. João do Erval, e Arroio Grande da Lagoa Mirim, confinando pelo norte com o rio Piratini; pelo sul com a Lagoa Mirim; pelo leste com o Rio S. Gonçalo até a Barra do Piratini; e pelo oeste com o Rio Jaguarão até a foz do Candiota, subindo por este até as pedras altas, e pontas do Piratini.

Art. 3º - Haverá na Vila do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão, Juizes ordinários, Juiz de Órfãos, Tabelião Judicial e Notas, assim com o Inquiridor, e Contador, que servirão em ambos os Juízos.

Finalmente, em 22 de maio de 1833 foi efetivada a instalação do Município, com a posse dos membros da

primeira Câmara Municipal da Vila, a qual eram reservadas importantes funções de acordo com as disposições das leis em vigor. Além de ser responsável pela gestão da cidade, era quem escolhia, entre os membros da comunidade, aqueles que comporiam as listas tríplices para cargos dos juizes da cidade, para enviar ao Governo da Província, que era a quem cabia a escolha final.

Pode-se supor que seja muito provável que com a nova situação política pouca coisa tenha modificado de fato no cotidiano daquela distante e isolada Vila da fronteira. Como se verá mais adiante, toda documentação referente a este período foi perdida durante os conflitos que logo iniciaram, quando os liberais farroupilhas, contando com o apoio de outros liberais na Província, resolveram não mais aceitar mais imposições do governo imperial central, eclodindo um movimento armado de grandes conseqüências, conhecido por Revolução Farroupilha.

### ***Jaguarão e a Revolução Farroupilha***

"Uma administração sábia e paternal nos teria indenizado de sacrifícios tais e tão pesadas cargas, pela abolição de alguns impostos e direitos; o governo imperial, pelo contrário, esmagou a nossa principal indústria, vexando-a ainda mais. A carne, o couro, o sebo, a graxa, além de pagarem nas alfândegas do país o duplo do dízimo, de que se propuseram aliviar-nos, exigiam mais quinze por cento em qualquer dos portos do Império. Imprudentes legisladores nos puseram, desde esse

momento, na linha dos povos estrangeiros, desnacionalizaram a nossa Província e de fato a separaram da comunhão brasileira." (Bento Gonçalves - Manifesto de 27 de agosto de 1836)<sup>105</sup>

Durante o período dos conflitos revolucionários, a povoação nascente praticamente parou suas atividades civis, provavelmente mantendo-se apenas como um posto militar e algum comércio em funcionamento. Quando termina a revolta, a Vila estava despovoada e abandonada por parte da população que havia saído pela falta de apoio para movimentar qualquer atividade naquele local.

Esse movimento armado que tanto marcou a região sulina, era formado por um conjunto de pessoas influentes com idéias liberais e interesses distintos, embora sobre este assunto exista muita discórdia entre os historiadores brasileiros. Alguns procuram sustentar a hipótese de que se tratava de um grupo de pressão ao Governo central para conseguirem mais recursos e autonomia para a Província, como também existe aqueles que garantem que o movimento foi apoiado por alguns importantes e exaltados personagens da oligarquia sulista, que sonhavam com uma República e viram nesta causa uma possibilidade de executar tais idéias<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> Sodré, Nelson Wernec, *Formação Histórica do Brasil*, Rio de Janeiro:Ed. Bertrand Brasil S/A, 1990. pg. 277

<sup>106</sup> Sobre este assunto, sugere-se conhecer a publicação de Ieda Gutfriend te, "A Historiografia Rio-grandense", no sentido que coloca a síntese de posições dos principais historiadores gaúchos que

A rebelião eclodiu a 20 de setembro de 1835 e três anos após, foi proclamada a República Rio-grandense, ao mesmo tempo em que o processo revolucionário havia se transformado numa sangrenta "Guerra Civil".

Em 1838, Bento Gonçalves através de um famoso discurso, explicava as razões da República, com ênfase nas seguintes questões:

- a atuação prejudicial, à Província, por parte do Governo do Rio de Janeiro;
- a deficiente política tributária, que fazia incidir altos impostos sobre o sal (importado de Cadiz e fundamental para as charqueadas) e baixas tarifas de importação sobre o charque platino;
- desvio de dinheiro da Província para outras províncias;
- a desorganização da economia devido as guerras que a Província era convocada a participar;
- a parcialidade da Corte em atender os interesses das "províncias do Norte", vale dizer, Rio de Janeiro.

Em 28 de fevereiro de 1845, foi assinada a "Paz de Ponche Verde", marcando o final da Guerra Farroupilha. Por esse acordo, entre várias questões acordadas, a oligarquia rio-grandense foi ressarcida pelos seus gastos de guerra, criava-se uma taxa sobre o charque importado do Uruguai

---

desenvolveram estudos sobre a Revolução Farroupilha, com distintos posicionamentos, como Alfredo Varela (que sustenta a idéia de que foi um movimento separatista); Othelo Rosa, Souza Docca e Aurélio Porto, entre outros. Gutfreind, Ieda, op.cit., p. 156-160.

e possibilitava-se o "direito" dos estancieiros escolherem naquele momento o seu Presidente da Província.

Após a "Guerra dos Farrapos" (como eram conhecidos os soldados farroupilhas por suas roupas velhas e "esfarrapadas"), as estâncias e os campos ficaram despovoados e as charqueadas arruinadas. Pela comparação da arrecadação da Província correspondente a um ano antes do conflito e por dois anos durante a guerra, pode-se desenhar um quadro com a situação caótica a que ficou reduzida:

	1834/35	1837/38/39	diferença
<b>Arrecadação</b>	1.209:607\$000	369:266\$000	- 69,5%

ou seja, em dois anos, a arrecadação foi reduzida quase que a quarta parte do arrecadado em um ano. Perderam-se 80.000 cavalos e desbaratou-se a fortuna pública de mais de 100 milhões de cruzados.<sup>107</sup>

Em Jaguarão a Câmara Municipal tentará reorganizar a vida comunitária local. As lutas revolucionárias prejudicaram o progresso da vila, fazendo-a passar por uma crise sem precedentes, visto que muitos de seus habitantes, na maioria famílias pobres com poucos recursos, irão procurar outros locais para se radicarem<sup>108</sup>. Jaguarão reiniciava suas atividades praticamente

<sup>107</sup> Sodré, op.cit., p.244

<sup>108</sup> *Apontamentos para uma monografia de Jaguarão: 2ª Exposição Agro-pecuária*. Porto Alegre: Intendência de Jaguarão, 1912. p.78.

despovoadas, com terrenos urbanos vazios, obras inacabadas e casebres fechados.<sup>109</sup> A Câmara, a quem de fato competia a reorganização da comunidade, encontrava dificuldades de todas as ordens. Os recursos para as obras de recuperação urbana eram escassos e a distribuição dos terrenos da Vila era dificultada por falta de documentação.

A estrutura urbana da Vila era ainda muito precária quando eclodiu a Revolução. A paralisação das atividades administrativas por 10 anos gerou um caos administrativo, uma desorganização muito grande. Mesmo as atividades de rotina se viram prejudicadas. Serviços básicos e necessários como determinar o alinhamento predial para um cidadão poder edificar uma casa, não podia ser atendido tal era o estado de desarrumação das ruas, sem referências, nem ordem<sup>110</sup>.

No momento que os vereadores recomeçaram suas atividades, após a crise farroupilha, toda documentação anterior a Revolução estava desaparecida. Ninguém conhecia o local onde se encontravam livros de atas que registravam a vida municipal desde a primeira reunião da Câmara, quando a Freguesia fora elevada a categoria de

<sup>109</sup> Apontamentos, op.cit., p.78: "como as pessoas de notória influência, nesta localidade, eram estreitamente ligadas aos revolucionários, em vista do valor da família Gonçalves da Silva, e aqui preponderando o elemento imperial, pela força das armas, aqueles que não se atiraram abertamente para a luta, aqui se mantiveram, sem maior desenvolvimento comercial ou social, ou então se retiraram para o Estado Oriental, estacionando, por essa razão, o nosso progresso".

<sup>110</sup> Ata da Câmara Municipal de Jaguarão, nº 20 de 22/9/1845. (IHGJ)

Vila. Não havia documentação, era como se nada existisse anteriormente.

Na primeira reunião da fase de reconstrução da vila, ocorrida em 17/02/1845, o secretário deu parte da falta que encontrou no Arquivo da Câmara destes livros, atas e livro de cópias dos ofícios, "...e que ouvira dizer existiam em poder do falecido Manoel Gonçalves da Silva". Por conta desta informação, os senhores vereadores resolveram oficializar a viúva do Sr. Gonçalves para saber sobre este assunto, "...afiançando-lhe qualquer resultado, que ela supusesse de haver pela entrega deles..."

Na sessão seguinte, conforme ata nº 2 de 18/02/1845, foi apresentada pelo secretário da Câmara, a resposta da viúva do falecido Gonçalves, com respeito aos livros desaparecidos, a qual "não os poder achar em sua casa".

Estes documentos permitiriam conhecer o desenvolvimento das atividades da povoação desde suas primeiras ações municipais em 1833, enquanto Vila oficializada, até o início da Revolução Farroupilha, pois nos anos subsequentes que corresponderam ao período em conflito, sabe-se que estas atividades praticamente cessaram.

Jaguarão fora elevada a categoria de Freguesia pelo decreto de 1832, mas a primeira sessão que se encontra na forma documental, está no terceiro Livro oficial, com data de 17 de fevereiro de 1845. Este longo espaço de 13 anos compreendidos nas atas dos dois livros perdidos, é consequência de um período anormal, correspondente à Revolução Farroupilha, durante o qual as funções da

Câmara, bem como qualquer atividade municipal, estiveram interrompidas.

Deve-se esclarecer que existe consenso entre os historiadores da cidade, embora se desconheça documentação a respeito, que no período conturbado em que durou a Revolução Farroupilha, mesmo que oficialmente as atividades administrativas da Câmara estivessem interrompidas, foram realizadas algumas reuniões políticas e que os documentos pertinentes a estes "encontros secretos dos políticos jaguarenses", foram exterminados para evitar perseguições.

Inclusive a casa ocupada pela Câmara foi abandonada durante o período revolucionário. Quando se retornam às suas atividades, sua proprietária, Sra. Delfina Maria Eloy, através de requerimento solicitava o valor correspondente aos aluguéis deste período, o qual é indeferido pelo plenário, ficando decidido "...que se deve pagar até a última sessão da Câmara a qual teve lugar em janeiro de 1836, depois do que ficou esta Vila em total abandono...". Estes fatos evidenciam que a cidade praticamente parou suas atividades administrativas durante a crise revolucionária, como que se nada houvesse ocorrido.

É interessante registrar que Jaguarão durante a revolução viveu uma situação muito particular. Como forte estabelecimento militar ligado ao governo central que era, nunca foi tomada pelas forças revolucionárias, mas a nível civil, foi a primeira cidade a reconhecer o governo revolucionário dos farroupilhas. A "República Rio-Grandense" nunca conseguiu ocupar todo território do Rio

Grande, ficando muitas cidades importantes, em mãos legalistas, o que foi o caso de Porto Alegre (capital), Rio Grande (única cidade portuária do Estado do Rio Grande do Sul) e Jaguarão.

Desta forma, oficialmente Jaguarão permaneceu no lado legalista durante a revolução e não sofreu por esta razão a retaliação política por parte de governo central, que alguns autores identificam haver existido após os conflitos.<sup>111</sup> Suas eternas dificuldades junto ao governo central deviam-se a outras razões, das quais sua localização periférica e fronteiriça muito contribuía.

Manoel Gonçalves da Silva, com quem deveriam estar as atas desaparecidas, era irmão do chefe revolucionário Bento Gonçalves da Silva e avô de Carlos Barbosa Gonçalves, uma das maiores expressões políticas da história política jaguareense, chegando a ocupar o cargo de Governador do Estado. Segundo consta, Manoel foi um homem de prestígio, sempre impulsionado pelas idéias de seu irmão, Bento Gonçalves<sup>112</sup>.

Acredita-se que quando os ânimos se incendiaram e, predominando em Jaguarão por quase todo o tempo do decênio revolucionário mais a força imperialista do que a farroupilha, Manoel Gonçalves tenha levado os documentos para sua casa fora da cidade, para mais tarde restituí-los à Câmara Jaguareense. Com a sua prematura

---

<sup>111</sup> Weimer, op.cit.,p. 81

<sup>112</sup> "Apontamentos, op.cit., p.17

morte, junto perdeu-se o arquivo com a memória da Vila, desde a fundação até o término da luta em 1845.

Segundo o jornal "A Reforma" de 9 de março de 1874, aquela documentação foi queimada na cidade de Melo, no Uruguai. Este jornal publica uma comunicação ocorrida durante uma reunião da Câmara em 16 de janeiro de 1873, referindo-se às atas acima citadas de 17 e 18 de fevereiro de 1845, onde está declarado o desaparecimento dos livros de atas e de cópias de ofícios,

"o que se acha em harmonia com a voz pública à dizer que semelhantes livros com muitos papéis foram queimados na Vila de Melo, Departamento do Serro Largo no Estado Oriental do Uruguai, em decorrer da revolução civil, que, nesta província de São Pedro do Rio Grande do Sul..."

### ***O frustrado projeto de imigração para desenvolver a região de fronteira***

Durante o século 19 a população do Estado aumentou também pelo incremento causado pela imigração. No caso de Jaguarão, por volta de 1857 houveram planos governamentais para o assentamento de imigrantes neste município. A Câmara formou uma comissão que realizou estudos para sua localização, posicionando-se francamente favorável a esta iniciativa, porém, de fato, nada se concretizou.

"...tendo examinado o lugar mais conveniente para o estabelecimento de uma colonia, nenhum achou mais próprio par esse fim do que o rincão situado entre os arroios Telho, Jaguarão e do Meio....A comissão está convencida que os habitantes deste município, conhecendo as vantagens imensas e palpaveis, que para todos em geral, resultarão com a fundação de uma colonia, não deixarão de se unirem em massa, para coadjuvarem por todos os meios ao seu alcance, a fim de fazer prosperar...."<sup>113</sup>

O papel desempenhado pelos novos imigrantes (deve-se lembrar que no século 18 haviam chegado os açorianos para povoarem o Rio Grande do Sul) na economia e no espaço dos municípios onde se instalaram foi bastante significativo. Para muitos historiadores, o início da diversificação da produção no Rio Grande do Sul ocorreu a partir da chegada destes imigrantes, responsáveis por uma nova mentalidade para esta terra. Além da produção primária, o imigrante veio reforçar outros setores da economia, como o comércio e a indústria, com grande significação nos estratos médios da população. A história de Jaguarão seguiria outros caminhos.

---

<sup>113</sup> Carta da Comissão formada pela Câmara para examinar o assunto referente à colônia para imigrantes, com data de 24 de agosto de 1857. (IHGJ)

Sem a imigração, a diversificação ocorrida na sociedade e na economia jaguarenses ocorreu em pequena escala, graças as pessoas de procedência variada que se instalaram na região durante o século 19. Inicialmente pela questão militar, que trouxe para a cidade, além do pessoal efetivo, também soldados estrangeiros contratados para a guerra e que acabaram permanecendo na Vila. O mesmo ocorreu com membros das comissões que chegaram para demarcação dos limites da fronteira estipulados pelos tratados. E logo o comércio da fronteira, que desde o início da povoação era incentivado pela forte demanda local. A partir da metade do século, este comércio de fronteira foi o grande incentivador para o afluxo de pessoas das mais variadas procedências, tanto do Brasil, como do exterior. Desta maneira pode-se perceber que a fronteira desempenhou um papel concentrador de população de procedência diversa, que ali chegava e se estabelecia, com a perspectiva de um crescimento proporcionado por esta própria situação fronteiriça, tradicionalmente incentivadora do comércio.

Mas foi com a criação e a produção de charque, que a região sul foi protagonista do desenvolvimento do Estado. Apesar das crises constantes, resultado das contradições entre os interesses do Império brasileiro e dos criadores e charqueadores, em função de preços, taxas e impostos, esta região se beneficiou da exportação do charque para o norte do país. Jaguarão possuía algumas charqueadas, embora as grandes empresas, aquelas que concentravam grande número de escravos e detinham os maiores números na exportação, se localizavam na região de

Pelotas para quem os criadores de Jaguarão forneciam boa parte dos seus rebanhos<sup>114</sup>.

É provável que a proibição do tráfico de escravos em 1850 e a conseqüente alta desta "mercadoria", tenha feito com que muitos charqueadores procurassem diversificar sua produção ou, pelo menos, alguns se transferissem para a fronteira para melhor se abastecerem de gado.

### ***O ambiente urbano em Jaguarão na metade do séc. 19***

A documentação disponível - principalmente atas da Câmara de Vereadores e notícias veiculadas nos periódicos locais - referente ao início dos anos cinquenta do século 19, apontam uma movimentação intensa na fronteira de Jaguarão, que comprova este período como de especial interesse na história de seu crescimento urbano. A crise pela qual passa o país vizinho, contribuía para o desenvolvimento da região, como que para comprovar uma expressão conhecida daqueles povos de que "a fronteira vai bem, quando o centro vai mal".

Além do contingente militar, a cidade desde cedo atraiu muitas pessoas de outras regiões, tanto viajantes de passagem pela fronteira, como muitos cidadãos que chegavam intenções mais estáveis, de fixar negócio e/ou residência. É razoável pensar que a situação de fronteira e

o potencial latente do lugar, ao nível de comércio, gado e mercado consumidor no encontro de dois países, facilitado pela via navegável, fosse um atrativo para empreendedores e aventureiros. Os livros de registro de óbitos do final do século 19 e início do 20, permitem uma aproximação à procedência da população estrangeira que habitava a cidade na 2ª metade do século 19.

Desperta atenção o significativo número de uruguaios, demonstrando uma integração de fato, ao nível da população, ao contrário das relações político-oficiais, onde a instabilidade entre os dois países era constante, inclusive com conflitos armados, como o que ocorreu no ano de 1865.

Imediatamente após os uruguaios, aparecem os portugueses e espanhóis, o que não chega a causar surpresa, apenas o fato de que sejam em número muito reduzido se comparado com os vizinhos uruguaios, o que pode ser um sinalizador de que os tempos de colonização, com a presença maciça dos ibéricos, vão ficando distantes.

Do mesmo quadro, um dado que pode deixar uma interrogação refere-se ao reduzido número de africanos, pois sabe-se que no período correspondente a metade do século, praticamente metade da população era composta por negros africanos e seus descendentes.

---

<sup>114</sup> Pereira da Cruz, op.cit., p.113

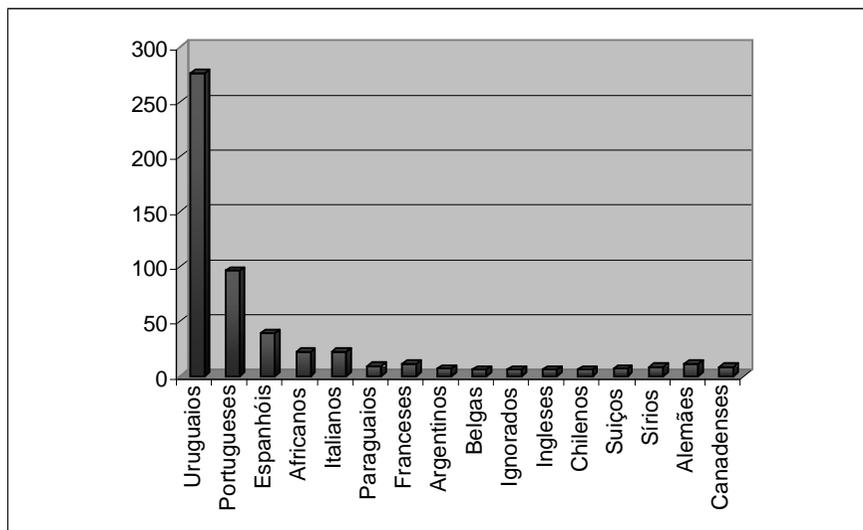


Fig. 29 : Mapa de óbitos de estrangeiros no final do séc. 19, realizado a partir de informações colhidas nos arquivos da Prefeitura Municipal de Jaguarão.

Quanto à população brasileira que afluía para aquela distante e isolada fronteira, se encontravam tanto pessoas de outras regiões do Rio Grande do Sul, como do resto do país. Muitos casos ocorreram para confirmar este movimento. É interessante a comunicação expedida ao Presidente da Câmara, por um professor e empresário do Rio de Janeiro, José Albano Cordeiro, sondando possibilidades e manifestando desejo de estabelecer um Colégio na Vila, "como o que atualmente possui naquela Corte", cujo programa remetia em anexo, ou encarregar-se

de outros quaisquer objetos que pudesse desempenhar, anexando algumas possibilidades de outros negócios. O assunto foi discutido entre os senhores vereadores e logo decidido que o Senhor Presidente contestasse a carta esclarecendo a esse cidadão que a Câmara nutria grandes desejos de ver prosperar o seu município, e com efeito seria uma vantagem caso se efetuasse a sua pretensão. Porém reconhecendo que talvez ele não colhesse vantagem do seu projeto, não queria animá-lo a isso, mas se insistisse em deslocar-se a Jaguarão para fazer parte de seus municípios e empregar-se em qualquer dos outros assuntos propostos que possa ter lugar, que então a Câmara lhe prestaria todos os auxílios ao seu alcance<sup>115</sup>.

Este episódio, permite supor que a região deveria estar sendo alvo de boa reputação em outras localidades, não só da Província como também do país, embora a verdadeira situação urbana do povoado era caracterizada por dificuldades generalizadas. Apesar dos esforços administrativos, a falta constante de recursos, o isolamento e a exagerada dependência ao governo central dificultavam sua gestão municipal. Somava-se a isto uma procura muito grande de terrenos por novos moradores, que pretendiam estabelecer-se no município, mas que eram prejudicados pela falta da documentação oficial de propriedade dos terrenos.

Estas dificuldades freqüentemente ofuscavam os momentos de otimismo frente ao futuro local. O editorial do jornal "O Jaguareense", nº 46, no início do ano de 1856, em

<sup>115</sup> Ata da Câmara Municipal de Jaguarão, nº 298, de 14/7/1852. (IHGJ)

sua edição do dia de 05 de fevereiro, sob o título "O Brasil em 1855", fazia um balanço na forma de uma crítica densa e pesada da situação. Jaguarão acabava de ser elevada a categoria de cidade, mas simultaneamente havia sido atingida por uma violenta epidemia de cólera, que deixou uma marca muito profunda de pessimismo, ficando a população extremamente abalada com este surto.

É interessante a reprodução deste editorial, pois nele se traduz de forma eloqüente este sentimento pessimista que abarcou aquela distante comunidade do extremo sul brasileiro, ao mesmo tempo em que demonstra sua consciência política tanto a nível nacional como internacional, além de demonstrar uma atualização e conexão com fatos importantes que ocorriam no mundo dito mais adiantado naquela época:

“Olhamos tristemente para o ano que expirou e, no entanto, a humanidade nesse ano marchou acelerada pelo caminho do progresso. Uma exposição industrial e artística em Paris, um congresso internacional de estatística, o aperfeiçoamento das comunicações elétricas de país a país e até de continente, a estrada de ferro do Panamá, essa ponte entre dois oceanos – a solução definitiva do Canal de Suez – e muitos outros prodígios da atividade humana, em todos os ramos das indústrias, são documentos favoráveis ao ano de 1855.

....Na epopéia gigantesca do Mar Negro, a apregoada supremacia das massas obedientes tem sido suplantada pelos recursos da inteligência e pela energia da liberdade.. A intervenção nos negócios do Prata foi sempre de parte do Brasil mais um rasgo de generosidade do que um cálculo de política. Restaurar as finanças de países seus limítrofes, ajudá-los em sua organização, fomentar-lhes a

indústria e levá-los ao regime da paz e do trabalho, era dar-lhes importância, era dar-lhes a força e nunca um país conquistador, que quer influir ilegitimamente, procede daquele modo...Fomos acusados nos livros franceses e nos jornais americanos de invasores ambiciosos!

...Saímos do território do Prata muito tarde; e saímos quando a calúnia de uns e a má vontade de outros nos tinha criado uma reputação odiosa. Não saímos como amigos que se despedem, mas como hóspedes suspeitos. Ainda bem que saímos. Desde o dia em que Rosas caiu, o Brasil nada mais tinha que ver com o Rio da Prata. A sua missão era, daí em diante, puramente diplomática.

...Duas ocasiões nos tem oferecido as nações mais importantes da Europa para nos fazermos conhecidos de todo o mundo industrial – a grande Exposição de Londres e a Exposição Universal de Paris. Duas vezes ficamos encolhidos...Deixando de nos inscrever entre as nações civilizadas, na ocasião em que se apresentavam aos olhos dos visitantes de todo o globo, cometemos uma grande falta, nós que pretendíamos chamar a emigração para o nosso solo...”<sup>116</sup>

Evidente que há que se considerar que naquela época, mais do que nunca, os jornais estavam atrelados a setores políticos da sociedade, mas seu conteúdo transmite de forma melancólica e crítica, a oposição de um setor local, com referência ao poder central. Como se pode observar, há um claro antagonismo de posicionamento político e de interesses entre a sociedade da fronteira e o poder central, a respeito da relação com os Estados vizinhos do Prata. Nesta metade de século, as relações do Brasil com as

---

<sup>116</sup> Dutra da Silveira, Maria, *Elevação de Jaguarão à categoria de Cidade*, in: Cadernor Jaguarenses, nº 1, Jaguarão: PMJ/IHGJ, 1990. p.4

repúblicas vizinhas eram muito tensas o que não era correspondido a nível popular na fronteira.

### ***Recuperação da ordem municipal, dificuldades e crescimento.***

Na retomada das atividades políticas após os conflitos farroupilhas, entre tantos problemas para resolver neste "recomeçar a construção da cidade", os senhores vereadores encontravam dificuldades para preenchimento dos cargos públicos necessários para o funcionamento da vida pública. Examinando a documentação oficial, causa curiosidade o número de pessoas que, nomeadas para exercerem função pública na Vila, como juizes, por exemplo, alegavam impossibilidade para tal. Várias vezes a Câmara oficiou o Presidente da Província sobre as dificuldades geradas por esta questão<sup>117</sup>.

Estes cargos não eram remunerados, mas conferiam aos seus ocupantes, poder e prestígio político-social. É provável que neste período de crise e retomada de crescimento, as pessoas estivessem ocupadas intensamente na reabilitação de suas atividades produtivas e rentáveis e, por outro lado, apáticas e descrentes com as questões de ordem política.

---

<sup>117</sup> 4ª sessão da Câmara, após a retomada das atividades, realizada no dia 28 de fevereiro. (IHGJ)

Com a situação falida na qual se encontrava a cidade após a Revolução Farroupilha, as dificuldades de recuperação se estendiam a todos os níveis. Mesmo as atividades municipais corriqueiras, desde que dependessem de aplicações de verbas, mesmo votadas, aprovadas e determinadas pela Assembléia, não podiam ser executadas, sem o prévio consentimento do Governo Provincial, o que às vezes tardava anos. Muitas vezes esta demora era causada pelas mudanças repetidas daquele governo, com prejuízos para os municípios pelos atrasos, esquecimentos e até perda de processos sobre auxílios necessários.

Para completar esta situação caótica, o porto de Jaguarão, que poderia facilitar seu desenvolvimento aproveitando esta posição privilegiada, acabava transtornando a vida econômica da cidade. A abertura do Sangradouro da Lagoa Mirim foi um eterno calvário para a navegação, apesar dos esforços realizados pela população da cidade no sentido de resolver este importante problema. Esquecidos pelo poder central, muitas vezes fizeram subscrições entre os moradores para a dragagem daquela área, mas nunca os recursos foram suficientes para resolver de maneira definitiva tal problema.

Desta forma o isolamento se torna uma característica na vida da cidade. As distâncias terrestres para Pelotas e Rio Grande eram de muitas léguas, e não existiam estradas, apenas caminhos de tropas, com toda serie de dificuldades, rios, banhados, etc. Este isolamento, acrescido das freqüentes crises do lado oriental, fez com

que o município, sofresse de muita carestia de gêneros de primeira necessidade, o que contribuía para elevar os preços destes produtos a níveis exorbitantes. A população percebia os males causados por esta situação. A quase paralisação das atividades em determinados momentos, era atribuída aos péssimos meios de comunicação e ao abandono da região de fronteira pelos governos da província e central.

Apesar das dificuldades administrativas, não há dúvida que os negócios estavam sendo retomados na cidade. O comércio (legal e ilegal) era potencializado pela situação fronteiriça. Nas reuniões da Câmara se tornavam freqüentes as solicitações para abertura de casas de negócios e oficinas. Para que se forme uma idéia razoável do que ocorria nesta época de verdadeiro renascimento municipal, apenas na sessão da Câmara de 25 de fevereiro de 1845, foram recebidos três requerimentos para abertura de casas comerciais; três dias depois, na sessão do dia 28, foram apresentadas mais doze solicitações do mesmo tipo e, em 3 de março daquele mesmo ano de 1845, mais cinco pedidos desta mesma natureza, o que para uma povoação daquela dimensão era algo significativo. Fica evidente que a proximidade com a fronteira era o grande motor deste comércio nascente, ou pelo menos assim se expressavam os senhores vereadores :

"...os veementes desejos dos habitantes deste lugar que parece dever merecer as mais sérias lembranças de nossos legisladores provinciais, principalmente por ser um ponto de fronteira,

onde o comércio, de alguma sorte, tem prosperado..."<sup>118</sup>

As casas de negócios procuravam se localizar o mais próximo possível do rio. Isto gerou preocupações dos responsáveis pelo poder público da Vila, que, na seção de 3/03/1845 procuravam resolver esta questão com ordens que provavelmente nunca foram cumpridas:

"...indicou o Sr. Abreu e foi aprovado, que se ordene aos fiscais e juizes de paz dos distritos, que abrangerem a fronteira, que façam retirar duas léguas para o centro todos os indevidos que tenham casa de negócio, sobre a mesma fronteira., sofrendo a pena o que assim não cumprir de trinta mil reis..."

Com muita freqüência a Câmara era questionada pelo Governo Provincial para relatar a realidade do município de sua responsabilidade. A resposta a uma destas solicitações é muito ilustrativa pois permite que se conheça um pouco da situação do município nesta época correspondente a metade do século passado: seu comércio, contrabando e outras relações com o país vizinho:

"Quanto à primeira pergunta sobre quais são os objetos de produção ou indústria desta Província que passam de nossas fronteiras para o Estado Oriental, a resposta é: erva mate, cal, tamancos,

---

<sup>118</sup> Representação assinada pelos vereadores de Jaguarão dirigidas às altas Câmaras do País, em julho de 1854. (IHGJ)

arreios, tabulado e toda a casta de cereais...Que os objetos importados em nossas fronteiras vindos do Estado Oriental são: em primeiro lugar todos os produtos daquele país, como charques, couros, cabelo, sebo, graxa, chifres e gado de corte; em segundo lugar são toda a sorte de fazendas e ferragens vindas dos portos europeus e introduzidas por Montevideú...Que é exata a existência de contrabando nesta Fronteira e com especialidade nesta Vila, onde é exercido com a maior facilidade, sendo bem sucedido; e quando é em maior escala são depositados em nossos iates que aportam naquela margem a descarregar gêneros exportados desta Província e carregar os efeitos de charqueada que são ali manufaturados e livres de direito, carregando ao mesmo tempo os volumes de fazendas, os quais levam para a cidade do Rio Grande, e parte deles volta a esta Vila despachada, então, pela Alfândega, fazendo a tudo isso a pequena despesa de 3 a 4%. Se o contrabando, porém, é para a campanha, vai ser depositado Jaguarão acima e despachado pela Coletoria como fatura comprada nesta Praça e assim movidos de competente guia o vão receber em carretas e o conduzem sem o maior inconveniente.

Existe uma pequena povoação na margem oriental, em frente desta Vila, denominada Arredondo que mais bem lhe cabia o nome de

Alfândega da Província do Rio Grande. Ali vão continuamente negociantes comprar fazendas e mesmo famílias deste município, conduzindo-as em pequenos volumes para este lado, a toda a hora e sem o menor embaraço e menos lhe são exigidos os direitos correspondentes, tocando isso ao extremo de paralisar completamente o comércio desta Praça.

Crê a Câmara, Ex.mo. Sr., que a grande diferença dos preços das fazendas vindas de Montevideú com as da cidade do Rio Grande, diferença que em alguns artigos é de cem por cento, é a causa primordial de desafiar o contrabando..."<sup>119</sup>

Através de representações, a Câmara atacava algumas medidas opressivas do Governo Provincial referente a fiscalização da fronteira de Jaguarão, não considerando particularidades próprias geradas por sua posição fronteiriça. Em determinado momento haviam reclamações contra o administrador de mesa de rendas da cidade, por fazer passar revista corporal em "senhoras decentes" que passavam no porto, vindas do Estado Oriental, por desconfiar que ocultassem objetos sujeitos a direitos de impostos.

"não pode deixar de representar à V. Ex.a., pedindo providencias, contra as medidas

---

<sup>119</sup> Informações ao Presidente da Província, para atender pedido do Governo Imperial, em 15/02/1853. (IHGJ)

opressivas, vexatórias e pouco consentâneas aos costumes e civilização do presente século e que se tem adotado, para a fiscalização das rendas gerais, nesta cidade e seu município."<sup>120</sup>

Nestas correspondências era comum aproveitar a oportunidade e ampliar queixas e lamentos a outros temas, como a cobranças indevidas de gêneros despachados para a fronteira e campanha (zona rural), pela "suposição" de que o seu destino seria o país vizinho.

Por outro lado, desde os primeiros tempos que a presença militar na cidade impulsionava de alguma maneira o seu crescimento. A simples movimentação dos soldados já causava reflexos no comércio local, como também na questão da própria construção de prédios para esta tropa ou terrenos e casas para os oficiais. Isto evidentemente representava muito em nível de implementação econômica para qualquer cidade pequena escala de Jaguarão.

Bastava a notícia da passagem pela cidade de uma autoridade militar pela cidade, o que ocorria com certa frequência devido a sua posição geo-política e a constante prontidão desta fronteira, gerava por parte dos senhores vereadores medidas urgentes para melhorias urbanas, como a compostura das ruas desta vila, por exemplo<sup>121</sup>.

---

<sup>120</sup> Ofício de maio de 1856 à Presidência da Província. (IHGJ)

<sup>121</sup> Atas da Câmara Municipal de Jaguarão: nº 47, de 24 de março de 1846 e nº51, de 24/4/1846. (IHGJ)

São vários os exemplos para ilustrar o impacto que a questão militar exercia na comunidade e todos bastante significativos para comprovar o impulso no crescimento da cidade. Entre tantos exemplos encontrados na farta documentação desta época, pode-se destacar a solicitação (aprovada) do Tenente Coronel Augusto de Oliveira "...de trinta e dois terrenos devolutos para seus oficiais, sendo doze na sexta e sétima quadras da rua das Flores, frente sudeste, oito na sexta e sétima quadra da mesma rua, frente nordeste...", ou quando no ano de 1852, o engenheiro polonês, Conde Florestan de Pozwadowski, contratado pelo Exército Imperial, elaborou um projeto para um quartel para mais de 1000 pessoas. É fácil supor que, para uma cidade de pequeno porte, atitudes como estas representam um incremento considerável no seu panorama urbano, econômico e social<sup>122</sup>.

### ***Poder local: a ação política durante a retomada do crescimento***

Os tempos que seguiram após a Paz do Ponche Verde foram fundamentais para o desenvolvimento de Jaguarão. A reestruturação da cidade foi difícil, talvez pior do que nos tempos iniciais da povoação, quando quase nada existia, porque agora havia o desânimo da população frente a uma vila decadente e abandonada. Assim como ocorrera com a guerra que culminou com invasão uruguaia no final dos

---

<sup>122</sup> Ata nº51 da CMJ, de 24/4/1846 (IHGJ)

anos 20, mais uma vez Jaguarão teria que superar as dificuldades e retomar uma recomposição econômica e social. E mais uma vez o povoado terá que se recuperar, o que efetivamente ocorre com relativa rapidez, pois logo foi elevado à categoria de cidade.

A gestão do município, desde sua fundação em 1832 era de responsabilidade da Câmara de Vereadores. Este era o fórum de decisões a nível Municipal. Estava subordinada diretamente ao Governo Provincial, a quem deveria solicitar recursos e prestar contas de suas ações. Era composta por cidadãos eleitos pela comunidade e, ao candidato mais votado, competia o cargo de Presidente, efetivamente a maior autoridade político-administrativa local. As eleições em geral e as municipais em particular, sempre foram muito disputadas na região.

Apesar do exagerado centralismo do Governo Provincial, no âmbito do município a Câmara exercia um poder muito grande. Entre as atribuições mais importantes, estava a responsabilidade pela gerência da economia, devendo apresentar ao Governo, anualmente, o plano de receita futura e as despesas efetuadas no exercício findo; também formulava listas sugerindo nomes para uma série de cargos, como os referentes ao setor judiciário, para que o governador decidisse; além disto todas as questões urbanas que incidisse nos aspectos físicos e sociais, tais como infra e supra-estrutura da cidade, saúde e segurança pública, educação e toda a legislação para a gestão municipal, também eram da sua responsabilidade. Por tudo percebe-se que possuía competência para exercer o poder

urbano com muita autoridade o que justifica, como foi colocado, as acirradas disputas eleitorais que acompanharam a história política deste município.

A Câmara estava instalada para funcionar como um local receptor das aspirações e necessidades da comunidade e de onde partissem as iniciativas mais importantes que objetivassem o desenvolvimento da povoação e o bem estar dos seus habitantes. Isto faria com que o acompanhamento do processo de construção desta cidade fosse possível de ser realizado através das documentações deste Órgão, como atas e ofícios existentes em diversos arquivos locais e na capital do Estado.

Porém o que se observa na análise da dita documentação, é o fato de que mesmo nos períodos de comprovado crescimento econômico, existe um exagerado interesse de demonstrar a pobreza do município, evidentemente com a intenção de sensibilizar o governo central na liberação de recursos.

Durante todo o período Imperial, a este fórum competia a responsabilidade de legislar e administrar a vida municipal, situação que se altera no final do século, a partir da Proclamação da República, quando haverá uma separação entre os poderes, ficando a Câmara com as funções legislativas e o Intendente Municipal com a responsabilidade executiva.

Durante o período Imperial o poder da Câmara se demonstra em vários episódios que ocorrem na cidade. Além da atuação política, os senhores edis estendiam sua atuação a todos os níveis de construção da vida urbana,

inclusive projetando a cidade, conforme se comprova na farta documentação existente. Alguns episódios são interessantes e servem para ilustrar a afirmação acima, como por exemplo a discussão ocorrida na Câmara, quando em setembro de 1885<sup>123</sup>. Nesta data a rua 27 de Janeiro estava sendo novamente pavimentada no seu segmento central quando, na altura da Praça Independência (antiga Matriz) surgiu uma dúvida típica de desenho urbano, pois ao aproximar-se desta praça, aquela rua antiga e estreita de origem, teria o recurso de alargar-se um pouco, aproveitando-se do espaço permitido pela praça.

Para encaminhar o assunto, a Comissão de Obras apresenta um estudo que conclui pela manutenção do alinhamento estreito existente “tanto por razões estéticas como econômicas...”. Colocado em discussão entre os demais membros, o parecer foi aprovado pelos senhores vereadores, porém com um voto contra, que partia justamente de um dos membros mais ilustrados daquele plenário, Dr. Carlos Barbosa (homem que logo ascenderá na carreira política alcançando a posição de Presidente do Estado, como foi visto antes). Justificava seu voto contrário a proposta da Comissão, com um discurso interessante pela atualidade, numa demonstração que naquele momento as discussões entre os responsáveis pelas decisões urbanas na cidade, estavam sintonizadas com as grandes questões urbanísticas que ocorriam nos maiores

---

<sup>123</sup> Ata da CMJ, nº 1444, de 29 de setembro de 1885. (IHGJ)

centros do mundo e isto carrega o fato de importância. Sem entrar no mérito da discussão, este tema debatido em Jaguarão, não se diferenciava muito da discussão que ocorria a nível urbano em cidades importantes na época. É o momento da abertura das grandes e largas avenidas, do saneamento e embelezamento das cidades e, de certa maneira, dentro de sua escala, é a discussão que se trava em Jaguarão. A transcrição da justificativa deste voto é muito exemplar:

“...1º Porque a rua 27 de Janeiro na parte a mais estreita a que compreende a cidade velha não deve servir de modelo de largura. 2º porque não se vê a menor vantagem em diminuir o espaço para o trânsito de rodagem. 3º porque a pretendida economia que fundamenta a indicação é mais imaginária que real, visto como o que se economiza em calçamento tem de ser despendido em outros trabalhos motivados pelo estreitamento da rua como se quer fazer. 4º. Finalmente porque a realização desta idéia, longe de aformosear (sic!) a praça como ainda dizem os autores da indicação, a desfigura visivelmente”.

Este pronunciamento serve para evidenciar ainda a participação direta dos senhores vereadores nos projetos urbanos na cidade.

Desde a retomada dos trabalhos municipais, após o fim do conflito farroupilha, na metade do século, é possível acompanhar a vida urbana do município pela

documentação existente. Desta data em diante a documentação encontrada é razoável e as informações seguras.

De imediato neste reinício, percebe-se que a precariedade da situação era total refletindo-se em dificuldades para o funcionamento da Câmara a partir das próprias instalações, as quais até este momento servia-se de imóveis alugados e pouco apropriados para o tipo de função que desenvolvia. Ilustra bem esta questão uma longa polêmica entre os senhores vereadores e a proprietária do imóvel ocupado pela Câmara após a crise revolucionária. Embora o imóvel utilizado para reuniões houvesse permanecido fechado, abandonado e sem qualquer uso, na realidade estava em poder do legislativo municipal, razão pela qual a proprietária reclamava o pagamento dos valores referentes aos aluguéis daquele período crítico, os quais nunca foram efetuados.

Conforme está registrado na ata da reunião de 26 de fevereiro de 1845, na discussão deste tema se ressalta as dificuldades que se apresentava nesta Vila, com respeito

"a falta de se encontrar casa própria para as funções municipais".

Após longa discussão, ficou resolvido pelos senhores vereadores que se fizesse conhecer esta privação ao Presidente da Província, "lembrando-lhe ao mesmo tempo as propriedades que encerra em si a casa do finado inglês Brown, não só para ditas funções, como para Casa de Correção e outros mais objetos tendentes ao Estado".

Os fatos relatados na reunião do dia 25 de abril deste mesmo ano, demonstram que a Câmara não possuía naquele momento local para realização de seus trabalhos e de outras atividades necessárias ao município. Quando o presidente colocou para seus pares discutirem as necessidades mais urgentes, o resultado, apresentado na forma de um relatório na primeira seção seguinte daquela reunião, constava o seguinte:

"1º Que esta Câmara não tem uma casa própria nem alugada para suas seções e outros objetos públicos....casa própria para alugar com comodidades suficientes não só para as seções desta Câmara, como para a reunião do júri, casa de correção e outras atividades".

Como todos os processos que naquele momento tramitavam na burocracia do governo provincial, este também durou muitos anos. Neste caso, as negociações para a comprar um imóvel que servisse à Câmara Municipal duraram exatos quatro anos. Examinando-se, no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul a correspondência da Câmara de Jaguarão para a Presidência da Província, verifica-se que, desde 28 de agosto, os vereadores já propunham o negócio. O preço, dos 12 contos iniciais, acabou baixando para 8 contos. Em 1848, foram colhidos os pareceres de cada um dos membros da Câmara, sendo um dos contrários o do próprio Presidente, João Pereira de Medeiros. Mas as diligências prosseguiram:

“A Câmara participa que confirmou o contrato da compra da casa do Ten. Cel. José dos Santos Pereira, para suas sessões, por dez contos de réis, conforme autorização feita pela Lei Provincial nº 149, de 27 de julho de 1848... (ofício de 14/04/1849 assinado por Goulart Jr., Francisco Telles de Menezes, João Alves Pereira, Antônio Gonçalves da Silva e Manoel Pereira Vargas).

As dúvidas, entretanto, sobre as vantagens e desvantagens levaram, por várias vezes, ao adiamento da escritura e à proposta mais vantajosa, no final:

“Pelo que colijo do mencionado ofício de V.S.as. (18/07/1850) a única cousa que os faz vacilar é a casa ser de sotéa<sup>124</sup>, porém, esse inconveniente (se, com efeito, assim se pode chamar) é tão pequeno que não está em paridade com as vantagens que resultam, porque ainda mesmo dado o caso que a Câmara não quisesse que ela persistisse, na forma em que se acha, não só o produto da porção de linhas que ali existem para a compra de outras madeiras, como até para todo ou mesmo para parte do valor que se tivesse de dar pela telha; e o mesmo aconteceria se resolvesse a fazê-la de

sobrado, visto que as existentes paredes tem suficiente capacidade para isso. Enfim, de qualquer das maneiras que se encare o negócio, ele não só é vantajoso para a Câmara, como até para o Município, pois que com essa compra diminui as grandes despesas que se fazem com aluguéis, cujo produto reverteria em benefício dele. Atento às razões que levo expendidas, e bom conhecedor de quanto V. Sas. se ufanam de remover todos os tropeços que se opõe ao desenvolvimento do Município, e que por isso não deixarão escapar esta ocasião de lhe prestar um não pequeno serviço. Tenho a honra de novamente enviar as dimensões e proposta da casa do meu constituinte, esperando que tudo se dignarão submeter à consideração do Ex.mo. Sr. Presidente da Província. Deus guarde a V. S.as. Vila de Jaguarão, 20 de outubro de 1850 – João Augusto Penedo”

A descrição detalhada do imóvel permite que se faça uma aproximação ao que deveria ser uma casa característica do centro urbano da cidade na metade do século. Isto reveste-se de importância pelo fato de que praticamente todos os imóveis desta época foram demolidos ou reformados no período de grande desenvolvimento econômico que ocorre no final daquele século.

“A casa do Ten. Cel. José dos Santos Pereira foi construída em 1845, é sita na rua da Praça, com 85 palmos de frente ao noroeste e 50 de fundo,

---

<sup>124</sup> "Sotea" é o mesmo que "sotéia", ou seja, uma cobertura plana e horizontal de uma construção, que serve de local para se tomar sol, estender roupa, etc. (Corona, Eduardo e Lemos, Carlos, *Dicionário de Arquitetura Brasileira*, São Paulo: EDART, 1972. p.431)

toda envidraçada, forrada e assoalhada, dividindo-se pela forma seguinte: uma sala com 37 palmos de frente e 22 de fundo, com 3 janelas; um corredor com 8 palmos de largo, com uma porta; uma sala com 35 e  $\frac{1}{4}$  palmos de frente e 22 ditos de fundos e 3 janelas. Parte posterior: uma sala correspondente à primeira e com a qual se comunica por duas portas de vidraça e em dimensões em tudo igual a ela; um quarto com 24 palmos de frente e 22 ditos de fundo, um dito com 20 ditos de frente e 22 de fundo. Da parte do sueste do pátio tem outro lance de sotéa com 74 palmos de frente ao noroeste e 20 ditos de fundo, com porta de comunicação para o corpo principal da casa, e outra e 4 janelas na frente. Da parte do sudoeste do pátio tem outro lance coberto com telhas, contendo 88 palmos de frente ao nordeste e 19 ditos de fundo, dividindo-se em dois quartos de 16 palmos, um de 12 ditos, um de 22 ditos e um de 24. A casa tem de altura, incluindo a sapata e cimalha (sic), 23 palmos e mais um parapeito com 5 palmos de dito; o lado noroeste do pátio é fechado por um muro de tijolo, ficando dito pátio com 94 palmos de nordeste a sudoeste, e 70 ditos de noroeste a sueste. O preço último por que posso vender são 8 contos de réis, devendo ser 4 a vista, 2 a nove meses e os últimos dois contos a dezoito meses. Vila de Jaguarão 20 de agosto de 1850. João Augusto Penedo”.

O imóvel possui uma planta simples, que deveria refletir a maneira de vida da povoação naqueles momentos. Se analisada simplesmente pelo agrupamento retangular dos compartimentos, observa-se que trata-se de uma construção que pode atender necessidades variadas de programas habitacionais diversos, tanto no tempo quanto no espaço. Uma planta simples, compacta, "limpa", que evidentemente não foi criada nesta região, mas por suas características "universais", deve ter respondido às necessidades dos seus construtores. Uma planta simples que também não deve ter dificultado sua execução, de acordo com a precariedade local ao nível de materiais e tecnologias.

Esta reconstrução permite uma série de especulações sobre o modo de vida daquela gente, o que não deve ser aprofundado neste momento, para não fugir do foco deste estudo. Porém, mesmo superficialmente, não se pode deixar de ressaltar alguns aspectos, como o zoneamento em 3 módulos: o social-familiar, correspondente ao bloco principal na frente do terreno; a parte de serviço, ocupando uma zona intermediária acoplada ao núcleo principal e o anexo nos fundos do terreno, um setor socialmente discriminado, com certeza para a acomodação da criadagem e de atividades menos importantes de acordo com a hierarquia social.

A fachada simétrica aproxima-se das características construtivas de algumas construções ibéricas, tanto portuguesas como espanholas. No conjunto, se parecia com tipologias construtivas do resto do país.

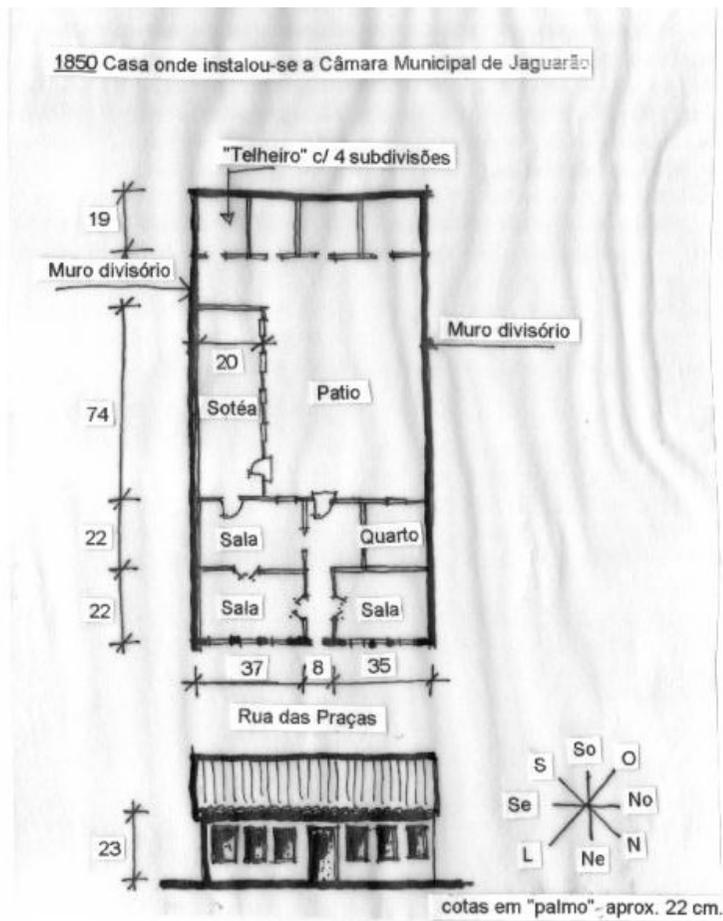


Fig. 30: "Reconstrução" do edifício da Câmara, como um exemplo das construções mais importantes da cidade na metade do séc. 19, através da descrição documentada.

Finalmente, por insistência inclusive da própria Presidência da Província, a escritura foi lavrada em 10/04/1851, pelo tabelião interino Francisco Leonardo Falcão. Vendedores: Ten. Cel. José dos Santos Pereira e sua mulher Josefa Simona Garcia de Pereira. Compradora: a Câmara Municipal representada pelo Presidente José Luiz Correa da Câmara e pelos vereadores: Rafael de Souza Netto, Theodoro Teixeira de Mello, Leodoro Machado Marques, José Joaquim Gomes da Porciúncula, Antônio Francisco de Salles e João Pacheco dos Reis. Descrição:

“uma morada de casas sitas nesta referida Vila na rua das Praças, número 18, frente ao nordeste e fundos correspondentes, extremando pelo norte com Antonio Ricardo Maia e pelo sueste com Carlos Figueiras, contendo noventa palmos de frente, na quinta quadra”.

Por ocasião da venda, parte da casa estava alugada para as aulas de meninas, sendo professora pública Dona Brinulfa do Carmo Leopoldina de Castro. Outra parte servia para a administração do Correio, a cargo do marido da mestra. Com a necessidade da transferência para outro local, a Câmara, que já tinha uma questão com o Sr. Castro, “pela pouca moral com que havia se conduzido para com as alunas”, alugou uma casa na rua das Flores, pertencente a Joaquina Maria Vieira, apenas para a escola. Dona Brunulfa, desgostosa, acabou voltando para Porto Alegre, sendo substituída por Dona Carlota Carolina de Moura.

Atualmente o edifício, totalmente modificado, é ocupado pela Prefeitura Municipal, neste quarteirão formado pelas ruas: das Praças (atual 27 de Janeiro) e, das Trincheiras (atual Odilo Gonçalves), do Comércio (atual 15 de Novembro) e Nova (atual Andrade Neves). Em janeiro de 1850, quando já estavam adiantados os estudos para a compra da casa pela Câmara, possuía a ocupação conforme a fig. 26.

### ***O fator fronteira e a recuperação do crescimento nos anos 50:***

O crescimento que a região retoma a partir da metade do século 19, tem como consequência uma corrida imobiliária que provoca um certo descontrole, por parte da municipalidade, na distribuição de lotes para a população. Isto ocasionará ainda que alguns terrenos destinados para determinadas finalidades públicas, seja por usurpação ou favorecimento, mudem de destinatário.

Apesar das crises, do isolamento e das dificuldades em geral, Jaguarão estava localizada em ponto estratégico. Por ocasião das guerras contra Oribe e Rosas e nas outras intervenções no Prata, a cidade era ponto de passagem obrigatória da tropas do Exército Imperial e das altas autoridades. Foi visitada por Caxias - Comandante e Presidente da Província - em 1851 e, no ano seguinte, pelo Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Belo, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Província.

Esta posição, aliada a outros fatores fronteiriços, garantia uma movimentação de pessoas naquela cidade que servia tanto como lugar de passagem para o estado vizinho, como também de permanência de uma população que por ali procurava se estabelecer, gerando, desta forma, uma corrida imobiliária na vila.

A presença dos batalhões de soldados trará movimentação a vários setores da cidade, especialmente na área imobiliária, com a necessidade de acomodação para pessoal do comando, oficiais e suboficiais. Em um requerimento oficial, o “Tenente Coronel Augusto de Oliveira teve aprovada sua solicitação de trinta e dois terrenos devolutos para seus oficiais, sendo doze na sexta e sétima quadra da rua das Flores, frente sudeste, oito na sexta e sétima quadra da mesma rua, frente nordeste.<sup>125</sup> É fácil imaginar o impacto no panorama da pequena Vila que este contingente causaria, aumentando o número de edificações, o movimento comercial, cultural, etc.

Em 1852, o engenheiro militar polonês, Conde Florestan de Pozwadowski, contratado pelo Exército Imperial, elaborou um projeto de quartel na vila de Jaguarão, para dois batalhões de 500 praças cada um, com habitações para os respectivos comandantes, oficiais e de outros cômodos necessários em um terreno horizontal. Para tanto, o General Andréa, Barão de Caçapava, quando Presidente da Província, mandara demarcar duas quadras de frente para o rio Jaguarão (antiga rua da Praia, hoje 20 de

---

<sup>125</sup> conforme ata nº 51, da CMJ, de 24/04/1846. (IHGJ).

Setembro) e fundos para a rua da Boa Vista (atual Gal. Câmara) e Riacho (Augusto Leivas).

Naturalmente tratava-se de um projeto ambicioso considerando-se a escala da povoação. Porém, apesar da expectativa local que este plano com certeza deve ter gerado, devido a demora para iniciar a construção deste novo quartel, o terreno foi loteado e distribuído para a população por ordem do novo Presidente da Província, conforme informação da Câmara Municipal.

Estas ações também servem para demonstrar uma recuperação econômica pela qual passa a Vila após a crise Farroupilha, com reflexos diretos no setor imobiliário. Alguns processos que tramitaram na Câmara Municipal neste momento de reencontro com as atividades municipais, possibilitam uma aproximação com a realidade da Vila naquele momento.

Em 17 de novembro de 1853, o Sr. Bento Narciso Viana, requeria um terreno na 1ª quadra da rua do Cristal em 17 de novembro de 1853,. À sua solicitação, assim informava à Câmara para a Presidência da Província:

“...acha-se devoluto, mas foi desapropriado a Maria Marques, por conta da Repartição da Guerra e está compreendido na demarcação que se procedeu para uma fortificação e quartel do 4º Batalhão de Fuzileiros, quando aqui esteve aquartelado. Mas já se tem concedido outros terrenos dentro da mesma demarcação...V. Excia. deliberará.”

Em 14/01/1854, o cidadão Bento Narciso já havia sido contemplado com o referido terreno, conforme planta da

quadra entre rua da Praia, rua do Cristal e rua do Riacho, apresentada pelo pretendente Antônio Ribeiro que obteve o seguinte despacho:

“...acha-se devoluto, mas está situado na área mandada demarcar pelo Ex.mo. General Andréa, quando foi Presidente da Província, para fortificação e Quartel do 4º Batalhão de Infantaria...”

Na mesma época, a propósito da localização do terreno requerido por Tito Chaves, e que obteve um despacho informativo semelhante aos anteriores, aparece uma planta da outra quadra desapropriada com os seguintes moradores novos: o requerente Tito Chaves, um lote devoluto, Manoel José Ribeiro, Antônio Maria Pedro Xavier, Joaquim José da Costa, Francisca Cyrilla da Silva, Manoel José da Silva Delgado, Francisco José da Costa, Prudêncio José da Silva, Antônio Bernardo d'Oliveira, Antônio Pinto Ribeiro, Miquelina Josefa de Miranda, Tito da Silveira D'Avila, Joaquim Fernandes d'Almeida e Maria Benvinda d'Assunção. Desses lotes, 8 já estavam edificadas. Os demais tinham o prazo de dois anos para construir suas casas, sob pena do terreno voltar a “devoluto”.

Desta forma, foi ocupada por particulares, uma área reservada para outro tipo de atividade, talvez de maior interesse para a comunidade. Considerando-se que este local não era muito central, o fato de despertar tanto interesse para ocupação, demonstra o crescimento do núcleo naquele momento. Os quartéis seriam construídos em outro local, com frente para a Praça D. Affonso

(Comendador Azevedo). Em setembro de 1857, o encarregado da construção, Caetano José Travassos, já apresentava relatório sobre o estado da obra ao comandante do piquete da Comissão de Limites, Pedro Afonso Ferreira que se instalava na parte já construída.

### **3.3. A progressiva definição de uma forma urbana: de 1815 a 1855**

#### ***A decisiva participação dos engenheiros militares e civis na construção da cidade***

Desde os primeiros anos da conquista do território americano, os engenheiros militares se encarregaram tanto das obras militares como civis.

"...llevar a cabo una importante labor en la arquitectura civil y religiosa, en obras públicas, en proyectos de ampliación de ciudades..."<sup>126</sup>

O que ocorre no espaço sulino é o próprio exemplo da afirmação acima. Um aspecto que merece atenção quando se analisa a ocupação do território rio-grandense em geral, refere-se a intensa participação que coube aos

---

<sup>126</sup> Capel, Horácio, Sanches Joan E., Moncada, Omar, *De Palas a Minerva: la formación científica y la estructura institucional de los ingenieros militares en el siglo XVIII*. p. 315

Engenheiros Militares, especialmente sua atuação na rede de cidades de defesa, na zona de fronteira.

Tal participação, por sua importância, além de ser enquadrada como parte das ações oficiais no processo colonizatório nesta região, merece uma atenção particular neste estudo. Estes profissionais foram responsáveis pela organização espacial inicial no Rio Grande do Sul, inclusive cumprindo com as intenções de um Programa de Atividades da Engenharia Portuguesa no Brasil. Segundo este plano, os profissionais portugueses deveriam atuar:

"...principalmente na formação dos engenheiros nacionais; na construção de fortificações, objetivando tanto a manutenção dos territórios e riquezas, como fazer frente a invasões de estrangeiros, corsários, etc., e na proteção contra os índios e prevenção de invasões por terra; no levantamento de itinerários e cartas para facilitar a penetração no interior e o estabelecimento de fronteiras, fornecendo as bases para os sistemas de defesa; na organização dos serviços públicos, ou seja, as obras e serviços indispensáveis ao exercício do governo, *ao povoamento e atendimento as necessidades coletivas*".<sup>127</sup> (grifo do autor)

---

<sup>127</sup> Tavares, General Aurelio de Lyra, *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*, Rio de Janeiro: EMFA, 1965, in Pereira da Cruz, Glenda, *Vertentes da Arquitetura portuguesa no Rio Grande do Sul no século 18*, São Paulo: USP, 1994. p. 75

Estes objetivos deixam claro o valor da participação dos engenheiros militares também na área social. Além das tradicionais funções de ofício, como segurança e defesa, atuaram intensamente em atividades sociais, tanto como construtores destes povoados, executando desde obras de estrutura urbana, até mesmo o desenho de algumas povoações. Abriram estradas, caminhos, construíram pontes e "passos" através de córregos e rios; instalaram fontes para distribuição de água, além de fundar e manter estabelecimentos rurais oficiais, as "estâncias oficiais", que se constituíam em locais reservados ao abastecimento das tropas.

Outro aspecto referente a construção do espaço que importa registrar, é o contraste ocorrido entre a região sul e as demais zonas desta Colônia portuguesa, especialmente aquelas do litoral centro-nordeste brasileiro. Estas regiões, por sua importância econômica e política, desde cedo contaram com a participação de uma gama de profissionais de várias áreas, que atuavam conjuntamente nas obras. No Sul, ao contrário, os Engenheiros Militares não tiveram estas "facilidades"; a carência de recursos técnicos e materiais disponíveis foi uma constante, resultando que tiveram que aproveitar a mão-de-obra recrutada entre os próprios soldados. Só a partir da 2ª metade do século 19, se conhecem notícias da atuação sistemática de profissionais civis especializados, trabalhando nas obras da cidade.

Decididamente, entre as ações oficiais mais importantes para a ocupação do território desta província, sem dúvida

estão a política de distribuição terras e a participação dos militares.

Desde 1699 existia no Rio de Janeiro a Aula de Fortificação, primeira instituição de ensino no Brasil destinada a arte de desenhar e erigir fortificações, mas é no ano de 1792 que este programa é transformado em "Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro". O novo curso inclui a prática de "Castrametação", onde eram estudadas questões pertinentes a escolha e levantamento de terreno para fortificação ou acampamento, ou seja, por extensão, a escolha de terreno para as povoações<sup>128</sup>.

Fica claro que o caso desta cidade é o próprio exemplo da relevância que teve a participação destes profissionais militares, envolvidos tanto como no desenvolvimento da região, como diretamente na construção das estruturas físicas urbanas e rurais da região. Ainda nos dias atuais, por sua posição de fronteira internacional, é marcante a presença das Forças Armadas na cidade, fato que tem contribuído para manter um ingresso de recursos econômicos e humanos, com reflexos direto na vida da comunidade.

O primeiro plano urbanístico de Jaguarão foi elaborado por militares; o primeiro administrador da povoação foi o próprio Comandante da Guarda, e, após a elevação do núcleo às categorias de Vila e Cidade, os militares sempre estiveram presentes entre os agentes construtores desta

---

<sup>128</sup> Yunes, op.cit., p.74

povoação, onde muitos misturaram sua milícia com a de políticos, criadores de gado e agricultores.

Ainda nos primeiros movimentos de atividades municipais da cidade, quando se instala a Câmara de Vereadores, são freqüentes as solicitações ao Comando da Guarda, para que seu quadro técnico apóie nas tarefas de construção da cidade. Mesmo quando a Câmara passa a dispor da participação de profissionais civis no seu quadro de funcionários, continuará contando com a participação dos militares. Dos inúmeros exemplos da atuação destes profissionais nas obras locais, talvez o mais expressivo seja a conclusão das obras da estrada de ferro que se executa em pleno século 20.

Até a metade do século 19, todos serviços técnicos de arquitetura e engenharia eram realizados para a Câmara por engenheiros militares que "estacionavam" na cidade para cuidarem das obras de fortificação e marcação dos limites da fronteira.<sup>129</sup>

Em novembro de 1845, o "engenheiro encarregado da fortificação" apresentou à Câmara Municipal uma planta da Vila "e seu segmento",<sup>130</sup> pedindo a aprovação deste material pelos seus membros. Após seu exame, a referida planta foi aprovada "por unanimidade". Este registro deve ter sido realizado a partir de um levantamento físico e devia se referir seu apoio do a parte da vila existente e, logo a proposta de sua ampliação, através de uma

extensão para atender a demanda de solicitações de terrenos por parte dos cidadãos, que naquele momento se acumulavam, em razão da retomada das atividades. Lamentavelmente não se encontra documentação específica que precise a identificação do técnico, nem se conhece o paradeiro do referido mapa.

Somente a partir da metade do século 19, a Câmara receberá autorização do Governo Provincial, (através de regulamentação do cargo por lei) para contratação de um profissional engenheiro civil, junto ao seu enxuto quadro de funcionários, para trabalhar em obras de saneamento; levantamentos e projetos para a (re)organização das ruas; quarteirões e praças, em toda extensão de município. Neste momento ainda faziam parte da jurisdição de Jaguarão, as povoações do Herval e de Arroio Grande.

O primeiro profissional que se conhece, contratado pela Câmara, foi Francisco Estancio Belondy, um engenheiro francês que chegou em Jaguarão para participar na Comissão demarcadora de limites. O senhor Belondy foi uma das tantas pessoas que chegaram à cidade para realizar uma atividade temporária e acabaram se radicando neste lugar.

Sua atuação inicia nos primeiros anos da década de 50, quando a cidade se restabelecia da crise revolucionária terminada em 45. Era um momento fundamental na retomada do crescimento urbano. Belondy trabalhou por mais de 30 anos junto a municipalidade, sendo que em 1862, requereu sua naturalização.

---

<sup>129</sup> Ata nº 30 da CMJ, em 13/11/1845. (IHGJ)

<sup>130</sup> grifo do autor

Entre alguns fatos curiosos da passagem de Belondy pela cidade, ocorreu em abril de 1855, quando o profissional foi oficiado com um agradecimento pelo trabalho que realizou de forma gratuita, do levantamento e planta da Rua das Flores. Apesar do crescimento que ocorria naquele momento, a Câmara encontrava dificuldades de recursos financeiros para realização de projetos e obras. Mesmo para realização de pequenos serviços rotineiros à uma administração, dependia de autorização do governo provincial, o que as vezes causava uma agonizante espera para serviços que exigiam alguma urgência. Infelizmente a documentação técnica realizada neste período foi extraviada. Foi uma época em que se realizaram muitos levantamentos e planos para a cidade, mas deste precioso material se desconhece o paradeiro.

Em 18 de junho de 1868 era aprovada a lotação de 200\$000 referente aos vencimentos do engenheiro, além de uma gratificação marcada por lei.

Existem vários fatos que demonstram a importância do trabalho realizado por Belondy no longo período que atuou junto à Comissão de Obras da Câmara. Certa ocasião, precisamente em dezembro de 1874, estando o profissional doente, a comissão interrompeu seu trabalho, ficando na espera do seu restabelecimento, para dar seguimento às suas atividades. Pelo visto, parece que este senhor alcançou um prestígio com seu trabalho, que merece este destaque.

Mesmo sabendo-se que a função do engenheiro municipal havia sido instituída na Câmara de Jaguarão desde a

metade do século 19, suas atribuições não estavam bem definidas. Isto as vezes gerava distorções na atuação destes profissionais. Causa curiosidade alguns casos ocorridos, que se tem conhecimento aproveitando a documentação da Câmara Municipal, como por exemplo o que acontece em maio de 1870, quando o engenheiro assume interinamente o cargo de Procurador do Município, sobrepondo às funções que já desempenhava pertinentes à natureza de sua profissão.

Estas distorções funcionais terminam em 1873 quando mais uma vez foi regularizada pelo governo provincial, a legislação a respeito dos cargos públicos, criando o cargo de engenheiro, aferidor e arruador para a cidade, sendo que em Jaguarão, foi promovido para este cargo o próprio Sr. Francisco Estácio Belondy, que há muito já atuava de fato como tal, mas que, finalmente em 19 de julho de 1873, efetuava o seu registro do título do emprego conferido e, de acordo com as formalidades da lei, fazia o juramento de engenheiro.

No terceiro quartel do século 19, quando a cidade inicia seu período áureo de desenvolvimento e se propõe uma série de benfeitorias, torna-se necessário a elaboração de uma nova planta atualizada, com o correspondente nivelamento. Em reunião realizada em agosto de 1885, foi discutida a urgência deste serviço. O desfecho deste episódio, seja por sua peculiaridade, ou ainda por oferecer um conhecimento da atuação dos agentes envolvidos na construção desta cidade, merece registro.

Para a execução do referido serviço de nivelamento e respectiva planta, três profissionais manifestaram seus interesses, apresentando propostas: o agrimensor Felipe Sommer, outro agrimensor, Capitão Silva Bueno e o Engenheiro João Faria Santos. Os dois primeiros apresentaram valores para a execução dos seus préstimos profissionais, mas o Engenheiro Santos ofereceu gratuitamente seus serviços,

"desejando no exercício da minha profissão de engenheiro civil, prestar aos meus conterrâneos pequeno serviço..."<sup>131</sup>

Para tal serviço, solicitava que a Câmara comprasse dois instrumentos de maior qualidade que os seus, que poderiam ser adquiridos com pouco dispêndio, os quais seriam devolvidos logo que concluísse o trabalho proposto.

Discutido o assunto a Câmara decidiu aceitar a última proposta, do engenheiro, e num emocionado discurso político, num estilo próprio daquela época, o Sr. Presidente agradeceu a gentileza do engenheiro:

"Bonito ato, que separa V. Sa. dos vampiros do Governo, que sedentos do sangue do Brasil, executam obras públicas, que pelas imperfeições deixadas, são verdadeiros corpos de delito, escritos sobre o cadáver do patriotismo e com a tinta da usura no papel da insuficiência. Membro do florescente apostolado dos moços que briosos se levantam para expulsar do

---

<sup>131</sup> Conforme consta na ata nº 1443 da CMJ, em 28/08/1885 (IHGJ)

templo da moralidade os especuladores da pátria, V. Sa. abriu um exemplo de abnegação no meio da concepção..."<sup>132</sup>

### ***Fórmulas e mecanismos para a construção da cidade: foros, laudêmios e terrenos devolutos***

A distribuição de terrenos na cidade era realizada através de contratos de "aforamento" ou "enfiteuse", ou seja, transferindo o "domínio útil" da propriedade para os cidadãos requerentes, conservando com o município o seu "domínio eminente". Por esta razão, estes posseiros são identificados como "foreiros".

Em Jaguarão, diferente de outras cidades brasileiras que utilizaram o mesmo sistema para distribuição de terras, os lotes sempre foram cedidos pela municipalidade sem necessidade de pagamento inicial pelos foreiros. As condições econômicas fundamentais se estabelecem com o pagamento de uma quantidade anual ao Município, conhecida pelo nome de "foro". A legislação acordava ainda que, "aos foreiros compete o direito preferencial no caso de querer o município vender o domínio ou dá-lo em pagamento. Na falta de herdeiros, testamentos ou legítimos, do último foreiro, será o prédio devolvido ao proprietário"(Cod. Civ. Port. art. 1663).

---

<sup>132</sup> Ata nº 1443, de 28/8/1885

Este contrato é uma forma de "aluguel ou arrendamento" perpétuo. Caso o "foreiro" deixe de efetuar o pagamento por 5 (cinco) anos consecutivos, o proprietário, neste caso o Município, requer o "comício", que é uma petição para que a posse do imóvel retorne às mãos do município.

Em Jaguarão, o "foro" sempre possuiu um valor simbólico, mas como se trata de um pagamento que todos os foreiros são obrigados a efetuar anualmente, este conjunto de recursos além de representar uma fonte de receita interessante para o município, é mais uma forma de controle urbano.

Os valores a serem pagos pelos foreiros eram regulamentados dentro das disposições do Código de obra do município. Tratando-se de terrenos urbanos, seu valor é proporcional a sua largura. Deve-se lembrar que a mesma legislação procurava controlar as profundidades dos lotes em "meia quadra". Quando se refere às chácaras, terrenos de maiores extensões localizados fora da área urbana, o valor era calculado em razão das suas dimensões globais.

Ao receber a posse de um lote, além do pagamento anual do foro, o foreiro tem o prazo de um ano para nele construir, sob pena de perder o direito de posse e seu terreno ser considerado adquirido por devolução. Estes são os terrenos denominados "devolutos".

O foro sempre foi um instrumento útil para o controle das terras, principalmente porque permitia a reintegração de posse para o município dos lotes destinados a posseiros que não cumpriam com os prazos estipulados para

construir as benfeitorias exigidas pela lei, ou deixavam de recolher os foros anualmente aos cofres municipais.

Desta forma, sem gastos de indenização, através de um instrumento legal, o município podia transferir a um novo posseiro o lote "devoluto" por descumprimento de contrato. Jaguarão é um dos poucos municípios brasileiros em que a maioria dos terrenos urbanos ainda pertence ao Município e mantém o tradicional sistema de foro<sup>133</sup>.

Cada vez que se realiza a transferência do domínio útil, ou seja, que exista uma alienação o imóvel, ao seu proprietário deve ser transferida uma cota deduzida do preço total da transação. A este valor se denomina "laudêmio".

Assim como no caso anterior no qual o foreiro tem preferência na aquisição do imóvel na hipótese de venda pelo proprietário, no caso de que ao foreiro interessar a alienação - venda da posse ou doação - do imóvel, o proprietário (no caso o município) tem a preferência para reintegrar-se do mesmo.

O valor correspondente ao laudêmio deve ser fixado no título de aforamento. No Brasil, de uma maneira geral ficou estabelecido em 2,5% sobre o preço da alienação. Em Jaguarão foi este o percentual adotado pela municipalidade. O valor concernente a esta fração, em

---

<sup>133</sup> Segundo informações colhidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura desta cidade, existem aproximadamente quatro ou cinco municípios em condições semelhantes em todo país.

momentos dinâmicos do mercado imobiliário na cidade, significa uma receita apreciável para os cofres municipais.

Freqüentemente ocorriam pendências referentes às solicitações de terrenos devolutos requeridos por novos posseiros. Pela análise da documentação, observa-se que a Câmara não dispunha de unanimidade na forma de tratar estes assuntos. Alguns de seus membros acreditavam que poderiam considerar devoluto um terreno cujo foreiro não cumprira com as cláusulas do contrato e, imediatamente, concedê-lo a outro peticionário. Outros edis, ao contrário, argumentavam que somente após uma decisão judicial que a Câmara poderia tomar uma decisão<sup>134</sup>. Evidentemente que os interesses políticos eleitoreiros sempre se apresentavam nestes momentos.

---

<sup>134</sup> Na ata da seção realizada em 13/7/1875, um caso com o Capitão do Exército Emygdio José Sant'Ana que solicitara um terreno devoluto nestas condições levantou uma polêmica entre os vereadores, que ao final negaram a solicitação do Capitão. Uma comissão estudou o assunto e apresentou duas propostas: a primeira pelo deferimento do pedido do Capitão e a segunda por aguardar o parecer da justiça comum. O resultado foram 3 votos a favor de esperar pela justiça comum; 1 voto a favor do atendimento ao pedido do Capitão e um voto contrário as duas propostas, pelo indeferimento do processo.

### ***Evolução Urbana de Jaguarão***

Quando comparada com algumas regiões do Brasil e do continente americano, a história da rede de cidades de fronteira no Rio Grande do Sul, na qual se inclui Jaguarão, é muito recente. Como foi visto, a ocupação deste território se consolida durante o século 19, o que facilita um acompanhamento "passo a passo" do seu crescimento, com razoável margem de segurança. Isto se deve tanto pelo pequeno intervalo de tempo no qual se desdobraram os acontecimentos, como também pela existência de documentação relativamente organizada dos fatos históricos ocorridos neste período.

Além do mais, esta cidade possui na sua estrutura urbana a simplicidade característica das pequenas cidades deste continente, ao mesmo tempo em que comporta a complexidade funcional que caracterizam uma cidade.

Estes povoados coloniais de pequena estrutura físico-urbana, eram geralmente sustentados por alguns elementos básicos. No caso de Jaguarão, como se sabe, o núcleo inicial se suporta praticamente sobre três componentes: a praça central, a Guarda Militar e o porto do rio.

A praça é o tradicional ponto de referência, elemento chave e articulador do conjunto urbano das cidades ordenadas que se fundaram no continente americano; é o núcleo articulador de crescimento físico e ainda a zona de maior valorização político-social. A Guarda Militar e os espaços

militares são os centros de interesse nos momentos iniciais do povoado, enquanto este não adquire um desenvolvimento comercial de algum vulto. O porto é o principal acesso à região e ao país vizinho, mais valorizado ainda, naquela época em que não existiam as estradas terrestres.

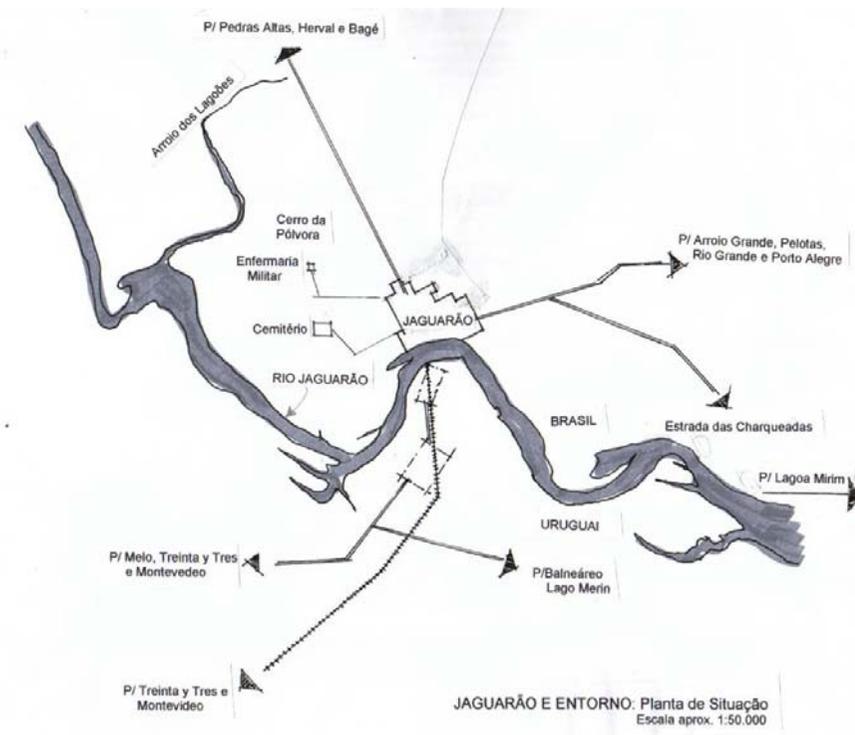


Fig. 31: Os caminhos que funcionaram como vetores de crescimento físico de Jaguarão.

Dentro deste cenário e destes limites, a cidade foi se consolidando. Os acidentes geográficos exerceram influência no direcionamento da expansão do núcleo, principalmente o rio Jaguarão e os dois riachos que nele desembocavam. Finalmente, os dois serros no setor nordeste foram, por muito tempo, limites urbanos.

O crescimento do tecido urbano ocorre através dos pontos de contato da cidade com o seu entorno imediato: o meio rural e as cidades vizinhas..

### ***Os caminhos que estruturaram o espaço jaguareense:***

O crescimento do núcleo urbano parte da praça Militar e acompanha as “linhas” formadas pelas vias de comunicação que se utiliza o comércio para o transporte de suas mercadorias para as povoações vizinhas e o meio rural. Em correspondência oficial enviada pela Câmara ao governo provincial em 21 de agosto de 1854, entre outras informações sobre o município, salientava que os principais acessos por terra à cidade eram: pelo lado nordeste, os caminhos que levam para Arroio Grande, Pelotas e Rio Grande; pelo setor noroeste, para as regiões de Herval e Bagé; pelo lado sudoeste, às estradas que seguem para o Uruguai, via Passo do Centurião, Barcelos e Picada do Maia.

Estes acessos tradicionalmente atraem determinadas atividades ao seu entorno. É o caso da "feira" existente no durante o século 19, onde a estrada de Arroio Grande se aproximava do perímetro urbano, que acabou transformando-se em uma praça e, mais tarde, foi loteada. Neste setor, nesta mesma época, esta área vai abrigar uma atividade comum nas cidades em geral e intensa em cidades portuárias e fronteiriças, que é a zona do meretrício. Neste entorno existia uma rua identificada até o início do século 20, muito apropriadamente, como rua dos Prazeres.

O porto, por sua vez, atraiu a instalação de pequenas indústrias, depósitos, armazéns e, como já foi visto, o Mercado Público, aproveitando o comércio existente desde os primeiros tempos naquele entorno.

A cidade cresce fisicamente a partir da movimentação das duas praças: a Praça Militar, ponto central da cidade, que funcionava como espaço de caráter político e social e a Praça do Desembarque, onde se localizava o movimento comercial. Aliás Jaguarão mantém esta tradicional função que se repete em tantas cidades, onde o Mercado Público situa-se junto ao porto, numa praça ou espaço público de características nitidamente comerciais e conferindo a este lugar, um importante centro de atividades do Município<sup>135</sup>.

---

<sup>135</sup> Sobre este assunto é interessante o artigo de Camillo Sitte quando fala de "segundo centro de atividade" nas cidades, se referindo aos Mercados Públicos em cidades antigas. Sitte, Camillo, *La lección de la historia*, in Choay, Françoise, *El Urbanismo, Utopías y Realidades*, Barcelona: Ed. Lumen, 1970, p.317.

Como se observa na figura da página anterior, a cidade possui linhas de crescimento direcionadas pelos caminhos que conduziam ao território rural circundante e às cidades próximas. Porém ao analisar o desenho representado pelos limites da malha urbana, percebe-se a desproporção entre o comprimento das ruas perpendiculares ao rio, com aquelas paralelas a este.

### ***Câmbios nas formas construtivas e no cenário urbano***

Na metade do século 19, o desenvolvimento e a consolidação que a cidade vai alcançando, impulsionada pela paz na fronteira, a movimentação crescente do comércio, os bons negócios para os criadores de gado, e o conseqüente aumento da população, vai refletir na procura por terrenos e no número crescente de construções.

A instalação de olarias no município é um indicio que as construções vão adquirindo uma estrutura mais sólida, diferente daquele povoado de palha e madeira do início do século. Agora refletem uma outra realidade, de uma população com recursos econômicos e perspectivas otimistas para o futuro.

É provável que para o "grosso" das edificações ainda se utilizassem processos construtivos mais simples e econômicos, de acordo com a característica da maior parcela da população. Entre os requerimentos que se dirigiam à Câmara solicitando terrenos, são comuns justificativas como a que apresenta o cidadão Joaquim

Toscano, quando em 28/2/1845 pedia concessão para fazer "um coberto de capim" em lugar da cozinha, em um terreno devoluto que lhe tinha sido consentido.

As construções características deste período que corresponde aproximadamente à metade do século 19, mantinham uma linguagem da época colonial própria de zonas interiores do território brasileiro. As cidades eram compostas por um casario cujos elementos estruturais e formais são bastante simplificados. Há uma quase que uma padronização ao nível de telhados, aberturas e revestimentos.

Alguns prédios começam a apresentar algumas variações dentro do panorama arquitetônico, quer por suas dimensões - caso da casa do Barão Tavares Leite, como algumas outras construções menores, que compunham a arquitetura da cidade.

O conhecimento das características destas construções assume um grau de importância, no sentido de que estas obras eram praticamente as únicas estruturas que definiam a cidade até a metade do século 19, período em que ainda permanecia muito atrelada aos tempos coloniais.

De maneira geral, as construções eram simples, quase sempre de um pavimento, com paredes de pedras ou tijolos rejuntadas com cal e areia, e os telhados de beirais salientes, revestidos com telhas do tipo "capa-e-canal". Muitas edificações permaneciam dentro do esquema construtivo mais simples, com suas paredes de "pau-a-pique" e coberturas de palha, embora o ambiente urbano neste momento começasse a sofrer alguma alteração, tanto a partir de iniciativas individuais, como da própria legislação que inicia neste momento e se preocupará em

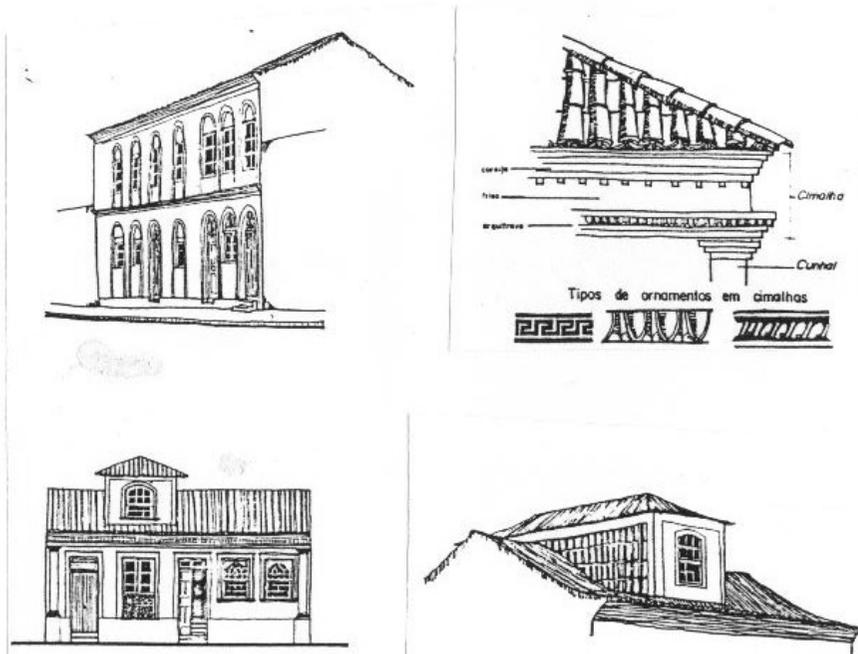


Fig. 32: Tipos construtivos característicos na metade do século 19 (Desenho: Projeto Jaguar)

dar uma ordem estrutural na cidade, através de portarias, decretos e do próprio Código de Posturas Municipais.

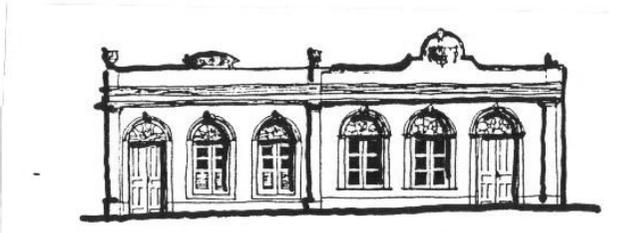


Fig. 33 : Algumas variações na forma dos edifícios começam a ocorrer na metade do século. 19, tais como o uso de platibanda; abertura com “arcos pleno”; elementos decorativos, entre outros.

O sistema de cobertura utilizado, procurava evitar a utilização de calhas ou qualquer sistema de captação e condução de águas pluviais. Este material era importado e portanto seu custo era elevado e portanto pouco utilizado nas cidades distantes dos grandes centros. Isto resultava num desenho de telhado muito simples, normalmente com dois ou quatro planos de água, lançando diretamente as águas da chuva na rua, no quintal, ou ainda nos recuos laterais, conforme o caso, através de longos beirais, que afinal eram um forte elemento formal daquelas construções.

Algumas casas de padrão mais apurado, as vezes apresentavam pequenos espaços utilizáveis, como se fossem torreões engastados na cobertura, geralmente utilizado como dormitório. Eram identificados pelo nome de "camarinhas". Sua construção exigia recortes no telhado, maior complexidade no madeiramento, uso de escadas, entre outras alterações que inevitavelmente encareciam a obra, fazendo com que estas alterações ocorressem apenas nas casas de famílias de maiores recursos econômicos. O uso destes elementos no telhado não chegava a caracterizar o "sobrado", uma tipologia construtiva muito utilizada nas cidades de maior porte no período colonial.

A falta de infra-estrutura e a presença muitas vezes do escravo junto da habitação, forçavam a localização das zonas de serviços nos fundos da habitação, tornando este setor o menos valorizado socialmente. O extenso quintal

servia ainda para produzir alguma cultura e criação de alguns animais, costume que perdurará até a metade do século 20 aproximadamente.

Para completar as aberturas dos edifícios eram em sua grande maioria de vergas retas e janelas de guilhotina, embora já se notassem aparecimento de alterações com o uso do arco pleno, numa transição para a linguagem neoclássica, procurando seguir os costumes construtivos das grandes cidades que serviam de modelo, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Montevideú.

Uma exceção que fugia aos padrões construtivos de Jaguarão na metade do século 19, era o edifício da Loja Maçônica. Trata-se de um prédio que antecipa uma série de elementos que se incorporarão nas construções no final daquele século, além de ser um edifício carregado de detalhes simbólicos coerentes com os ideais daquela sociedade. Por estas razões e por tratar-se de um documento vivo do poder que esta ordem significou no desenvolvimento da cidade, merece um estudo mais detalhado.

Sua arquitetura procura transmitir através do simbolismo dos seus elementos, os princípios filosóficos que norteiam sua prática. Para o maçom, o simbolismo representa a chave das relatividades entre o visível e o invisível, razão

pela qual nos seus templos, cada elemento que compõe o espaço possui um símbolo característico, sintético. São representados pelo sol, lua, estrelas, colunas, triângulo, o

esquadro, o compasso, as cores, as luzes e os números, entre outros.

Este templo está localizado em frente a praça central e foi construído em 1854, sendo um dos prédios mais antigos existentes e conservados da cidade. É o primeiro edifício desta cidade que procura identificar-se com a linguagem neoclássica, muito em voga no Brasil daquela época, reforçado ainda pelo fato de que muitos dos elementos que compunham este "estilo" eram os mesmos utilizados pelo simbolismo maçônico.

A organização do espaço destinado ao templo é baseada na forma do triângulo, "por ser esta a imagem simbólica do absoluto". O triângulo é a forma perfeita sendo utilizado desde o Egito com o significado de vida, de eterno.

Analisando de maneira geral a implantação e a estrutura formal do prédio, sem dúvida o elemento mais marcante da fachada é o imenso frontão triangular que alcança toda largura do edifício e que funciona também como platibanda. Possui uma composição simétrica e sua parede é composta por três panos situados entre pilastras que marcam o "ritmo" da fachada e onde se situam suas três aberturas: a grande porta central encimada por uma bandeira de arco pleno e duas janelas de vergas retas e arrematadas na sua parte superior por uma espécie de pequeno frontão triangular. As pilastras do templo

simbolizam dois principais princípios do equilíbrio social: tolerância e solidariedade. Os símbolos do sol e das

estrelas estão presentes entre os elementos decorativos da fachada. Seu plano, suas construções, seus ornamentos, seus vasos representavam a síntese de todas as ciências.

Não se conhece documentação referente a alguma intervenção profunda a nível de modificação significativa que tenha sofrido este edifício, sendo muito provável que a edificação possua estes aspectos formais desde sua inauguração, conforme data incrustada na sua fachada.

Considerando-se que nesta época Jaguarão ainda era uma Vila, isto confere ao edifício um significado muito especial na história urbana desta cidade.

Além destes elementos decorativos de grande valor simbólico, o edifício possui paredes autoportantes de alvenaria de tijolos maciços, cobertura com telha capcanal, mas já incorporando elementos inéditos e até sofisticados considerando-se a época e o lugar. É o caso do uso de porão (ainda que com pouca altura, sem possibilidade de uso, apenas como isolante e talvez para dar maior imponência ao edifício) e, deve-se ressaltar, a presença da platibanda na fachada, que obrigava a utilização de um sistema de condução de águas sofisticado, que dependia de materiais importados, fazendo com que a tipologia formal do edifício se aproximasse muito das edificações mais importantes que se construíam nos grandes centros do país.

A aproximação à linguagem neoclássica significava aplicar aqueles elementos que representavam o progresso, a ordem e a perfeição que se obtinha através dos conhecimentos teórico-científicos das artes e ciências,

marcando uma sensível diferença com aquela arquitetura colonial existente na cidade, cuja referência era um passado atrasado, inculto, sem perspectivas.



Fig. 34. Edifício da Maçonaria: uso de elementos inovadores

A "leitura" da arquitetura deste edifício, que provavelmente tinha como referência de modelo o Templo de Salomão, "um edifício inteiramente simbólico, imagem do reino hierárquico da verdade e da razão sobre a terra", conforme o plano de Hiran, revela a importância desta sociedade em Jaguarão, perfeitamente sintonizada com os movimentos

semelhantes que ocorriam nos grandes centros da época. Tanto a qualidade da obra, conforme foi analisada, como também sua localização naquele espaço urbano de grande significado ao nível de poder político e social, refletem a importância que representou esta organização civil na vida política e social jaguareense.

### **3.4. Elevação a categoria de cidade e crise dos anos 60**

#### ***A Vila é elevada a categoria de Cidade***

A década de 50 será chave no processo de desenvolvimento urbano do município. Um clima de otimismo se percebe em várias áreas da produção que vai se recuperando e estendendo-se a outras atividades. A abertura em 1855 de um hotel com "salas e quartos muito bem mobiliados", na esquina da rua do Triunfo (atual Júlio de Castilhos) com rua Direita (atual Rio Branco), é justificada num anúncio local pelo crescimento do número de viajantes que circulavam por aquela fronteira internacional.

Os ingressos referentes a impostos municipais, que se apresentam no quadro abaixo, são indicativos da recuperação econômica por que passava o município. É interessante colocar, neste momento em que se utiliza pela primeira vez este tipo de dados no presente estudo, que

devido a histórica e intensa prática do contrabando na região, estes números servem apenas como aproximação a uma realidade, o que não chega a prejudicar o andamento deste trabalho, cujos objetivos não dependem da precisão destes valores.

De acordo com informações prestadas à Presidência da Província pela Câmara, a Receita Municipal foi:

em 1854: 12:347\$115  
em 1855: 15:586\$286<sup>136</sup>

As maiores arrecadações tinham a seguinte proveniência:

	<b>1854</b>	<b>1855</b>
por cabeça de animais destinados a venda ao público	1:235\$440	1:813\$000
taxa sobre as passagens dos rios	4:016\$000	5:050\$600
imposto por venda a varejo de bebidas, etc.	2:745\$000	4:399\$620
foros e laudêmios de terrenos municipais	641\$472	1:000\$000
outros	3:709\$203	3:323\$066

<sup>136</sup> No Brasil calculava-se na base de "réis" (RS), dos quais um milhar era chamado de 1 mil-réis; um milhão, de um conto de réis; por exemplo, escreve-se 40:265\$670 e pronuncia-se 40 contos 265 mil-réis e 670 réis. Usualmente empregava-se o cifrão (\$) como sinal de abreviatura para 1.000 réis, e "dois pontos" (:) para milhão de réis, Observação: isto é, um conto de réis.

A análise destes dados permite observar que a arrecadação do município nos itens que recebem a influência da posição fronteiriça de Jaguarão, como os referentes as taxas de travessia para o Estado Oriental e o movimento comercial, do que com a sua própria produção, embora tenha sempre que se considerar uma margem para o contrabando de mercadorias e de gado.(que segundo comentários chegava a ser dez vezes maior que os números oficiais). O percentual de cada item sobre a arrecadação total é o seguinte:

Atividade↓	Ano →	1854	1855
por cabeça de animais destinados a venda ao público		10,0%	11,6%
taxa sobre as passagens dos rios		32,5%	32,4%
imposto por venda a varejo de bebidas, etc.		22,2%	28,2%
foros e laudêmios de terrenos municipais		5,2%	6,5%
outros impostos		30,0%	30,2%

A taxa sobre as passagens continua constante, mas percebe-se um aumento significativo de 6% no consumo de bebidas e outros gêneros de varejo. O aumento de 1,4% na arrecadação referente a foros e laudêmios, é indicativo da demanda imobiliária naqueles anos.

Verifica-se que cresce em 1,6% a arrecadação sobre o abate de animais destinado a venda ao público, dado que

reflete um sensível crescimento, embora os números oficiais indicam um crescimento expressivo em reses abatidas na charqueadas neste mesmo período:<sup>137</sup>

↓Atividade	Ano →	1854	1855	crecimento
Reses abatidas nas charqueadas		35.163	76.860	15.67 %

Segundo informações oficiais da Câmara Municipal de 21/08/1854 enviadas ao Governo provincial, nesta data já havia concessões de terrenos na 12ª quadra<sup>138</sup>, principalmente nas ruas do Comércio e das Praças, entre as atuais 7 de Abril e Venâncio Aires. As praças existentes na metade do século eram a da Marinha, da Constituição, da Matriz e D. Afonso. Neste momento já haviam solicitações de terrenos para edificar perto do Serrito (onde tiveram guarda os espanhóis) e na colina próxima ao quartel do 2º batalhão de fuzileiros - a Vila Nova - que segundo os informe da fiscalização "...já bastante povoada".

A Vila, na parte baixa, mais próxima ao rio, possuía 6 ruas paralelas a este e 7 perpendiculares. O traçado inicial em xadrez, foi seguido pelas ampliações que se sucederam. É

<sup>137</sup> Apntamentos, op.cit., p.87

<sup>138</sup> Em Jaguarão, como critério para identificação dos lotes, numeravam-

se as quadras a partir da margem do rio, onde localizava-se o primeiro quarteirão. (Conforme arquivos da PMJ)

interessante notar que as ruas perpendiculares foram inicialmente as mais ocupadas e esta prática se manteve por muito tempo. É provável que um dos motivos desta situação era o sentido de escoamento das águas pluviais.

Eram ruas paralelas: a da Praia (20 de setembro), Boa Vista (Gal. Marques), Direita (Rio Branco e Joaquim Caetano), Nova (Andrade Neves), das Trincheiras (Odilo

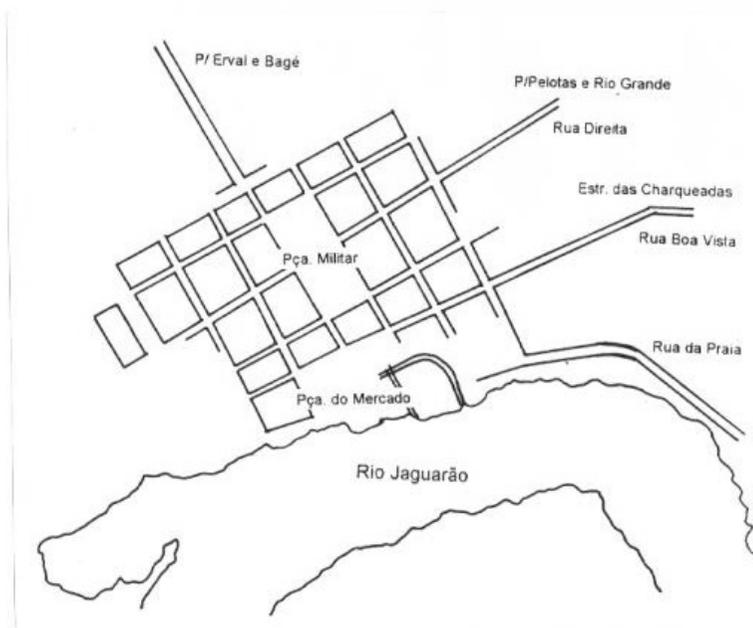


Fig. 34: Aproximação à estrutura urbana da cidade nos anos 50 do séc. 19, a partir da documentação encontrada na Câmara Municipal de Jaguarão.

Gonçalves), Prado (Barbosa Neto), Figueira (Cel. de Deus Dias), Várzea (Gal. Mena Barreto), Formosa (Carlos Alberto Ribas) e Colina (24 de maio). As três últimas, com edificações apenas na parte da Vila Nova. Eram perpendiculares ao rio: a do Pântano (Fernandes Vieira), das Pombas (Maurity), dos Pescadores (Dr. João Alêncio de Azevedo), da Ponte (Uruguai), do Triunfo (Júlio de Castilhos), do Comércio (15 de Novembro), das Praças (27 de Janeiro), da Palma (Gal. Osório), das Flores (Deodoro), do Portão (Andradas), do Cristal (Gal. Câmara), do Riacho (Augusto César de Leivas), dos Prazeres (Pedro Frederico Rache), e do Tatu, depois Caxias (nome atual, desde 1854)<sup>139</sup>.

Continuava seu relato sobre a situação do município conforme o seguinte:

"1º - que a principal industria desse município é a pastoril; sua decadência é considerável, há 10 anos mais ou menos, e a causa se atribui pela falta de segurança de propriedade e mesmo individual, de que tanto se ressenteste este município;

2º - que as principais cidades que servem de mercado aos seus efeitos são Pelotas, Rio Grande e Bagé;

<sup>139</sup> Oliveira, Ana Lucia, Seibt, Mauricio B. (org.) *Projeto Jaguar: inventário do patrimônio arquitetônico da cidade de Jaguarão-RS*, Pelotas:UFPEL, 1988. Anexos  
Caetano, José Dimingos, *Nossas Ruas*, in *Cadernos Jaguarenses*, Jaguarão: PMJ/IHGJ, 1990. nº 1, p.95

3º - que as vias de comunicação por onde se transporta o seu comércio, por terra, são, pelo sudoeste as estradas que seguem para o Estado Oriental, pelos passos do Centurião, Barcelos e picada do Maia, no rio Jaguarão; pelo nordeste a estrada do Arroio Grande que segue para Pelotas, Canudos e Rio Grande; pelo noroeste são as estradas do Herval, das vilas de Piratini e Bagé. As vias de comunicação por água são pelos rios Jaguarão, Arroio Grande, Chasqueiro e Piratini; o primeiro é navegável por iates até a extensão de 6 léguas acima de sua foz na Lagoa Mirim; o do Chasqueiro está no mesmo caso; o do Piratini é navegável em distância de 3 léguas mais ou menos, donde faz barra no rio São Gonçalo e não oferece maior navegação, por precisar descortinar-se das madeiras e aprofundar-se os baixios que o privam. O canal do Sangradouro está pouco melhorado e é digno de todas as atenções dos poderes públicos;

4º - que a Igreja Matriz se acha em edificação desde 1846, às expensas do cofre municipal e dos habitantes. Acha-se retelhada, forrada, assoalhada e rebocado interior e externamente. Faltam as torres e a capela-mor, para que toda a obra tenha completa conclusão e segurança;

5º - que serve de casa de cadeia, nesta vila, uma casa insalubre, pequena e pouco segura. Não obstante, a respectiva proprietária não quer continuar a alugá-la, nem se encontra outra;

6º - que o estado de instrução primária no município é regular, e a freqüência muito animadora, sendo que as de

meninas são freqüentadas, constantemente, por mais de cem alunas;

7º - que os limites de Jaguarão são os seguintes:

pelo sudoeste o rio Jaguarão, desde a sua foz na Lagoa Mirim até onde faz barra o arroio Candiota; pelo noroeste, deste arroio, por uma linha de leste a oeste, até a barra da vertente denominada Taquara, em frente às do arroio Santa Maria; pelo nordeste, por este mesmo arroio, até a sua foz no rio Piratini; pelo sueste, por este mesmo arroio (rio), até a sua desembocadura na Lagoa Mirim e por esta até a foz do rio Jaguarão.

Divide-se este município em três freguesias: a desta vila, a do Herval e a do Arroio Grande..."

### ***A 5ª cidade da Província***

Seguindo a leitura das atas e relatórios da Câmara enviados à Assembléia da Província, é possível reconstituir o crescimento da Vila, neste período importante na qual a Vila é elevada a categoria de Cidade.

Veja-se o relatório de 1854, por exemplo: depois de apresentar a lista das necessidades mais urgentes do município, faz a seguinte reivindicação:

“Finalmente, esta Câmara vos solicita, por último, a graça de elevardes esta Vila à

categoria de cidade e que lhe faculteis, a exemplo de outras, a permissão de conceder e expedir os títulos de aforamento de terrenos do seu patrimônio.”

Na época, existiam no Rio Grande do Sul, reconhecidas por decreto oficial, apenas quatro cidades: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo. A primeira, capital da Província, fora elevada por D. Pedro I, em 4 de novembro de 1822, logo após a proclamação da Independência. As vilas de Rio Grande e São Francisco de Paula, pelo mesmo decreto de 27 de junho de 1835, às vésperas da Revolução Farroupilha. A primeira com o mesmo nome e a segunda, com a denominação de Cidade de Pelotas. A vila de Rio Pardo, sede de município, desde 1809, só foi transformada em urbe no dia 31 de março de 1846, após a Pacificação.

O fato é significativo, porque na constituição dos municípios, Jaguarão havia sido o décimo segundo com os foros de vila. À sua frente despontaram os quatro primeiros municípios da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.

No relatório de 3 de setembro de 1855, apresentado à Assembléia Provincial, por força de Lei, com o balanço demonstrativo da receita e da despesa do primeiro semestre do ano e do orçamento para 1856, a Câmara Municipal volta ao assunto:

“O elevado número da população, a grandeza e giro do comércio, quer em grande ou pequena escala, as vias de comunicação e o progresso

de sua civilização dão por sem dúvida a esta vila o incontestável direito de pedir-vos que eleveis à categoria de cidade: fato este de que depende o seu completo desenvolvimento”.

“O Jaguarensense”, de 23 de outubro de 1855, publica a minuta do projeto, já em fase de discussão na Assembléia, em Porto Alegre:

“A Assembléia Legislativa Provincial decreta:

Art. 1º A atual vila de Jaguarão fica elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação, e com os mesmos foros e prerrogativas das outras cidades da Província.

Art. 2º: Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa Provincial, 10 de outubro de 1855.

O fato da elevação da Vila à condição de cidade é muito significativo dentro dos moldes da política regional. O mesmo jornal, a 14 de novembro, apresenta um editorial muito ilustrativo sobre este assunto, enfatizando que as cidades tem sido sempre mais favorecidas do que as vilas:

“No corrente exercício, as Câmaras das cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo foram autorizadas a proporem impostos para custeio da iluminação pública e as demais municipalidades não foram contempladas.”

Neste momento acreditava-se que a Lei já estivesse sancionada, fato que ocorreu pouco tempo depois, em 23 de novembro de 1855, quando a vila estava afundada no caos provocado pela epidemia de cólera morbos, detectada oficialmente no município, no dia 21 deste mesmo mês. As comemorações só foram realizadas em abril do ano seguinte. Os documentos existentes sobre essa epidemia, embora trágicos, são muito importantes, pois trazem em seu bojo, informações de primeira ordem sobre o funcionamento da comuna, justamente na época em que foi elevada à cidade.

Para a aprovação do projeto jaguareense na Assembléia muito contribuiu o deputado Dr. Manuel Pereira da Silva Ubatuba, formado em medicina no Rio de Janeiro e que trabalhara em Jaguarão como médico da Câmara Municipal. Nas eleições municipais realizadas em 1848, para o quadriênio 1849-1852, apurados os votos, conseguiu o segundo lugar. Como vereador chegou a exercer a Presidência da Câmara. Pelas polêmicas que travou, registradas nas correspondências expedidas pela Câmara e nos jornais “O Jaguareense” e “Diário do Rio Grande”, revelava-se como um homem dotado de uma forte personalidade. Em 1855, voltou a Jaguarão por pouco tempo, como chefe da Comissão de Higiene, entrando em atrito com o médico baiano, Dr. José Maria de Azevedo, empregado da Comissão de Limites e com clínica particular na Vila.

Estes casos são exemplares também pela possibilidade de registrar a procedência de pessoas importantes que

tiveram intensa participação na construção da vida comunitária da cidade. Observa-se ainda como o fator fronteira influencia na vida local. Muitos profissionais que chegaram na cidade para participar das Comissões de limites territoriais e outras atividades oficiais, acabaram se radicando na cidade.

Apesar da região estar apresentando um desenvolvimento, este período foi de tumulto nas atividades municipais de Jaguarão. Neste momento da "retomada para o crescimento", a administração foi penosa, porque ainda haviam heranças muito forte da aniquilação das suas forças produtivas durante o período da Revolução Farroupilha. Muitas famílias que haviam fugido para a Banda Oriental regressavam, sendo que a maioria mais pobre ainda, devido às contínuas e sanguinolentas convulsões políticas no Prata. Somavam-se a estes grande número de orientais, que debandavam para o Brasil, fugindo das perseguições.

### ***Crise: a epidemia do cólera-morbus de 1855***

Sem dúvida um dos fatos mais graves ocorridos na metade do século foi a epidemia do cólera-morbus. O Rio Grande do Sul, que em 1850, conseguira ficar imune à febre amarela, mesmo tomando medidas profiláticas, não conseguiu evitar a chegada do vírus através do porto de Rio Grande.

Em Jaguarão, a Câmara, sob a orientação do Dr. Ubatuba, tomou várias medidas preventivas. "O Jaguarenses", desde seu primeiro número, em setembro de 1855, vinha alertando sobre a epidemia:

" cólera-morbo é contagioso, dá ordinariamente uma só vez durante a vida e comunica-se não só pelo contato com as pessoas afetadas e os objetos impregnados dos vapores (sic) que delas provém, como pela inspiração do ar em que está espalhado o miasma pestífero, miasma que segue a direção dos ventos (sic)... As medidas preventivas para obstar a introdução do cólera poderão ser profícuas... o mal só pode vir por mar...O perigo está nos navios sujos e imundos e nos fardos vindos do Pará..."

A 28 de novembro, a Câmara em reunião extraordinária com vereadores suplentes, sob a Presidência de José Antônio d'Oliveira Palma, resolve levar ao conhecimento da Presidência da Província que o cólera já chegara à Vila, desde o dia 21, conforme depoimento dos médicos Dr. Justino José Alves Jacutinga, delegado da Comissão de Higiene e José Maria de Azevedo, empregado da Comissão de Limites.

Na enfermaria Municipal, 3 médicos atendiam a população: Dr. Jacutinga, Dr. Azevedo e o médico da Câmara Dr. Boaventura Alves Pereira. Uma equipe de voluntários foi organizada para velar pela limpeza e asseio das casas, pátios e quintais, sobre a boa qualidade dos alimentos e

outras providências nas respectivas ruas, dando conta das ocorrências ao delegado da Comissão de Higiene:

"Spiridião Telles de Menezes - Rua do Portão,  
José Antonio de Jesus Braz - Rua das Flores,  
Manoel Álvaro de Jesus - Rua das Flores,  
Manoel Gonçalves Lanhezes - Rua da Palma,  
Ignácio Rodrigues Diniz - rua das Praças,  
Antônio Joaquim da Costa Correa - Rua do Comercio,  
Francisco Antônio do Cruzeiro - Praça da Marinha,  
Antônio de Figueiredo Pinto Viegas - Rua do Comercio  
Revd. Pe. Francisco de Assis Cruz - Praça da Matriz  
João Antônio Alves Galvão - Rua do Triunfo,  
Alferes Emiggio José de Sant'Anna - Praça da Constituição,  
Francisco Estácio Belondy - rua dos Pescadores e Pombas"

Durante o período da epidemia, as autoridades principais da Vila e o povo mais abastado fugiram para o interior, ficando a cidade mais uma vez isolada. Não havia sequer marinheiros para o serviço de travessia para o lado uruguaio. As charqueadas estavam proibidas de produzir e distribuir carne e o matadouro da cidade ficou fechado por este tempo. A solicitação dos charqueadores de que no lado oriental e na cidade de Pelotas as charqueadas funcionavam normalmente apesar da epidemia, não

convenceu aos responsáveis pela saúde pública de Jaguarão.

A Presidência da Província mandara um auxílio de 1:200\$000 com a recomendação de que as autoridades municipais promovessem uma subscrição pública para acudir as necessidades do momento. Em ofício de 18/12!855, o Vereador Palma e o secretário Cunha voltavam ao doloroso assunto:

"Não são bastante as rendas da Câmara e menos possível promover-se na atualidade donativos entre as pessoas mais abastadas, para socorrer os indigentes, em conseqüência de se haverem retirado mais de dois terços da população favorecida do lugar, como também, por ter ha poucos dias a Sociedade de Beneficência, que aqui existe, corrido uma subscrição e repartido seu produto na pobreza.

Nenhum outro recurso nos resta senão pedir auxilio do Governo para os doentes pobres. As despesas do município duplicam de dia em dia e, presentemente, em vista do estado lamentável desta localidade, julgamos impossível arrecadar as rendas orçadas. Ultimamente, tem-se despendido, entre socorros e outras despesas ordinárias, mais de três contos de réis. Na crise atual, em que a epidemia aparecendo aqui, Herval e agora surgindo no Arroio Grande e em outros pontos do município, o Ex.mo. Sr. Barão de Muritiba

não deixará, por certo, de tomar na devida consideração o estado deficiente do cofre municipal, para acudir a tantas necessidades. Continua, há dois dias com menos intensidade, a desenvolver-se a epidemia, mas isso, porque grande parte da população retirou-se para fora da cidade. Até hoje, o número de vítimas excede a 200."

Houveram também fatos que seriam cômicos se a situação não fosse de desespero para uma população disposta a toda e qualquer tentativa para enfrentar aquela peste. Assim, o cidadão José Luiz Corrêa da Câmara, julgando conveniente e proveitoso comprar toda a pólvora existente para queimá-la ao amanhecer do dia e ao pôr-do-sol, a fim de "purificar mais a atmosfera dos miasmas com que se achava impregnada", convidava, pelo jornal, as pessoas que podiam ajudá-lo para se associar na compra.

Pela estatística divulgada, a situação de 21 a 30 de novembro era de 204 coléricos, sendo 106 homens e 98 mulheres. Desses, faleceram 25 homens (9 livres e 16 escravos) e 21 mulheres (8 livres e 13 escravas).

Durante o período da epidemia, a cidade perdeu o ritmo do seu crescimento, estava esvaziada. As atenções se voltaram para enfrentar o mal que se espalhava. Foi um tempo de valentia e de covardia. Foram valentes aqueles cidadãos que ficaram na cidade trabalhando para ajudar os infectados e evitar que se alastrasse o mal, enfrentando riscos mortais, com os mínimos recursos. Foram covardes aquelas pessoas, que exercendo cargos públicos, se

refugiaram fora da cidade, esperando passivamente o desenrolar dos acontecimentos.

"...de se haverem retirado mais de dois terços da população favorecida do lugar..."<sup>140</sup>

Todos vereadores titulares desapareceram da cidade. A Câmara funcionou graças aos seus suplentes. O Dr. Jacutinga, médico municipal, foi abandonado pelas autoridades da cidade. Foi apoiado por marinheiros de escuna de guerra "São Gonçalo", que estava atracada no porto da cidade. As autoridades militares não abandonaram Jaguarão. O ten. Cel. Soares de Andréa, da Comissão de Limites, o Cel. Vargas e o capitão Caetano Augusto Penedo, da Guarda Nacional, vinham coadjuvando com os meios ao seu alcance. A pedido da Câmara, o Quartel General da Divisão Imperial Auxiliadora, em marcha de regresso de Montevidéu, cedia um médico, o Dr. Francisco Joaquim de Souza Paraizo, 2º cirurgião do corpo de saúde.

O jornal "O Jaguareense" enumerava as autoridades que "havia fugido":

"O 1º Juiz de Paz e o suplente do Juiz Municipal fugiram para Serro Largo (Uruguai). O suplente do delegado de Polícia, João Rodrigues Barbosa, o subdelegado e juiz de Paz em exercício, José da Silva Jr., o promotor público interino, Silvestre Nunes Gonçalves Vieira, os inspetores de quarteirão, o tabelião público

---

<sup>140</sup> Ofício datado em 11/12/1855, do Presidente da Câmara para o Presidente da Província. (IHGJ)

interino, Francisco d'Azevedo e Souza, o coletor, João Antunes Guimarães e seu escrivão. Todos sumiram".

Em janeiro, diminuía bastante o número de novos casos de cólera. A situação estava sob controle e voltava ao normal. Os periódicos passam a publicar matérias alusivas à gratidão do povo em razão do trabalho heróico desenvolvido. A falta de autoridades, mormente a do delegado de polícia, continuava causando uma série de contratempos<sup>141</sup>.

No final de janeiro deste ano de 1856, a cidade que havia ficado despovoada durante a epidemia, lentamente retomará suas atividades normais do período anterior a crise epidêmica. Começa o regresso dos moradores e a retomada das atividades. Dessa normalidade, da força de vontade da população e do otimismo que retorna a localidade, é prova eloqüente o curioso anúncio publicado em "O Jaguareense" nº 43:

"Hotel 7 de Setembro

Este estabelecimento, que se tinha fechado em consequência dos horrores que vomitando mortes espalhava o cólera-morbo, abre-se infalivelmente, hoje, 27 do corrente mês. O proprietário abaixo assinado envidou forças e fez sacrifícios para outra vez montar este gasalhado público com apurado asseio e bom gosto.

---

<sup>141</sup> Jornal "O Jaguareense", nº 46, de 5/02/1856. (IHGJ)

*Parabéns nobres fregueses  
Deus de nós se apiedou.  
Nossa cidade está livre,  
Já o cólera passou!  
O Hotel Sete de Setembro  
Suas portas descerrou;  
E o prazer, em asas d'anjo,  
Por elas de novo entrou!  
Fregueses, vinde ligeiros;  
Satisfeitos nos saudemos,  
Mais - Sans Façons - cavalheiros:  
Que dizer quero, que temos:  
Comidas frescas  
Bem adubadas,  
Bebidas finas,  
Variadas;  
Cartas que fazem  
Jogo de fadas;  
E dois bilhares  
Para tacadas.*

Ainda mais, o Hotel 7 de Setembro que mudou-se para a rua do Triunfo, nº 13, esquina da rua da Boa Vista, tem ótimos quartos para hóspedes, excelente estabulação para cavalos, bem assim um magnífico potreiro distante desta cidade meia légua, fechado à chave, para acomodar os cavalos dos Sr. que se hospedarem nesta casa, tudo por preços cômodos; e fornece - por preços assaz razoáveis - comedorias para fora. Ver e crer; e justiça fazer.

Cidade de Jaguarão, 27 de janeiro de 1856  
Nicanor Nolasco Rodrigues Paz".

Passado os tempos de "horrores" e dominada a epidemia, iniciava este ano de 1856 com muitas expectativas positivas. Afinal haviam passado por mais de 100 dias de desestabilização, crise e paralisação de muitas atividades. A partir deste momento recomeçaria a vida comunitária de forma integral, porém agora com o status de cidade, situação que não havia tido oportunidade para desfrutar. Nesta condição, pelo menos as expectativas perante a Assembléia Provincial para atendimento de suas reivindicações aumentavam.

### **1856: expectativas com a transformação da "Vila" em "Cidade"**

A peste gerou uma etapa de paralisação e desânimo. As atividades municipais, com muita dificuldade como foi visto, concentraram-se nas questões referentes a erradicação do mal. Porém passado o problema da epidemia, recomeçam as iniciativas para aberturas de novas ruas, distribuição de terrenos e a cidade volta a sua rotina, com o comércio recuperando seu ritmo habitual e os criadores dando continuidade a seus negócios, pois não foram afetados por esta doença fundamentalmente urbana.

No campo político, os esforços para equipar a recém decretada cidade eram visíveis. Um pronunciamento ocorrido na Assembléia Provincial, o ex-vereador e agora Deputado, Dr. Ubatuba, representante dos interesses de Jaguarão, permite conhecer como se processavam os

esforços políticos a nível central, para que as cidades conseguissem suprir suas necessidades básicas. Através da referida intervenção do nobre deputado, se pode conhecer um pouco da estrutura urbana de Jaguarão naquele momento, pelo detalhamento com que descreve a cidade.

Segundo matéria publicada no “O Jaguarenses” nº 39 em 17/1/1856, assim se expressava o Dr. Ubatuba, dirigindo-se ao Presidente da Assembléia sobre uma questão referente a solicitação para melhoramento na iluminação pública da cidade:

"a ter-se de fazer um benefício à Vila ou Cidade de Jaguarão, faça-se o mais completo que for possível. Para nada chegam 50 lâmpadas em uma localidade que tem, na parte baixa 6 ruas transversais, e 7 perpendiculares, não contando com a outra parte chamada – Vila Nova. – que é o que está se edificando no Morro do Cerrito. Ora para 15 ruas que tem grande extensão, de certo que 50 lâmpadas...e por isso eu quisera que a nobre comissão elevasse este numero para 70 para poder chegar ; 50 lâmpadas distribuídos por 13 ruas, não compreendo, como disse, sem a Vila Nova, vem a tocar menos de 5 lâmpadas para cada rua, e então será preciso colocá-los em grandes distancias uns dos outros, e se eles em pequenas distâncias, pelo sistema de iluminação a gás, como hoje existe, pouca claridade apresentam, de certo....."

"A iluminação que existe nas cidades do Rio Grande e Pelotas é péssima: a de Porto Alegre, apesar de ruim, é ótima comparativamente daquelas cidades.

No plenário provincial houve uma longa discussão. Os deputados de cidades menores reclamavam que estas estariam completamente às escuras, contribuindo com o pagamento da iluminação das cidades maiores. Insistindo na discussão, o mesmo deputado, defendendo a ampliação de 50 para 70 lâmpadas para Jaguarão, continuava sua interessante descrição da cidade naquela época:

"...ruas perpendiculares a do rio, também a do Serro Largo, ou aquela onde está colocado o Hospital Militar; tem mais uma outra chamada Triunfo, tem a rua onde mora o Sr. João Augusto Penedo, tem duas ruas do largo da Matriz e a das Flores, e tem mais uma ou duas ruas que não sei os nomes". Pelas ruas transversais conhecerá a extensão das perpendiculares, estas são a rua da praia, a que passa pelo fundo da igreja, a que passa pela frente a das soteas, e outra imediata.

"...Notem os nobres deputados que eu não falo na povoação da Vila Nova, dessa parte da vila ou da cidade, que está sobre a colina próxima ao quartel do 2º batalhão de fuzileiros e que esta hoje muito povoada. só falo da parte baixa.

Alguns relatos de viajantes, que na metade do século passaram por aquela fronteira, auxiliam a complementar

esta aproximação às questões urbanas naquele pequeno povoado.

Sucinto, mas bastante objetivo, é o que escreve Josep Hörmeyer, um capitão do Batalhão Alemão que chegou em 1851 na região e, em 1853 fazia uma detalhada descrição da Província, na qual refere-se da seguinte forma à cidade:

"Jaguarão é uma cidadezinha com 1.500 habitantes (no povoado), forte comércio da Banda Oriental com cavalos, couros, chifres e sebo; durante o sítio de Montevideu<sup>142</sup>, todo o comércio da parte norte da República passou por Jaguarão para Rio Grande, tendo a cidade tomado um desenvolvimento importante; o levantamento do sítio provavelmente despojará Jaguarão novamente de sua importância. A cidade está em comunicação regular por vapores com Rio Grande<sup>143</sup>.

A descrição do viajante alemão carrega algumas aportações relevantes e de interesse para este estudo. Ainda era uma Vila em início de recuperação institucional e econômica e já é descrita ou tratada por "cidadezinha". Esta colocação tem dois aspectos: talvez a tradução mais apropriada seria um "povoado", pois este diminutivo de

---

<sup>142</sup> Por ocasião da tentativa da Argentina, sob o governo de Rosas, de retomar a antiga província oriental, o atual Uruguai em 1828. O resultado foi que eclodiu a "Grande Guerra", marcada pelo sítio interminável de Montevideo de 1843 a 1851.

<sup>143</sup> Hörmeyer, Joseph, *O Rio Grande do Sul de 1850*, Porto Alegre: Ed. EDUNI-SUL, 1986. p.33:

cidade adquire um aspecto pejorativo, que não parece ser a intenção do autor, pela forma otimista como se refere ao seu objeto de análise. Por outro lado receber esta denominação pode ser considerado como um elogio, pois na realidade ainda tratava-se de uma Vila.

Depois, continua o viajante em sua descrição, destaca seu comércio forte, uma vocação histórica que estará presente em todos momentos do seu crescimento. Os produtos exemplificados demonstram ainda um comércio vinculado com a criação de gado, ou seja, funcionaria neste momento como um entreposto importante da região.

Ainda comprova os efeitos diretos que ocasionam a crise uruguaia numa cidade de fronteira, como fator relevante para impulsionar o restabelecimento e crescimento econômico do município neste período de sua reconstrução. Segundo este autor, seria tão intensa esta influência, que arrisca uma previsão ameaçadora de decadência para o povoado, ao findar a crise do país vizinho.

Por fim, realça o fator positivo e importante para o desenvolvimento da região, a existência de um porto, num momento onde não existiam comunicações por terra eficientes. As estradas de ferro tardariam muito e os caminhos terrestres eram de péssima qualidade. Não há dúvida de que a distância geográfica que colocava a cidade numa periferia distante, poderia ser amenizada com as vantagens de possuir um porto bem comunicado.

***Crise nos anos 60: desorganização municipal, invasão uruguaia, guerra do Paraguai e a volta do cólera.***

A evolução urbana de Jaguarão sempre esteve atrelada às questões referentes a propriedade da terra. Este tema está presente desde os momentos iniciais da fundação da Vila. Primeiro com a polêmica causada pela Viscondessa de Magé requerendo a posse de "suas propriedades", gerando uma incômoda situação e prejudicando o desenvolvimento inicial da comunidade. Mais tarde, durante os conflitos revolucionários farroupilha, o desaparecimento da documentação municipal com os limites oficiais, deixando novamente caótica e sem controle a situação fundiária do município.

Em 1845 quando terminam os conflitos farroupilha e recomeçam as atividades municipais, a falta dos documentos que marcavam os limites da povoação ocasiona um entrave na distribuição de lotes aos moradores, gerando mais insegurança naquele povo que ficaria receoso de investir recursos para construção em terreno sem garantia documental. Acrescente-se a isto que esta situação deixava a Câmara sem possibilidade de receber os tributos pertinentes ao uso do solo urbano, tão necessários naquele momento de recuperação do município num momento chave para seu crescimento.

Os requerimentos de pedidos de terrenos eram enviados para a pasta da Presidência da Província, de onde raramente voltavam. A população não podia contar com este legítimo direito de requer e receber seus terrenos,

ocasionando uma insegurança nociva à evolução do povoado.

Este problema continuou ainda por algum tempo, fazendo com que muitos moradores com possibilidades de estabelecerem suas atividades e ajudarem a construir a Vila, se retirassem para outras localidades, evidentemente que levando consigo e divulgando as péssimas informações do que ocorria naquele lugar da fronteira.

Frente a isto, uma das principais reivindicações da Câmara de Jaguarão era a legitimação do seu patrimônio, medido e demarcado judicialmente, mas cujos documentos estavam perdidos. Seguidamente interpelada pelo governo provincial sobre terrenos devolutos e os limites do seu patrimônio, não podia informar por que títulos o possuía, por nada constar a respeito em seu arquivo. Desde 1845 havia informado o deterioramento deste material no período da Revolução, tempo em que ficou totalmente abandonado. Em julho de 1846, informava ao governo provincial que “o arquivo sofreu arrombamento no tempo da revolução desta Província, durante a qual, ficou esta Vila em total abandono, não se encontrando nele, os principais livros e documentos”<sup>144</sup>.

Em 1854, continuava sua reclamação ao Governo Provincial:

“em vista do grave prejuízo que estavam sentindo os requerentes de terrenos, tal como a perda de material de construção já comprado e

---

<sup>144</sup> Ata nº 4, da CMJ, (data ilegível) o ano era 1845 e foi um documento referente a uma das primeiras reuniões depois do recomeço das atividades municipais.

arruinado pelo tempo, concedesse à Câmara o direito desta aforar os seus terrenos, ou então uma licença prévia para esse fim, de modo que se evitasse este inconveniente extraordinário”.

No ano seguinte, no mesmo relatório em que pedia sua elevação à categoria de cidade, implorava pelo término do “mal que paralisou o progresso e desenvolvimento da florescente povoação”, ou seja, a impossibilidade da distribuição de lotes urbanos para edificar por falta de documentação.

A desorganização municipal além de gerar litígios freqüentes entre moradores, também dificultava a sua resolução legal dos casos. Nas tentativas para organização deste caos urbano, a Câmara solicitava aos possuidores de títulos, que comparecessem junto à comissão encarregada destes assuntos, para atualizar sua posse e desta forma os administradores elaborarem um cadastro atualizado para a Vila .

Alguns casos que ocorriam serviam para auxiliar a municipalidade na organização dos imóveis municipais. Não havia outra alternativa do que fazer seus julgamentos e tomar decisões utilizando e confiando apenas a documentação apresentada pelos cidadãos. Para ilustrar esta prática, tome-se o caso do senhor Antônio Narcizo de Lima, que solicitava a concessão de um terreno devoluto à Rua da Palma, para edificar sua casa. Como na mesma ocasião outra pessoa apresentava à Câmara os títulos

competentes deste terreno, foi indeferida a solicitação ao Sr. Antônio<sup>145</sup>.

A farta documentação existente desta época comprovam a desorganização administrativa dos imóveis e as dificuldades por que passavam seus responsáveis na luta para "colocar a casa em ordem". Outra solicitação que contribui nesta ilustração dos problemas administrativos fundiários da cidade, foi a petição feita pelo senhor João Manoel de Lima, solicitando informação se estaria ou não habitando em terreno devoluto. A partir da informação do fiscal de que este Sr. já havia edificado no dito terreno e como não havia encontrado obstáculo (ou seja, ninguém reclamou esta posse), a Câmara aprovava o envio do seu requerimento ao Excelentíssimo Presidente da Província.

<sup>146</sup>

Esta falta de ordem reinante não impedia que se tratassem dos freqüentes litígios com a firmeza e os critérios que os casos mereciam. Este caos administrativo propiciava que alguns indivíduos tentassem conseguir vantagens, o que com certeza deve ter ocorrido, embora em muitos processos os peticionários não alcançavam seus objetivos, como o que ocorreu com o Sr. Antônio José Affonso Guimarães. Em requerimento endereçado à Presidência, este senhor fazia solicitação para dar registro no Arquivo da Câmara, do título de um terreno que lhe fora concedido nesta Vila, em 14/7/1852, a qual recusava registrá-lo. A Câmara informava que não aprovara o registro deste título apresentado, em conseqüência de já estar vencido o prazo

<sup>145</sup> Ata nº 8, da CMJ, de (?)/03/1845. (IHGJ)

<sup>146</sup> Ata nº 22, da CMJ, de 24/09/184. (IHGJ)

de um ano estabelecido pelo contrato foreiro e, por não haver construído no dito terreno, o mesmo passava a condição de "devoluto" e que inclusive o mesmo já havia sido requerido por Dona Eulina Maria de Gonçalves, em 20 de agosto deste ano de 1853. O documento da Câmara acrescentava ainda, que o Sr. Antônio José possuía o título desde 1822 e nunca havia realizado qualquer benfeitoria neste imóvel. Em 1852 foi novamente lhe concedido o título e a situação continuava igual. Portanto, parecia não haver dúvida de tratar-se de terreno devoluto e a Câmara, obedecendo a legislação e aos interesses dos cidadãos, o concedeu a novo requerente.<sup>147</sup>

Estes processos contribuem para demonstrar a existência de uma corrida imobiliária na cidade nesta época que corresponde ao início da segunda metade do 19. Apesar disto, alguns terrenos centrais continuavam desocupados, provavelmente porque, muitas pessoas recebiam suas posses na Capital da Província, diretamente da Presidência, por favores políticos ou qualquer outro motivo com alguma expectativa futura, mas que jamais ocupavam seus lotes, muitas vezes sem sequer conhecê-los, pela simples razão de nunca viajarem à fronteira, permanecendo com atividades na Capital da Província, deixando suas posses abandonadas, até serem considerados "terrenos devolutos". Processo idêntico vai ocorrer no meio rural com a distribuição das "sesmarias". Em outros casos, havia concretamente dificuldades de recursos dos posseiros para construir sua casa. Neste

---

<sup>147</sup> Ata nº 350 da CMJ, de 17/11/1853. (IHGJ)

caso, solicitavam uma prorrogação, que após analisada pela "Comissão de Terrenos" da Câmara, tinha seu despacho. Encontram-se alguns indeferimentos "por não terem os requerentes meios de edificar", embora na maioria dos processos, a Câmara fosse complacente, sempre possibilitando os adiamentos solicitados<sup>148</sup>.

São exemplos muito significativos, que servem para demonstrar esta ambigüidade que acompanhou todo crescimento urbano da cidade: a coexistência simultânea da dificuldade e do crescimento. Uma solicitação de um cidadão de ampliação de prazo para iniciar sua edificação no terreno que lhe foi concedido, está refletindo uma dificuldade imediata, mas ao mesmo tempo, uma perspectiva de construção, de crescimento. Isto pode traduzir a realidade da cidade naquele instante histórico.<sup>149</sup>

As reuniões da Câmara, que se realizam com muita freqüência nesta época, estão repletas de pedidos de lotes para ocupar e construir.

Apesar de tudo, o Governo Provincial julgando haver grande quantidade de terras "devolutas", com exagerada freqüência indagava através de correspondências, exigindo relações e inventariamentos destas propriedades, a fim de poder doá-las aos "preferidos de gabinetes", segundo voz corrente nesta época.

---

<sup>148</sup> Conforme consta na ata da reunião do dia 2 de agosto de 1873.

<sup>149</sup> Em 26 de julho de 1854, de acordo com a ata nº 377, um cidadão pedia mais 3 meses para iniciar os serviços de edificação no terreno que lhe foi concedido na 8ª quadra da rua do Comércio. Sua solicitação foi aceita, "com a condição de que findo o prazo será considerado devoluto o dito terreno".

Em 15 de março de 1847, respondendo ao vice-presidente em exercício, Dr. Manoel Antônio Galvão, assim se pronunciava:

“...são 9 léguas de comprimento por 2 ou 3 de largura, mais ou menos, que pertenceram à falecida baronesa de Magé, das quais Francisco José Gonçalves da Silva, há 14 ou 15 anos, está de posse de 5 léguas onde tem estabelecimento, gado...e a viúva do falecido José Moreira Paz, de 4 léguas, desde o mesmo tempo. Dentro deste último terreno há arranchados emigrados ou refugiados brasileiros e estrangeiros, a maior parte do Uruguai...A Câmara sugere o estabelecimento de colônias, principalmente para os lados do Juncal...”

Em outra oportunidade, mais uma vez intimada a dar informações sobre terrenos, expedida outra correspondência, datada em 4 de maio de 1848, para o então Presidente da Província, Barão de Caçapava, com as seguintes informações:

“...resolveu em sessão de hoje responder ao ofício de V. Excia. datado de 17/04/1848, no qual exige que informe os motivos por que se acha ocupado com edifícios particulares o terreno que estava o Quartel do 4º Corpo de Cavalaria de Linha que havia pertencido à Legião, bem como a declaração de algum outro Terreno Nacional que esteja hoje ocupado ou não por quaisquer edifícios e, bem assim, a informação clara sobre o rincão que havia desta

vila para o lado da Lagoa, quem está ou se tem chamado a posse dele e com que título ou autorização o fez. Quanto ao primeiro quesito...ainda existe desocupada sua frente e meia quadra de fundo. Quanto ao segundo, ficará imposto pela cópia junta ao ofício que esta Câmara dirigiu a essa Presidência em 15/03/1847. Quanto ao terceiro, O Rincão da Nação, intitulado Cavahada, entre o banhado do Juncal e o rio Jaguarão, fundo à lagoa Mirim, foi concedido, segundo consta, à Baronesa de Magé por duas vidas em cujo tempo o arrendou o falecido Vigário desta Vila, Joaquim Cardoso de Brum, e este traspassou o arrendamento a Francisco José Gonçalves da Silva, no ano de 1826...Este obteve do Presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga, em 11/07/1835, um despacho para poder proceder à medição do referido Rincão a qual se verificou no mesmo ano...O Auto de Medição se acha arquivado nesta Câmara...pela cópia junta do ofício de Francisco J. G. da Silva verá V. Exa. ser este documento de posse que ele diz ter e como declara a respeito do terreno que outrora foi a antiga residência do Comando Militar dentro desta Vila, de que ele se acha, também de posse.”

A ocupação por Francisco José G. da Silva de uma grande área rural e outra urbana - considerada irregular por pertencerem à Nação - começara a ser contestada desde o

término da Revolução Farroupilha em 1845, sendo objeto de um longo e rumoroso processo judicial, a partir do qual foram executados levantamentos detalhados sobre a ocupação do solo jaguareense.

Em de 25/1/855, a Câmara recebe da Presidência da Província solicitação sobre os critérios comumente utilizados para resolver algumas dúvidas sobre terras. Ao mesmo tempo ordenava que prestasse à Presidência, informações da quantidade de terrenos existentes com possibilidades para serem ocupados no Município, enviando logo as competentes plantas com designações de ruas, praças e das reservas, exigidas pelo artigo nº 77 do Regulamento nº 1318 de 30 de janeiro do ano passado. Deliberou-se acusar a recepção da mencionada portaria e pedir a S. Excelência autorização para se despende a quantia precisa com o levantamento das Plantas desta Vila e das Povoações do Herval e do Arroio Grande, segundo orçamento. Nesta mesma correspondência a Câmara aproveitava a conveniente oportunidade para reclamar da “falta que há de Engenheiro para encarregar de semelhantes trabalhos”.<sup>150</sup>

Em novembro de 1856, outra correspondência da Câmara procurava esclarecer mais uma das freqüentes e obstinadas indagações que fazia a Presidência através de portaria:

“...para que com a possível brevidade, informe quais os terrenos que formam o seu patrimônio e porque títulos os possui, cumpre esclarecer que

os terrenos que constituem o patrimônio desta Câmara são os compreendidos entre os rios denominados Jaguarão ao sueste; Lagões ao sudoeste; a coxilha da divisa ao norte e o Arroio Quartel Mestre a leste, ignorando a Câmara porque títulos as possui”.

Como terrenos devolutos, dentro dos limites urbanos, nessa mesma data, foram registrados e informados os seguintes lotes:

Rua das Pombas, 1 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup> quadras terrenos	15	
Rua dos Pescadores, 1 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup> , 7 <sup>a</sup> , 10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup> , 12 <sup>a</sup> q.	35	“
Rua da Ponte, 10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup> , 12 <sup>a</sup> quadras	36	“
Rua do Comercio, 11 <sup>a</sup> , 12 <sup>a</sup> quadras	15	“
Rua do Triunfo, 10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup> , 12 <sup>a</sup> quadras	30	“
Rua da Palma, 12 <sup>a</sup> quadra, ocupado p/ quartel		
Rua das Flores, 7 <sup>a</sup> , 9 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup> , 12 <sup>a</sup> quadras terrenos	22	
Rua do Portão, 6 <sup>a</sup> , 7 <sup>a</sup> , 8 <sup>a</sup> quadras	20	“
Rua do Cristal, 1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> , 7 <sup>a</sup> , 8 <sup>a</sup> quadras	23	“
Rua do Riacho, 1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> quadras	19	“
Rua dos Prazeres, 1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> quadras	29	“
Rua do Caxias, 1 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> quadras	12	“
Rua das Praças, 11 <sup>a</sup> , 12 <sup>a</sup> quadras	11	“
Total	267	“

Sobre os campos chamados da Nação, assim se pronunciou a Câmara em janeiro de 1860:

“...a Câmara Municipal resolveu informar a V. Ex.a, sobre os terrenos devolutos existentes

<sup>150</sup> Ata nº 394 d CMJ, data completa ilegível, ano 1855.

neste município. Esses terrenos são os que outrora pertenceram à Viscondessa de Magé, com perto de sete léguas de leste a oeste e uma meia de norte a sul, com as confrontações seguintes: da barra do rio Jaguarão, águas acima, até o passo velho das Carretas, pouco acima da chácara de D. Francisca Moura, donde segue por um banhado, dito do Capão da Perdiz, em direção ao serro dito do Ávila, a oeste; deste serro segue por banhado que deságua no Arroio Juncal até a barra do rio Jaguarão, a leste. O dito campo contém uma área de sete a oito léguas quadradas, advertindo, porém, que em quase sua totalidade está ocupado por chácaras e lavouras nas margens dos arroios e banhados; assim como pelos terrenos que formam o patrimônio da municipalidade, com uma área de três quartos quadrados de légua, compreendidos entre o rio Jaguarão ao sul, Lagoões a oeste, até a chácara de José Jacinto Dias, e dali em linha reta ao Arroio do Quartel Mestre, a leste, e também nos supraditos terrenos acha-se compreendida a fazenda do comendador Francisco José Gonçalves, com perto de cinco léguas quadradas, confrontando ao norte com o Juncal e a leste com a lagoa Mirim, ao sul com o rio Jaguarão e a oeste com o Quartel Mestre, campo este que está em litígio como a Fazenda Nacional.

Apesar da urgência dos gestores da cidade em resolver esta questão crucial para o desenvolvimento do município, este assunto se estendeu até 1864, quando finalmente o Governo da Província autorizou por portaria - nº 34, de 5 de dezembro de 1863 - a despesa necessária com os trabalhos de legitimação de posse pelo Juízo Comissário do Município, visto que como foi dito, estavam perdidos o título, a medição e a demarcação judicial realizada no ano de 1814 dos terrenos concedidos para a povoação da Freguesia, pelas Provisões Régias de 24 de Março e 12 de junho de 1813.

Esta nova medição autorizada pelo governo não chegou a ser realizada, pois nesta mesma época, foram encontrados em um cartório da cidade de Rio Grande, a cujo município pertencia a Freguesia na época, os antigos autos e a planta feita por Maurício Ignácio da Silveira. Estava solucionado o problema que tanta insegurança levou aos moradores e que muito atrasou o desenvolvimento da povoação.

“...em razão de terem sido encontrados no cartório do escrivão José da Cunha, na cidade do Rio Grande, a cujo município pertenceu esta Freguesia, os autos de medição e demarcação judicial, procedida em virtude daquelas Provisões Régias e julgadas por sentença em 4 de março de 1814, os terrenos concedidos para povoação desta Freguesia...”<sup>151</sup>

---

<sup>151</sup> Apontamentos, op.cit., p. 94.

Esta situação ocorrida pode ser uma prova da desorganização da Província, mas ao mesmo tempo, necessariamente remete à algumas perguntas. Como pode ocorrer que documentos de tanto interesse ficassem por tanto tempo "esquecidos" num cartório que, naquela época, não deveria possuir muitos registros? Quem se beneficiou durante este período com esta situação anômala? Por que levou quase 20 anos para que o Governo Central autorizasse uma nova medição e oficialização das terras do município? São algumas questões que se deixa de responder neste momento, mas que servem como reflexão para enriquecer as conclusões finais.

As insistências do governo provincial sobre o patrimônio da Câmara, e os problemas que isto causava pela falta de documentação, parecem cessar finalmente com a legitimação das suas posses. Resolvida a questão da legitimação da propriedade, “uma das mais ardentes vontades dos jaguarenses, receosos de uma ilegalidade por parte do Governo Provincial”, a cidade continuaria perseguindo os caminhos que possibilitassem seu progresso.

Os anos 60 iniciaram com boas perspectivas em razão do crescimento ocorrido na década anterior, mas a partir da segunda metade desta década ocorrerá um período de crise no qual a situação econômica da Província vai se agravando progressivamente, com conseqüentes prejuízos para todas suas regiões, sendo que para Jaguarão representou um desafio à sua sobrevivência e

desenvolvimento. Crises externas e internas abalaram profundamente a tranquilidade daquela distante, isolada e incipiente povoação.

Os problemas causados por sua posição periférica em relação aos centros de poderes, poderiam ser amenizados pelas potencialidades oferecidas pelo seu porto. Mas como foi visto, os baixios que se formavam durante os períodos de estio no sangradouro da Lagoa Mirim, isolavam a região com prejuízos de grande monta para os estoques de mercadorias do comércio, um setor caracterizado por suportar os momentos de crise.

A dragagem das vias de comunicação para facilitar a navegação foi uma luta que acompanhou toda sua evolução histórica da cidade. Tratava de uma obra que dependia de pesados recursos para sua realização, mas que daria impulsos importantes à dinâmica de desenvolvimento da região, num momento chave da história rio-grandense, quando este tipo de comunicação era praticamente a única opção, devido a falta de estradas terrestres.

Os serviços que se realizaram para desobstrução dos baixios foram sempre mal executados, pois freqüentemente pioravam situação original, criando problemas para as embarcações em locais onde não existiam anteriormente.

Como conseqüência, nos períodos em que as águas baixavam impedindo a navegação das embarcações maiores, o transporte de mercadorias era obrigado a ser realizado por via terrestre desde Pelotas ou Rio Grande, localizadas a muitíssimas léguas da cidade, ocasionando a

elevação dos preços e concorrendo com a carestia dos gêneros de primeira necessidade na povoação.<sup>152</sup>

A zona do interior do município se dedicava exclusivamente a criação, esquecendo a agricultura. O cultivo realizado servia apenas para o consumo interno das propriedades, sem excedentes suficientes para abastecer a cidade.

Estas dificuldades poderiam ser solucionadas, como de fato ocorreu em outras regiões do Rio Grande do Sul, com a criação de uma colônia agrícola na região, aproveitando a movimentação migratória de alemães e italianos que ocorria de forma expressiva no Estado.

Mas como foi visto, este foi mais um projeto para o desenvolvimento regional que não se concretizou. A cidade continuou com sua economia fundamentada nos mesmos elementos dos primeiros tempos coloniais. Nas regiões onde foi implementada uma colonização, com a entrada de novos elementos, com outra cosmovisão de mundo, estes contribuíram para a formação de uma nova mentalidade local. Nestas regiões, o Rio Grande, latifundiário e pecuarista, foi recriado e transformado numa região minifundiária e agricultora.<sup>153</sup>

As crises se agravavam com as repetidas e repentinas mudanças do Governo Provincial, que tinham como conseqüências imediatas para a região, o esquecimento

---

<sup>152</sup> Apontamentos, op.cit., p.90

<sup>153</sup> Quevedo e Tamanquevis, op.cit., p.66

das petições feitas pela Câmara à Assembléia e ao Governo.

O centralismo do governo era rigoroso e obrigava que os melhoramentos mais simples, as mais insignificantes aplicações de verbas, mesmo depois de votadas ou determinadas pela Assembléia, não podiam ser executados, sem o prévio consentimento, cujo processo muitas vezes durava anos".<sup>154</sup>

Nesta época, dois acontecimentos contribuíram para ampliar as dificuldades e crises que a cidade tradicionalmente suportava: os enfrentamentos bélicos do Brasil com seus vizinhos, primeiro o Uruguai e depois o Paraguai.

O primeiro, sem dúvida o acontecimento mais marcante da história desta Cidade, foi a invasão sofrida pelos "Blancos", facção do exército uruguaio em 27 de janeiro de 1865. Nesta data a cidade foi invadida por forças do Estado Oriental, em número e recursos bélicos muito superiores aos existentes para a defesa em Jaguarão.

Apesar das muitas controvérsias sobre este assalto - foi um ato previsto com antecedência pelo Comando da Fronteira, mas que inexplicavelmente encontrou a defesa deste território carente de pessoal, armas e munições. Não falta consenso quanto a resistência heróica que a cidade ofereceu ao invasor inimigo.

---

<sup>154</sup> Apontamentos, op.cit., p.93

Sob o comando do Coronel Manoel Pereira Vargas, um pequeno exército de pouco mais de 500 homens, apoiado por uma população decidida e valente, enfrentou um inimigo poderoso, composto por mais de 1500 homens bem armados, "as balas do inimigo passavam além da nossa coluna, ao passo que as nossas pouco alcançavam as suas fileiras, devido à inferioridade do armamento", e manteve a posição da cidade, sem entregá-la às mãos inimigas, apesar dos prejuízos sofridos, com perda de rezes, escravos, ovelhas, cavalos, objetos roubados e estragados, "e outros fatos que a decência faz calar"

Os danos materiais causados pela invasão foram estimados em 251.633\$555 rs<sup>155</sup>.

A Câmara muito reclamou da Presidência do Governo não apenas explicações convincentes pela falta do apoio solicitado com antecedência para este enfrentamento, como da justa reparação dos "graves e horrorosos atentados cometidos pelos invasores", mas como sempre, pouca repercussão fizeram estes apelos. A partir deste episódio a cidade, única da linha desta fronteira brasileira que jamais caiu em mãos inimigas, ficou merecidamente conhecida como "cidade heróica".

---

<sup>155</sup> Apontamentos, op.cit., p.36

Apesar de terminado este conflito, o heroísmo desta população teria que enfrentar um duro desafio que foi a crise que se abateu no município durante os anos que se sucederam.

Um ano antes da invasão dos "blancos" uruguaios, a Província do Rio Grande do Sul havia sido invadida por tropas paraguaias e começaria outra desastrosa guerra, que vai se estender até 1870. Esta Província foi a única sujeita a lei de guerra, o que pode ser tomado como demonstração de sua posição marginal no processo decisório do país.

Se para a Província as coisas não estavam bem, para os lados de Jaguarão, estavam pior. Esta guerra mobilizara parcela expressiva da população masculina e atraía constantemente as atenções do noticiário. A contribuição bélica dos jaguarenses, como de todos rio-grandenses foi muito vultuosa, com a perda de boa parte de sua força produtiva.

Interessante destacar que para esta guerra foram convocados muitos escravos para os campos de batalha. Era prática permitida e comum que, para não irem para a guerra, os homens livres podiam mandar um substituto, na pessoa de um escravo, para quem talvez fosse a única maneira legal de encontrar a liberdade caso sobrevivesse à luta.

Estes escravos, que no princípio da vila municipal, haviam sido numerosos, ficaram reduzidos a 1.636 segundo o recenseamento de 1872, quando faziam parte do município de Jaguarão os territórios de Herval e Arroio Grande.

Conforme os movimentos abolicionistas vão se ampliando, este número vai se reduzindo até chegar a 142, um ano antes da lei que abolirá a escravidão no país.

Esta guerra foi talvez o fato mais marcante do final do período imperial. Os prejuízos foram profundos e de todas as ordens. O Paraguai havia seguido um caminho próprio com aproximações comerciais com a França, cujos interesses imperialistas em relação à América eram bem mais atenuados que os dos ingleses. Desta maneira foi um país que se desenvolveu criando indústrias de tintas, de fundição, na qual construía navios a vapor, locomotivas e ferrovias. Chegou a instalar uma fábrica de armas e outra de pólvora, conquistando a privilegiada posição de segunda potência americana, após os Estados Unidos, com ótimos saldos de balanço a seu favor, "em franco contraste com os crônicos prejuízos das economias dependentes da tutela inglesa".<sup>156</sup>

Esta posição paraguaia não convinha aos interesses ingleses na América, que logo "passou a manipular seus países fantoches no sentido da destruição desta potência emergente". É quando se forma uma aliança de Argentina, Brasil e Uruguai e inicia esta complicada guerra.

Em 1868, em função desta guerra, não houve eleições no Rio Grande do Sul, decorrendo desse fato, que a Província não teve representantes na Câmara de deputados, fato que vem deixá-la mais isolada ainda do poder central. As

---

<sup>156</sup> Weimer, op.cit., p. 93

relações políticas, província-corte, desgastaram-se durante esta guerra.

A arrancada para o crescimento ocorrida nos anos 50 foi esquecida. A Província estava com poucos recursos e isto refletia no ritmo das obras públicas.

Para completar a desgraça e aumentar a crise, nesta mesma época voltou a epidemia de cólera na cidade. Felizmente sem a mesma intensidade daquela ocorrida em 1855, quando matou 200 pessoas. Desta vez, 79 perderam a vida no município. Mais uma vez muitas pessoas abandonaram a cidade retirando-se para o campo, onde acreditavam haver maior proteção contra o contágio. Mais uma vez a cidade perde o ritmo do crescimento e se envolve em outro período de intensa crise. Este ciclo que intercala momentos de crescimento e de fatalidades, vai acompanhando o desenvolvimento da cidade e sua região em todas suas etapas históricas.

Como sempre ocorria nestas ocasiões, várias providências foram tomadas pela administração municipal para cuidar do saneamento da cidade no sentido de evitar a propagação da epidemia. O recolhimento do lixo foi intensificado e organizado por ruas: nas 3<sup>as</sup>, 5<sup>as</sup> e sábado se fazia a limpeza das ruas do Comércio até à das Pombas; nas 2<sup>as</sup>, 4<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup>, a das ruas das Praças até à do Portão. Os dois setores entre as ruas 15 de Novembro e a rua Maurity, entre as ruas 27 de Janeiro e Andradas, dão idéia aproximadamente do que seria a zona urbana de então<sup>157</sup>.

---

<sup>157</sup> Franco, Sergio da Costa, *Jaguarão, 1867*, in: Cadernos Jaguareense,

Este tema da limpeza urbana aparecia com freqüência nas discussões e decisões da Câmara. Em 14 de março de 1871, comparecia na Câmara o arrematante do serviço ficando combinado que, para sua melhor execução, deveriam fixar-se editais declarando que esta tarefa seria realizada a partir desta data do seguinte modo: nas 2<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> feiras a carroça da limpeza percorreria as ruas da cidade da praça da Matriz para o lado da Caridade, nas terças e sábados seria pelas ruas da cidade que estão da praça da Matriz para o lado da "boca do tigre". Assim, todos os habitantes deixariam nestes dias na frente de suas casas, dentro de algum caixão ou barrica, todo o lixo dos despejos de suas casas até as 9 horas da manhã, ficando ainda a carroça do despejo obrigada recolher diariamente a limpeza do mercado público.

Cada vez que se acercava uma epidemia na região, as ações para o controle sanitário da cidade se ampliavam. A partir deste momento, em Jaguarão se resolve tomar medidas mais abrangentes e um plano sanitário começa a ser estudado para implementar, à maneira que ocorria em outras cidades brasileiras.

Enfrentando empecilhos e fatalidades que ocorriam naquela localidade, sua população parecia obstinada a resistir e defender sua sobrevivência de todas formas possíveis. À falta de representação política rio-grandense ao nível dos representantes federais, os vereadores organizaram e enviaram aos deputados da Província da Bahia, na Câmara Federal, um documento, apelando para

---

Jaguarão:IHGJ, 1998. p.43, vol. 2.

intervirem no sentido de obterem os melhoramentos mais urgentes e imprescindíveis, que afinal eram os mesmos de sempre: como a fortificação da cidade e segurança, a livre navegação na Lagoa Mirim, a escavação dos baixios que tantos óbices causavam à navegação e conseqüentemente ao desenvolvimento do município.

Como se pode notar, não se poupavam esforços para superar àquelas dificuldades por que passava região. Buscavam apoio a deputados radicados em localidades distantes mais de 3000 quilômetros desta cidade, os quais, provavelmente, pouco ou nada conheciam das peculiaridades desta área, para um governo central localizado a 1500 Km que ignorava as dificuldades da periferia distante.

Se no início dos anos 60 a situação econômica dava sinais de recuperação, com estes problemas que se sucedem a partir de então, haverá uma paralisação do crescimento com a conseqüente crise da segunda metade desta década. O quadro referente ao balanço de receita e despesa do município oferece uma idéia da dura realidade que atravessava a cidade naquele momento, cujos excedentes de despesa, tinham que serem supridos com empréstimos, conforme a legislação em vigor.

	<b>Receita</b>	<b>Despesa</b>	<b>Saldo</b>
<b>1864 - 1865</b>	26:644\$354	25:177\$228	1:467\$168
<b>1866 - 1867</b>	27:680\$000	39:780\$000	12:100\$000 (-)
<b>1867 - 1868</b>	22:870\$000	34:830\$000	11:960\$000 (-)

Estes números demonstram o notável decréscimo das rendas da Câmara, acumulando dívidas a cada exercício findo. Por esta razão foram enviadas várias correspondências ao governo da Província, relatando o estado de abatimento em que se encontrava o comércio, a indústria e a própria administração do município, pela decadência que crescia a cada dia.

No campo político, havia uma luta aberta entre os dois partidos, liberal e conservador. Desde a fundação da cidade que os conservadores dominavam as ações políticas da cidade, quando, na eleição de setembro de 1868, vencem os liberais. Vencia mas não ganhava, pois o Dr. Costa Pinto, Governador da Província e filiado ao Partido Conservador, determinara que continuasse a antiga Câmara dirigindo os destinos de Jaguarão, ao mesmo tempo que mandava realizar outra eleição.

A hegemonia do Partido Conservador na Província começava a declinar. Os conservadores a favor da centralização administrativa e do princípio de que o Imperador "reina, governa e administra", iniciavam a perder espaço para o discurso liberal, o qual apontava as anomalias e as atitudes autoritárias do Imperador.

No período que vai de 1873 a 1877, a Assembléia era liberal e a administração conservadora, nomeada pelo Imperador. Os discursos dos liberais tornaram-se inflamáveis, adquirindo força junto à população. Sem muita opção, o Imperador, em 1878, chamou o partido Liberal para ocupar a presidência da Província.

Uma vez no poder, adotou uma acomodação que ocorre com freqüência com quem alcança esta posição. Em 1885 o Partido Liberal já havia abandonado completamente seu tradicional espírito crítico. Uma vez na posição de mando, parece que se esqueceram do discurso de oposição, sendo desta época o pensamento que expressa bem a situação conciliadora dos liberais: "nada mais parecido a um conservador, do que um liberal no poder".

É importante esclarecer que para a região de Jaguarão, a chegada dos "Liberais" aos poder foi vantajosa, pelo menos num primeiro momento, pois ocorreu que a partir desta nova configuração da política provincial, haverá finalmente a volta da sua normalidade política e econômica. Conseguiu sair daquele período de crise na vida urbana, que durante muito tempo a deixou paralisada, truncada em questões que prejudicavam seu desenvolvimento. Foi preciso esperar dois anos, para que, com novo governador na Província, pudesse voltar a normalidade política e econômica no município.

### **3.5. O período áureo, décadas interseculares, 1870-1910: projeto de cidade e nova urbanidade**

#### ***Recuperação do crescimento, expansão urbana e as características do parcelamento urbano em Jaguarão***

Se nos inícios dos anos 50 do século 19 ocorreu uma recuperação econômica na cidade, que refletiu na sua estrutura física através de uma corrida imobiliária, a partir do início dos 60 esta situação declina, para iniciar um processo de recuperação no final desta década e alcançar um crescimento razoável na segunda metade dos anos 70. A nível nacional, a conjuntura político-social-econômica já apresentava uma situação de crescimento, mas na escala regional e local, as disputas políticas na Província e na cidade, somadas aos conflitos fronteiriços com a tentativa de invasão dos "blancos" uruguaios e o desgaste provocado pela guerra do Paraguai, adiaram os ventos favoráveis ao desenvolvimento, que só iniciaram a soprar no final dos anos 60 e início dos 70.

Com isto avolumaram as solicitações de terrenos no centro urbano e, na mesma proporção os problemas que acompanharam este tema de distribuição de lotes na cidade. Com freqüência em uma mesma reunião, os membros da referida comissão de terrenos apresentavam relatos de mais de 20 requerimentos de cidadãos solicitando lotes, o que para uma pequena povoação representava um acontecimento inédito. Novamente neste momento repete-se a grande procura de lotes também por parte de militares.

Através destes requerimentos percebe-se que era prática comum uma mesma família solicitar mais de um terreno, usando como artifício solicitações no nome de seus diferentes membros. Pela documentação encontrada referente às solicitações de lotes urbanos para construir, observa-se que os senhores vereadores procuravam seguir a legislação que impedia este tipo de procedimento, mas na prática, através dos registros de pagamentos de foros e décimas urbanas, existe grande número de famílias que ocupavam muitos lotes na cidade. É verdade que em muitos casos ocorre a compra da posse dos lotes, mas esta não foi a prática geral. Pela documentação referente a reunião realizada em 22 de junho de 1868, de um total de 8 pedidos, 4 eram para duas famílias: o Sr. Amaro Rodrigues solicitava um lote e sua esposa Madalena Rodrigues um outro; Felipe Sommer e Anna Maria Sommer também faziam processo idêntico. Repetia-se na cidade uma prática comum desde o tempo da distribuição de sesmarias nas terras do meio rural. Neste caso, a Câmara não os concedeu a todos, cumprindo o determinado por lei, agraciando o cabeça do casal.

No início dos anos 70 ocorre um acréscimo acentuado no número de pedidos de lotes pelos moradores. Quanto as dimensões destes terrenos, ainda são freqüentes as solicitações de lotes com uma quadra de profundidade. A Câmara, imbuída do espírito de dar ordem urbana à cidade, quando encontra a documentação dentro das normas, concede os títulos dos respectivos lotes, mas somente com "meia quadra" de fundos, medida que se consolidará efetivamente somente a partir desta época.

Estas solicitações de lotes com a profundidade da quadra, indicavam que, apesar da movimentação imobiliária da época, ainda existiam grandes vazios urbanos a serem ocupados. Quando o solicitante dava início a um processo, conhecia exatamente o terreno que estava requerendo a posse e, é claro, tratava-se de um lote desocupado naquelas dimensões da solicitação.

O dimensionamento dos lotes na cidade era variado, embora algumas medidas se repetissem freqüentemente. Procurou-se manter a largura padrão de 80 palmos para os lotes situados nas extensões da cidade mais afastadas da zona central antiga. Nas quadras mais próximas a esta, encontram-se muitos terrenos cedidos com 60 palmos de frente. Para esclarecer como se desenrolavam estas questões e que tipo de solicitação faziam os cidadãos, serve como exemplo a movimentação ocorrida na reunião do dia 14 de julho de 1875. Nesta data foram passados três títulos de terrenos e logo depois as seguintes solicitações foram deferidas para seguirem os trâmites burocráticos:

2 lotes na 13ª quadra da Rua dos Andradas, com 80 palmos de frente;

1 lote na 12ª quadra da Rua Uruguaiana com 60 palmos de frente;

1 lote na 13ª quadra da rua dos Andradas, com 80 palmos de frente.

1 lote na 13ª quadra da Rua General Osório com 80 palmos de frente;

1 lote na 9ª quadra da Rua Curuzu, com 80 palmos de frente;

1 lote na 9ª quadra da Rua Riachuelo, com 60 palmos de frente;

1 lote na 2ª quadra da rua Riachuelo, com 50 palmos de frente.

1 "sobra de terreno" na 2ª quadra da rua General Câmara, de 38 palmos de frente, junto a um terreno que o requerente já tem aforado.

Na mesma reunião foi indeferido um pedido de lote "porque o cidadão já tinha concessão de outro terreno". Também foi negada a solicitação de uma "sobra", pelo fato de que o outro vizinho a esta pequena fração de terreno já haver solicitado anteriormente e, como o primeiro já tem edificado e este segundo não, a preferência seria para quem já edificou.

Observa-se ainda que mesmo tratando-se de uma cidade controlada desde o início de sua formação, primeiro com os militares e depois com o poder municipal exercido pela Câmara de Vereadores, não foi possível evitar certos descontrole na ocupação do solo urbano, resultando a formação de "sobras de terrenos" entre os quarteirões mais centrais da cidade, ou seja, nas zonas mais antigas. Nestes casos, era comum que os dois vizinhos lindeiros a esta "sobra" disputassem sua posse, onde se percebe que as preferências da Câmara para tomar suas decisões, sempre se inclinavam para aqueles que possuíam as casas mais estruturadas, em detrimento do que, por exemplo, habitasse uma casa coberta de palha<sup>158</sup>.

---

<sup>158</sup> Este exemplo foi aproveitado de um caso que consta na ata da reunião do dia 14 de julho de 1875.

A medida que aumentam as solicitações de lotes para construir, estes vão escasseando, ocorrendo casos de disputa de vários petionários para uma mesma fração de terreno. Para facilitar a resolução destes casos, era solicitado que o engenheiro concluísse com urgência o mapa dos terrenos de domínio, ("da meia légua de domínio direto desta Câmara"), pois muitos processos estavam na dependência deste documento<sup>159</sup>.

Em fevereiro de 1875, a Câmara manda tombar os terrenos de seu patrimônio, a fim de possuir deles plena legalidade de domínio e inteira validade do título aquisitivo. Para as despesas judiciárias, solicitava recursos à Assembléia Provincial. No mês de junho deste mesmo ano, iniciava este trabalho de tombamento, inclusive cravando marcos nos pontos principais dos seus limites.

Desde o final dos anos 60 quando se resolvem algumas das questões políticas que haviam deixado a região e cidade mais uma vez no caos e o clima de paz e de recuperação econômica volta a reinar, se sentirão seus efeitos nos vários aspectos da vida municipal e no seu espaço urbano.

O período corresponde ao final dos anos 60 e início dos 70 foi fundamental na transformação da cidade. Foi sem dúvida uma nova etapa, em que o desenvolvimento econômico e os acontecimentos políticos favoreceram o crescimento urbano. Uma série de fatos marcou estas transformações por que passará a povoação.

<sup>159</sup> Conforme ata de 23 de junho de 1871. (IHGJ)

A cidade podia ser dimensionada por dados publicados no jornal A "Atalaia do Sul", referente ao final do ano de 1866 e início de 67. Neste momento na cidade havia 16 quarteirões, com um total de 637 casas e 3.578 habitantes, com a seguinte composição:

			<b>Total</b>
<b>Nacionalidade</b>	Nacionais	3.099	3.578
	Estrangeiros	569	
<b>Sexo</b>	Homens	1.674	3.578
	Mulheres	1.904	
<b>Cor</b>	Branco	2.358	3.578
	Pardos	548	
	Pretos	672	
<b>Situação</b>	Livres	2.736	3.578
	Escravos	842	

O porto de Jaguarão era o principal acesso à cidade, apesar do óbice para a navegação que causavam os baixios. Havia linhas regulares para o porto de Rio Grande e Pelotas, realizadas pela Sociedade de Navegação a Vapor.

Mesmo com as crises constantes, no ano de 1864, foram registradas pela mesa de rendas da cidade que, do porto de Jaguarão, partiram 366 iates e vapores com destino aos portos de Pelotas, S. José do Norte, Rio Grande e Porto Alegre e, "maior seria, de certo, a navegação para esta cidade, se não fosse o embaraço existente no banco do sangradouro"<sup>160</sup>. Em Jaguarão faziam-se subscrições, contando principalmente com os comerciantes, para

<sup>160</sup> Apontamentos, op.cit., p.101

auxiliar nos recursos necessários para desimpedir a navegação na lagoa.

Neste ano, iniciou uma linha de diligências que passariam a conectar a cidade com Arroio Grande, Santa Isabel e Rio Grande por via terrestre.

Como foi dito acima, os anos 70 iniciavam com otimismo na fronteira jaguarense. O restabelecimento da paz incentivava a produção e o comércio se reestruturava. Logo em 1871 foram inauguradas a comunicação telegráfica entre esta cidade e Pelotas; no ano seguinte com a capital da Província e em 1874 era inaugurada a estação telegráfica na vila do Arroio Grande.

Para que se tenha uma idéia e seja possível dimensionar o crescimento alcançado logo no início dos anos 70, o mesmo jornal "Atalaia" noticiava em 14 de novembro de 1873, que a cidade, "segundo últimos dados estatísticos, contava com aproximadamente 988 fogos", portanto com um expressivo crescimento de 351 residências, ou seja, 55% em aproximadamente 7 anos.

Sempre há que se considerar alguma imprecisão nos dados divulgados, no entanto estes dados servem como um indicador seguro de que ocorreu um expressivo crescimento neste período.

Este crescimento, facilitado pela paz reinante, coincide com os primeiros anos de governo do partido liberal, depois de uma eterna gestão dos Conservadores desde a retomada das atividades políticas em 1845. Esta situação se torna muito propícia para transformações no panorama geral da

cidade, com um governo que procurará mostrar seu acerto político-ideológico, com investimentos e realizações no espaço público da cidade. Para isto contará com seus aliados no Governo Provincial.

Nesta década dos anos 70, Jaguarão parecia despertar de um longo período de paralisação diante da expansão comercial que ali se desenrolava. Seu comércio cresceu graças às facilidades oferecidas pelo porto por onde recebia a maioria das mercadorias para distribuir pela região da fronteira<sup>161</sup>.

Jaguarão entrava nos anos 80 embalada pelo bom desempenho econômico iniciado na década anterior. Alguns historiadores rio-grandense a colocam como a 4ª ou 5ª cidade mais importante da Província neste momento, embora se tratar de um pequeno núcleo urbano de nível de desenvolvimento pré-industrial, com pouco mais de mil casas e seis a sete mil habitantes. Pelo recenseamento de 1890 havia 10.761 habitantes em todo município.

Sua atividade econômica continuava fundamentada no mesmo tripé dos tempos da fundação: gado, comércio e a base militar. A pecuária era a principal atividade econômica, com as charqueadas como foco primário de indústria; o comércio aproveitando-se da localização fronteiriça e das facilidades do porto tinha uma abrangência que se estendia até o município de Bagé, no Rio Grande do Sul e às vilas de Melo e Treinta y Tres, no lado uruguaio

---

<sup>161</sup> Apontamentos, op.cit., p. 149

e as instalações militares a garantir um contingente importante para uma cidade de pequeno porte.

A euforia do crescimento incentivava as iniciativas para projetos de desenvolvimento da região. Diante disto, neste período intensifica a discussão da necessidade da via férrea a idéia de uma via férrea até Jaguarão.

É uma fase de intensidade política que tem fortes reflexos na fronteira. Desde 1881 que Jaguarão encampa o clima contra o regime de escravidão que se alastra pelo país, fundando a Sociedade Emancipadora Jaguareense, uma associação abolicionista, inspirada em outras entidades com os mesmos objetivos. Estas entidades discutiam questões políticas e buscavam recursos econômicos para pagar "alforrias" de escravos. Com a alforria, o negro além de poder ter liberdade de ir e vir, de decidir e dispor de si mesmo, passava civilmente de "coisa" para estado de pessoa.<sup>162</sup>

No lado econômico, apesar da cidade de sentir as perdas ocasionadas pela questão da estrada de ferro, seu porto nesta época crescia em importância, pela falta de estradas terrestres e porque na época toda Lagoa Mirim pertencia ao Brasil, de modo que suas embarcações alcançavam até a foz do rio Sebollaty. A partir da construção da ferrovia de Rio Grande a Bagé, em 1884, o movimento comercial de Jaguarão seria prejudicado. Também não existia o sistema

---

<sup>162</sup> Souza Soares, Eduardo Alvares de, *Sociedade Emancipadora Jaguareense*, in: Cadernos Jaguarenses, Jaguarão: PMJ/IHGJ, 1990. vol. 1, p. 37.

ferroviário uruguaio que ligaria Montevideu com a região nordeste uruguaia<sup>163</sup>.

### **Contrabando e fronteira: a crise de 1886**

Em fevereiro de 1884, a Câmara enviava à Presidência da Província um documento no qual procura descrever as bases para o melhoramento do município. Por este documento pleiteava que se procurasse evitar as diferenças de taxas com os países vizinhos, deixando que o mercado regulasse os preços, o que de certa forma se aproxima das atuais políticas econômicas que buscam acordos para união de mercados.

Justificavam uma redução dos impostos sobre produtos bovinos de exportação, visto serem estes muito elevados, se comparados com os do Estado Oriental. Esta situação originava o contrabando, em regular escala, de muitos pontos da fronteira para o país vizinho, em demanda de melhores preços, com prejuízos sensíveis para a exportação oficial.

A medida proposta beneficiaria também o comércio, pois se reduzindo os respectivos direitos, haveria maior margem para que se pagassem melhores preços pelos produtos, o

---

<sup>163</sup> Franco, Sergio da Costa, *Jaguarão na década de 80*, in: Cadernos Jaguarenses, vol. 1, op.cit., p.45.

que além de diminuir o contrabando, ofereceria ainda possibilidades de progresso para a indústria pastoril que introduziria maior número de gado no município, havendo maior desenvolvimento das charqueadas, aumentando-se, portanto, as rendas públicas<sup>164</sup>.

A cidade havia alcançado um crescimento razoável na década de 70 e início dos 80, quando em 1886 uma nova ameaça de cólera, faz com que se feche o porto da cidade por 6 meses, resultando graves prejuízos para a cidade.

O Município atravessava uma outra crise financeira, "parecendo afastar-se, visivelmente, desta localidade, toda e qualquer iniciativa de progresso"<sup>165</sup>. Durante esta crise, que se aguçou no ano de 1887, as críticas ao governo do Estado pelo pouco interesse com que tratavam a região se aguçaram.

A principal, insistente e eterna reivindicação se referia as obras para desobstrução dos baixios. Continuavam os envios de solicitações para a resolução definitiva deste problema, do qual tanto dependia a prosperidade e o desenvolvimento da indústria e do comércio, atividades que estavam sendo quase que paralisadas pelas dificuldades de comunicações com as cidades do litoral.

Jaguarão estava isolada. Para sensibilizar os governantes na capital da Província, usavam de todos os argumentos,

---

<sup>164</sup> Parecer da Comissão encarregada pela Câmara para estudar medidas para o "melhoramento local", datada de junho de 1883. (IHGJ)

<sup>165</sup> Apontamentos, op.cit., p.154

relembrando que este isolamento e o abandono atual da cidade, lembrava aquele que ficou para sempre na sua história, quando praticamente sem qualquer auxílio do governo, teve que encarar com suas próprias forças uma invasão inimiga, em franca desvantagem de recursos materiais e humanos e suportar as conseqüências daquela situação.

Isto fazia com que a população buscasse suas próprias estratégias de sobrevivência. Com os preços dos produtos que procediam do país muito elevado pela taxa do frete, a situação naturalmente levava a prática do contrabando.

As praças de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas assinalavam uma extraordinária diminuição de suas operações com a fronteira, em vista da facilidade do contrabando, cujos vendedores oferecem suas mercadorias com mais de 15% de abatimento.<sup>166</sup>

Para solucionar esta situação, a Câmara sugeria a diminuição dos valores das tarifas, ou o estabelecimento de um reforço fiscal. A primeira opção parecia ser mais eficiente, pois para a segunda, querer barrar o contrabando sem mudar a conjuntura econômica, seria necessário um exército de fiscais e assim mesmo sem garantia de reais proveitos.<sup>167</sup>

Deve-se lembrar que desde a metade do século, que esta questão se arrastava se iniciativas que solucionassem o problema. Além do mais, por mais contraditório que possa

---

<sup>166</sup> Apontamentos, op.cit., p.159

<sup>167</sup> Apontamentos, op.cit., p.159

parecer, as medidas tomadas para evitar o contrabando prejudicavam o comércio legal da cidade. Havia uma proibição governamental da navegação entre o porto do rio Jaguarão e a costa da Lagoa Mirim, no Brasil, e dos rios Staquary e Sebbollaty, da República Oriental. Esta proibição vigorava exclusivamente para Jaguarão, sem validade para outras cidades que tinham acesso a esta mesma via de navegação, como as cidades de Pelotas e Rio Grande. Requeria para sua cidade a permissão que aquelas gozavam<sup>168</sup>.

Como se percebe, as medidas adotadas pelo governo para combater o contrabando, além de ineficientes, causava revolta na população. Foi o caso a que se referia outra correspondência enviada ao governo provincial, condenando a forma utilizada pelos fiscais que para cumprirem as ordens do administrador da mesa de rendas da cidade, que ordenava passar revista corporal em senhoras decentes que passavam pelo porto, em frente a cidade, vinda da Vila de Artigas, no lado do Estado Oriental, por desconfiar que ocultavam objetos sujeitos a direitos. Contra estas medidas, a Câmara representava e pedia providências ao governo da Província<sup>169</sup>.

---

<sup>168</sup> Em maio de 1856, a Câmara fazia graves denúncias e reclamava ao Governo Provincial, contra medidas que haviam sido adotadas para fiscalização das rendas em Jaguarão, as quais julgava não apenas prejudiciais ao seu desenvolvimento, mas "...opressivas, vexatórias e pouco consentâneas aos costumes e civilização do presente século.

<sup>102</sup> Apontamentos, op.cit., p. 88

### ***Fim do século 19: período áureo de desenvolvimento na região***

Apesar das constantes crises e das dificuldades alegadas pelos gestores da cidade em suas correspondências com o governo central, é evidente o crescimento que apresenta a região, induzido principalmente pelo desempenho da pecuária e do comércio, tanto o legal como do contrabando.

O conjunto de mudanças que ocorrido na década de 1870 foi um marco fundamental no desenvolvimento da região. As transformações pelas quais passaram diversos setores da sociedade vão acabar por afetar o regime político brasileiro, com o golpe republicano sobre o governo imperial e com a conseqüente queda deste.

No final do século 19, o país vive um processo de transformação. Dentro de suas características econômicas, sociais e políticas, evidencia as perspectivas modernizantes que se apresentam no caminho da sua inserção no quadro do capitalismo mundial. Ao longo do século 19, inicia-se no país a transição nas relações de trabalho, devido a necessidade de expandir a produção de café, junto a falta de mão-de-obra escrava, bem como a acumulação de capital que internamente traz efeitos multiplicadores e dinamizadores da economia. Uma economia que desde a época colonial já estava atrelada a economia mundial pela sua própria condição de Colônia. A partir do crescimento das exportações, ampliam-se as relações com o mercado internacional trazendo

investimentos estrangeiros na produção e na infraestrutura.

O Rio Grande do Sul não fica a margem desse processo de transformação. Um movimento que é mais evidente e crescente nas zonas de economia de ponta, sendo que seus reflexos têm efeitos diretos nas zonas de economia periférica. Todas as transformações - aplicação crescente da mão-de-obra assalariada, constituição de um mercado interno, crescimento dos centros urbanos, surgimento das primeiras indústrias, construção de estradas de ferro, portos, bancos, companhias de seguros e novos serviços públicos - serão sentidas no Rio Grande do Sul, que a partir da República terá uma política de governo voltada para a realização e formação de estruturas internas necessárias para a evolução econômica do Estado.

### ***Primeiros instrumentos de controle urbano: as posturas municipais***

Com o ambiente de paz que se estabeleceu na metade do século 19, cresceu o comércio e os negócios para os criadores de gado passavam por um bom momento. A cidade vai se reconstruindo e experimentando um desenvolvimento expressivo que logo se refletiu no seu espaço urbano. O aumento do número de solicitações de terrenos dirigidos à Câmara Municipal e a natureza destes pedidos, eram um sintoma deste momento de progresso.

Muitos destes pedidos se referiam à construção de casa de moradia, embora houvesse uma variedade de petições para todos os fins: abertura de comércio; terreno nos subúrbios para instalação de uma olaria<sup>170</sup> e até alguns atípicos, como o do Sr. Manuel Antônio de Oliveira, visando licença "para edificar um galpão coberto de palha, para abrigar do tempo as madeiras que iria conduzir para sua propriedade rural. Que lhe concedesse, unicamente o tempo necessário para o fim pedido"<sup>171</sup>. Encontram-se ainda muitas consultas sobre situação de determinados terrenos, pedidos de trocas, reconsiderações de pareceres, ampliação de prazos para construir, etc.

O crescente número de construções tornava necessário aumentar o controle e a orientação aos cidadãos, de forma a dar uma ordem de crescimento à cidade. É neste momento que começam a ser discutidas e implantadas as primeiras leis municipais de posturas urbanas.

Interessante que a primeira preocupação dos senhores legisladores foi quanto ao alinhamento das construções que eram as estruturas que naquele momento definiam as ruas da Vila: ao ordenar as construções, estaria se dando ordem à cidade, portanto:

"que não se consentisse edificações fora do alinhamento das ruas e que os que assim o tivessem feito, estavam obrigados a refazerem

---

<sup>170</sup> Solicitação do cidadão Manuel Antônio de Vir, para "formar uma olaria", conforme ata nº 9 de 4/3/1845. (IHGJ)

<sup>171</sup> Conforme ata nº 4 da CMJ, em 28/2/1845 (IHGJ)

suas obras de acordo com o projeto urbano existente"<sup>172</sup>.

A estrutura física da Vila era muito simples. Até este momento as ruas continuavam sem identificação formal. Com o crescimento e a vontade de organização urbana, uma das primeiras atitudes tomadas foi oficializar a nomenclatura das suas ruas. Tratando-se de uma povoação muito nova e ainda vinculada ao mundo rural, a identificação utilizada pela primeira vez para suas ruas é ilustrativa e interessante, refletindo exatamente a dimensão e o caráter da Vila.

Rua da Praia - a rua que segue pelo rio;

Rua da Boa Vista - a que segue pela frente das casas de Luís Mendes;

Rua da Matriz - a que segue pela frente da igreja;

Rua Direita - a que segue pela frente do ex quartel da tropa;

Rua Nova - a que segue pela casa nova de Luiza Cassia;

Rua do Portão - a que atravessa pela frente da casa que fora do Santa Anna;

Rua das Flores - a que segue pela frente da casa dos herdeiros do finado Domingos Anselmo;

Rua da Palma - a que segue pela frente das casas de Luiza Cafua;

Rua da Praça - a que segue pela frente da Casa de Domingos Moreira;

Rua do Comércio - a que segue pela frente do sobrado de Miguel Antonio;

---

<sup>172</sup> Ata nº 51 da cMJ, em 24/04/1846. (IHGJ)

Rua do Triunfo - a que segue pela frente da casa nova de Inácio dos Santos;

Rua da Ponte - a que segue pela frente da casa de João Antônio Oliveira;

Rua dos Pescadores - que segue pela ";frente da casa do sacristão";

Praça da Matriz - a praça principal;

Praça da Marinha - a praça junto a praia;

Praça da Constituição - a praça ora chamado do Serro Largo.

Com os nomes definidos, se incumbia ao fiscal "tratar com o Artista, para que gravasse nas esquinas mais próprias, os nomes das ruas acima mencionadas..."<sup>173</sup>

Apenas um ano depois, no dia 24 de março de 1846, mais 8 ruas e 2 praças recebiam identificação, numa evidente demonstração do crescimento alcançado pela da povoação durante este período:

Rua das Pombas - a rua que corre sudoeste da dos Pescadores;

Praça da União - um Largo que forma entre estas duas ruas;

Rua do Pantano - corre ao sudoeste da rua das Pombas;

Rua do Cristal - corre ao Nordeste da rua do Portão;

Rua dos Prazeres - corre a nordeste da rua do Cristal;

Rua da Trincheira - a travessa que corre ao Noroeste da rua Nova;

Rua do Prado - corre a noroeste da rua das Trincheiras;

---

<sup>173</sup> Ata nº 7 da CMJ, de 1º de março de 1845 (IHGJ).

Rua da Figueira - corre no mesmo rumo da rua do Prado;  
Rua Formosa - corre na mesma direção da rua da Figueira;  
Rua da Colina - corre no mesmo rumo da rua da Colina.  
Praça de D. Afonso - um largo "na extremidade da Povoação", ao rumo noroeste entre as ruas da Praça e das Flores<sup>174</sup>.

Em maio de 1856, já com o status de cidade, aproveitando a presença de uma comissão de engenheiros militares de passagem pela guarnição militar, foi realizado o primeiro plano oficial conhecido, para melhoria das estruturas urbanas da cidade de Jaguarão. Antes disso, apenas intervenções pontuais haviam sido programadas e executadas até aquele momento. Constava dos seguintes itens:

- projeto e orçamento da obra do cais frente a Praça da Marinha;
- projeto e orçamento para uma praça do Mercado, apropriada
- às necessidades da povoação;
- projeto de uma ponte para melhoramento das ruas Boa Vista e das Flores, que se achavam intransitáveis, pelo riacho que por elas cruza;
- um plano ou "teoria" de calçamento adaptável às ruas da cidade;
- um novo orçamento para a obra da cadeia.

---

<sup>174</sup> Esta indicação confere com o limite físico da estrutura urbana, encontrado através do mapeamento das solicitações de terrenos à Câmara. (IHGJ)

Pelas reivindicações acima, se percebe a carência do município até nos seus equipamentos mais elementares. Nos primeiros tempos da retomada da gestão da cidade, tudo estava por fazer. Foi um período de intensas reuniões e muito trabalho por parte dos vereadores, para atender as solicitações da população e encaminhar projetos na tentativa de sensibilizar o Governo Provincial para liberação dos recursos necessários a estas obras. As mínimas necessidades da povoação não eram atendidas satisfatoriamente, das quais o abastecimento de água era o próprio exemplo. Nomeavam-se comissões para estudar a maneira de garantir à população o fornecimento de água potável. Ordenava-se a construção de fontes nos logradouros públicos<sup>175</sup>.

O crescimento acelerado que apresentava a Vila trazia também como consequência, problemas com a ordem pública. A insegurança da população aumentava com o desenvolvimento do núcleo, pois sua condição de fronteira atraía alguns tipos de pessoas que, fugindo da justiça do país vizinho, buscavam neste local um refugio seguro. Por esta razão, tornava-se necessário tomar procedimentos para manter o controle do município. Dentro de suas atribuições de organizar a vida municipal, foi criada uma Comissão de Posturas, que em 21 de novembro de 1853, apresentava um projeto com a intenção de controlar algumas atividades da cidade, restringindo os horários de

---

<sup>175</sup> Na reunião de 26/9/1845, o senhor Presidente "indicou e foi aprovado que se mande fazer por conta da Câmara, três fontes onde se ache melhor água..." (IHGJ)

funcionamento de "..botequins, confeitarias, bilhares, e quaisquer outras de denominação diferente..."

### **O código de 1871: um projeto de cidade**

Até os anos 70 do século 19, as "Posturas Municipais" preocuparam-se praticamente com questões mais imediatas e pontuais da cidade. Na medida que surgiam problemas ou situações concretas que exigissem a intervenção dos legisladores, as questões eram discutidas e as medidas necessárias adotadas na forma de lei. Não havia a prática de pensar ou elaborar um plano mais genérico de organização e desenvolvimento urbano para a povoação. Afinal, tratava-se de uma cidade carente quase todo tipo de infra-estrutura urbana e de recursos financeiros, acrescentando-se a isto sua constante prontidão para os conflitos militares.

Com retorno da paz nos 70, criam-se novas perspectivas para a cidade, que se refletem na mudança de ações de seus gestores. Pela primeira vez nas discussões se percebem uma idéia concreta da cidade que se quer construir. Em junho de 1870, debatia-se sobre o "aformoseamento" (tornar formosa) das ruas da cidade, e para isso, se deliberava que os proprietários de casas ou terrenos na cidade, deveriam calçar com tijolos ou Lages de pedra, suas veredas ou passeios, na extensão e largura marcadas pela Câmara.

Eram ações para intervenções ainda de forma pontual, que objetivavam melhorar os aspectos daquela cidade que ainda vivia sob herança forte dos tempos coloniais. Uma cidade na qual era comum a criação de animais dentro dos limites urbanos, que andavam pelas ruas vagando dia e noite. Fazia parte do cenário urbano, dentro dos terrenos municipais, o desfile de rebanho de cabras, colméias e cortiços de abelhas, que além de perturbar a vida dos cidadãos, davam um aspecto urbano desagradável para o gosto daqueles que buscavam com todas as forças a modernização do povoado.

Dentro desse espírito de ordenação do território de uma forma mais abrangente, finalmente no ano de 1871 foi elaborado o Código de Postura da Câmara Municipal da Cidade de Jaguarão. Foi o primeiro plano de caráter abrangente elaborado na cidade.

É interessante recordar que era a primeira gestão de governo do partido liberal, que assumia um poder que tradicionalmente estava nas mãos dos conservadores. Tudo indica que a nova administração procuraria encarar com ênfase aqueles temas que lhes pareciam de maior interesse político e administrativo, para marcar uma nova etapa na vida do município. Nada mais eficiente do que estabelecer uma nova ordem que garantisse no espaço urbano, uma ruptura com a velha Vila dos tempos coloniais.

O Código era uma adaptação às particularidades de Jaguarão, das regras de ordem e moral que outras cidades mais desenvolvidas estabeleciam. Apesar do isolamento

próprio daquela fronteira, pelas dificuldades de comunicação com os distantes centros importantes, desde muito cedo que a cidade se caracterizava por uma obsessiva busca de atualização aos temas em voga não só na capital, Rio de Janeiro, de onde partiam todas as tendências de comportamento, modas e usos, como de outros centros do mundo. Nos jornais da cidade era comum a abordagem de temas universais, tanto ao nível de simples reprodução de matérias, como de comentários locais sobre temas internacionais.

Era do conhecimento das pessoas de algum nível cultural da cidade, a discussão da modernização que ocorriam nos centros importantes da época, os quais serviam de paradigma para estas pequenas povoações. As capitais platinas, por exemplo, por sua proximidade com esta fronteira, sempre mantiveram forte influência no comportamento e nas ações desta região.

O Código de Postura que se aprova nesta época é bastante eloqüente e preciso nos seus detalhes, revelando com clareza o tipo de cidade que se almejava. Por sua extensão e abrangência, se procuraram extrair de alguns artigos, aspectos de interesse com objetivos do trabalho, que por seus razoáveis limites, não pode abarcar todas as complexidades de que se compõe uma cidade ou mesmo uma pequena povoação. De certa maneira os seus artigos sugerem e modelam o projeto de cidade que se pretende para Jaguarão num determinado momento histórico.

No seu "Título 1º", em pouco mais de 20 artigos, procurava regularizar questões referentes ao uso do solo urbano. No

artigo 1º deste título, definia o terreno reservado para a povoação da cidade, como aquele compreendido dentro das seguintes demarcações: pelo sul à margem setentrional do Rio Jaguarão, onde faz frente; pelo leste o arroio do Quartel Mestre; e pelo oeste o arroio da Charqueada, com meia légua de fundo, conforme as provisões regias de 21 de março e 12 de julho de 1813, e a respectiva medição e demarcação judicial julgada por sentença em 4 de março de 1814. (fig.21)

Dentro destes limites, a partir da aprovação deste Código, ninguém poderia edificar, ou sequer cercar qualquer lote de terreno, sem a prévia concessão da Câmara, sob pena de multas e inclusive prisão do infrator, que aumentava em casos de reincidência, além da demolição de qualquer obra feita em condições ilegais. Observa-se que neste momento ainda não existe a exigência de apresentação prévia de planos de construção. O interessado na construção devia receber apenas algumas orientações referentes a limites e alinhamento.

A lei estabelecia o pagamento do foro anual para os concessionários de terrenos da Câmara. O valor estipulado para os lotes urbanos era de duzentos réis por cada braça de frente com meia quadra de fundos. Sendo os lotes rurais, o valor seria de meio real por braça quadrada. A ninguém era permitido vendê-los ou transferi-los sem prévia licença da Câmara e o pagamento do respectivo laudêmio, sob pena de pagar o imposto em dobro.

A contar de um ano da data de concessão do terreno, ficava o concessionário obrigado a murar seu lote, cultivá-

lo e edificar casa. Caso não fizesse estes benefícios, perderia sua posse e a Câmara o considerando omissa, poderia passá-lo a outro requerente. Todos estes trâmites deveriam estar documentados num livro destinado para estes registros no arquivo da Câmara.

Vale ressaltar que a lei se preocupava na definição do que seria considerado como uma "edificação" para poder ser garantir a posse do lote. Assim, eram definidos como edifícios em começo de construção, aqueles que estavam cobertos com telha cerâmica, ainda que sem os acabamentos finais, ou seja, encontravam-se numa etapa da obra na qual as paredes já estavam construídas e o madeiramento do telhado executado e coberto com telhas. Ficavam proibidas as tradicionais edificações "com capim" dentro do perímetro urbano. Desde o período colonial era comum a técnica construtiva que utilizava a palha (ou capim, como está na lei) para vedação de paredes e principalmente de cobertura nas casas. Alegando questões de segurança contra o fogo, esta prática ficava proibida.

Neste momento aparece a figura do "arruador", com a função de auxiliar os construtores na manutenção do alinhamento de suas construções, perfilando o edifício, conforme a planta adotada pela Câmara, ou conforme o alinhamento existente, mantendo desta maneira uma ordem nas ruas da cidade. A este profissional era atribuída uma responsabilidade de grande interesse para os legisladores. Havia inclusive previsão na lei que, em caso de comprovação de erros por negligência sua, seria obrigado a pagar pesadas multas e desfazer a sua custa, a

obra na parte que se achasse defeituosa por causa do alinhamento, tornando a levantá-la até o ponto em que foi demolida.

Outra função do arruador seria a de fornecer aos construtores a altura da soleira para o edifício, regulando o declive da rua e evitando qualquer estagnação das águas da chuva. Todas estas informações eram realizadas com atestados passados pelo fiscal, arruador ou o engenheiro.

Ninguém poderia construir qualquer reforma ou acréscimo à frente de propriedades antigas, sem previa licença da Câmara, que forneceria o alinhamento e altura das soleiras. Quem não possuísse a licença ou não respeitasse o alinhamento fornecido pelo arruador, seria punido com multas, prisão e demolição da obra, vinte e quatro horas depois de passada em julgado a sentença de condenação.

As medidas que objetivavam o embelezamento da cidade continuavam, proibindo a prática de fazer buracos ou escavações nas ruas e nas praças desta vila, como também nas estradas públicas. Esta era uma prática utilizada pela população para dar vazão às águas estagnadas nas imediações de suas propriedades, uma solução que amenizava um problema, mas criava outro pois as estradas ficavam como que tomada de trincheiras, prejudicando ainda mais o já problemático trânsito por elas.

Interessante neste código a definição de que, a partir daquele momento, todas as ruas, estradas ou travessas que se abrissem nesta Vila, teriam cem palmos de largura: aproximadamente 22 metros. Esta medida já era utilizada

pela maioria das ruas da “cidade nova”, mas a partir deste momento tornava-se obrigatória.



Fig. 35: A extensão urbana que se implanta em Jaguarão a partir da metade do sec. 19, procura acompanhar as tendências do urbanismo da época: ruas mais largas e canteiros centrais arborizados.

Quanto aos edifícios existentes e que estivessem fora do alinhamento da rua, estes deveriam adequar-se ao novo limite quando fossem reedificados, recuando em caso de

estarem avançados, ou avançando se estivessem recuados, sem qualquer direito à indenização aos proprietários.

Procurava-se organizar as obras, de modo a evitar grandes transtornos ao meio urbano. Suas estreitas ruas muitas vezes eram bloqueadas por andaimes de obras que demoravam muito tempo até seu acabamento, inclusive com seguidas paralisações, devido a falta de recursos econômicos da população..

Para depositar qualquer material na rua, a partir da aprovação desta lei, seria necessária autorização da Câmara, que só a concederia desde que o trânsito público ficasse livre, com espaço para carretas inclusive, e iluminado "nas noites em que não houver luar".

Observa-se que a administração vai exercendo seu poder, disciplinando, definindo punições, enfim, procurando dar uma ordem no sentido de transformação daquele núcleo urbano que ainda possuía as características próprias do período colonial. Dentro do conjunto de leis que disciplinam as ações da população, havia questão dos andaimes e entulhos de obras, definindo-se prazos para retirada destes materiais quando acabada ou paralisada a obra, e impondo multa aos infratores.

Os princípios de salubridade não se restringiam apenas ao espaço público, atingindo também as construções: os edifícios de apenas um pavimento, eram obrigados a ter no mínimo 18 palmos de altura de pé direito entre o assoalho; no caso de sobrado, trinta e cinco palmos.

Ainda para garantir maior segurança aos transeuntes que circulavam pelos passeios, a partir deste momento ficava proibido dentro do recinto das povoações o uso de rótula, porta, janela, meias portas, cancela, que abrissem para a rua ou praça. Pela mesma razão, ninguém poderia ter nas janelas, telhados ou soteas, vasos ou quaisquer outros objetos que pudessem fazer dano a quem passasse pelos ditos passeios.

Todos os proprietários ficavam obrigados a calçar as testadas de seus prédios com Lages ou tijolos com seis palmos de largura na antiga povoação e oito na nova planta da Vila, seguindo o nivelamento da rua que lhe marcaram o fiscal e arruador. Além disto, deveriam conservar a limpeza de matos, ervas e toda imundice que estivesse no espaço público entre os limites da sua casa ou terreno.

Quando se aproximassem datas de festejos públicos, ou de procissões religiosas, o fiscal anunciaria com 8 dias de precedência para que todos os moradores pudessem nestes dias, varrer a frente de suas casas e terrenos, até o centro das ruas e na praça ou largo até 30 palmos.

Também se procurava acabar com uma prática comum nas vilas e cidades brasileiras, da qual Jaguarão não era exceção em razão de sua topografia um pouco acidentada, que era de construir degraus dentro da Vila, fora do alinhamento ou frente das casas, ou seja, no passeio público para pedestres. Mesmos os existentes, teriam que ser demolidos por conta do morador e para isso se dava

um prazo máximo de 3 meses depois da publicação das posturas.

Os moradores da povoação ficavam proibidos de conservar na testada de sua casa ou terreno, em quintal ou pátio, água estagnada, ou corrompida, lama, lixo, e tudo quanto poderia produzir mal cheiro e que pudesse ser sentido na rua ou na vizinhança.

Não se poderia mais lançar por cano de esgoto, ou bueiro, que desaguasse nas ruas ou praças da cidade, água infecta ou lixo. Para todas estas regras, eram estipuladas multas aos contraventores.

Uma antiga prática herdada dos tempos coloniais era a matança de animais, rês ou carneiro, na rua ou na praça. Esta prática não se adequava a esta nova realidade de modernização da cidade, portanto ficava proibida.

O "Título 2º" do Código iniciava com preocupações de segurança urbana, exigindo que todo edifício, muro ou tapagem de qualquer natureza que fosse, desde que ameaçasse ruína, deveria ser reparado ou até demolido à custa do seu proprietário. Esta situação extrema seria decidida pelo fiscal respectivo, acompanhado por mais dois peritos.

Sobre as habilitações profissionais para construção nesta época, nas pequenas, distantes e isoladas localidades, não havia esta exigência, embora a legislação procurava proteger o cidadão, impondo pesadas multas ao mestre de obras, sem prejuízo de indenização ao prejudicado, que fizesse uma construção que ficasse ameaçando ruína por

mal construída, ou por falta de necessários materiais ou alicerces, etc., o que também seria decidido por peritos.

O extenso código através de seus artigos vai procurando organizar as atividades e procedimentos urbanos para a transformação daquela pequena e atrasada cidade com fortes heranças coloniais, de modo a adquirir as inovações próprias destes novos tempos, inclusive com muitos de seus artigos referindo-se ao nível de comportamento e atitude das pessoas, de acordo com a moral vigente.

Entre tantos temas de que trata o código, nota-se uma insistência constante no tema referente a limpeza das ruas, praças e estradas; ao porte e/ou condução de animais pelas ruas da cidade; a manutenção da integridade física das estradas; venda e transporte dos gêneros de primeira necessidade; mendicância na rua; jogos, festas e escravos.

As questões de segurança eram enfocadas nesta nova lei. Esta região sempre se caracterizou por problemas trazido por pessoas que cruzavam a linha divisória entre os dois países, para fugir dos compromissos com a lei do país precedente. Uma das atitudes que se tomava a partir deste momento era a regulamentação do porte de armas na cidade.

Entre muitos quesitos que tratavam da "saúde pública" na região, ficava obrigatória a vacinação de toda população, uma prática que entrava em sintonia com o que ocorria nas principais cidades brasileiras naquele momento.

A segunda seção deste Código, com 5 títulos compostos de pouco mais de 30 artigos, continuava com o tema da

"saúde pública", regulamentando as questões referentes ao cemitério, venda de gêneros e remédios, boticários, esgotamento de águas paradas e/ou infectas, limpeza em currais, matadouros e açougues e sobre diversos objetos "que corrompem a atmosfera e prejudicam a saúde pública".

Concluía com as "Disposições Gerais", composta de 20 artigos, que se ocupavam da operacionalização do "Código", ou seja, sobre a atuação dos fiscais, forma dos autuados atenderem às penas, e outros detalhes de "funcionamento da cidade", como por exemplo os horários para os sineiros darem os "toques de silêncio", de acordo com a época do ano.

A aprovação deste código foi importante para facilitar o trabalho de fiscalização, permitindo sua atuação de forma mais objetiva. A partir desta data aparecem com frequência registrado nas atas da Câmara, problemas diversos sobre questões urbanas previstas na lei, que tem suas soluções facilitadas pela existência desta legislação: se uma casa ameaçava ruir, bastava indicar a execução do artigo 23 de suas posturas<sup>176</sup>.

O uso e o passar do tempo trarão algumas modificações ao código, que receberá contribuições com os mesmos

---

<sup>176</sup> Como o exemplo, o fato que ocorre na reunião do dia 7 de abril de 1875, sobre uma casa da rua Triunfo nº 66, 6º quadra, que ameaçava ruir e por isso "...indicou a Câmara a execução do artigo 23 de suas posturas". (IHGJ)

objetivos iniciais, aqueles que procuravam aprimorar a estrutura urbana e nivelar sob estes aspectos, Jaguarão às principais cidades do momento, tanto nas questões referentes aos novos conceitos de higiene, como também seus aspectos formais.

Em outubro de 1875, a Câmara aprovava algumas modificações, que alteravam a altura do pé direito das edificações para 4,84 metros, medidos da soleira ao frechal e ao mesmo tempo, definia que todos os prédios que se edificassem ou reedificassem nos limites urbanos teriam altura de pé direito de 4,84m, medidos da soleira ao frechal. Neste momento surgia como exigência o uso de uma platibanda na fachada de frente das ruas com canal interior para receber as águas do telhado e canos embutidos nas paredes para esgoto das mesmas águas até fora do passeio, por baixo dele.<sup>177</sup> As portas teriam que ter pelo menos 2,64 metros de altura por 1,33 de largura e deveriam ser feitas de arco.

Efetivamente, isto na prática significava impor, através da legislação, uma linguagem estética para as construções da cidade, ou seja, uma forma de construir que se aproximasse dos princípios estéticos utilizados naquele momento nas grandes cidades da região (Pelotas, Porto Alegre, Montevideu e Buenos Aires). Considerando-se que

---

<sup>177</sup> *pé direito*: altura livre entre o piso e o forro.

*frechal*: viga apoiada na parte superior da parede que recebe as cargas do telhado.

*platibanda*: moldura continua, que contorna uma construção, acima dos frechais, formando a proteção do telhado, contornando as calhas.

nas cidades de pequeno porte, como o caso de Jaguarão, suas construções tinham um peso muito importante na estruturação do espaço urbano, dar-lhes uma determinada formatação, significava dar um estilo à cidade.

Continuando com as ações para a nova estruturação da cidade, os proprietários de terrenos situados nas ruas projetadas para serem pavimentadas com pedra, seriam obrigados a reformar os passeios (local de circulação dos pedestres) de suas testadas dando-lhes a largura e altura marcadas pela Câmara, dentro do prazo que lhe for concedido.

A análise destas decisões, evidencia as preocupações higienísticas por que passavam as cidades influentes que serviam de modelo para as menores, chegara a Jaguarão. Mas chama atenção a determinação para que as portas sejam feitas em arcos, uma preocupação exclusivamente estética, que pode ser entendida como outra forma de acercar-se dos modelos daquelas cidades desenvolvidas, neste caso adotando seus padrões formais. Neste caso, o uso da platibanda e dos arcos nas cidades brasileiras do século 19, era uma aproximação à linguagem neoclássica, que havia sido implantada pela Academia Imperial no Rio de Janeiro, mas que a partir do terceiro quarto do século, assume uma mescla de elementos decorativos e de acabamentos, que vai resultar num ecletismo.

Todas estas medidas, após sua aprovação, seriam publicadas e fixadas num local determinado e preparado para tal, abolindo-se definitivamente a antiga prática de pregar editais nas portas de casas (comerciais e centrais)

pela cidade, visto que, "além de estragar a pintura das mesmas, inutilizava aqueles, rasgando-os pela abertura delas..."<sup>178</sup>, portanto, percebe-se que a própria publicação dos editais entraria no novo espírito de embelezamento e conservação que se projetava para a cidade.

### ***Crescimento nos anos 80 e as reformas no código***

O bom desempenho econômico da região atraía população de outros lugares, aumentando a procura por lotes, ocasionando com isto o crescimento da cidade.

A ocupação na periferia urbana ocorria de forma desordenada preocupando os administradores da comuna, que percebiam que isto prejudica as extensões da cidade que se impunham naquele momento, além de correrem o risco de arcarem com despesas extras necessárias para futuras indenizações por desapropriações. Eram comuns ruas e estradas interrompidas por poteiros e terrenos concedidos interinamente.

A situação sinalizava para que, com urgência, se procedesse a abertura e marcação de todos alinhamentos de ruas que se achassem interrompidas, respeitando unicamente os pontos em que houve benfeitorias, cuja desapropriação dependia do processo no nível do poder judiciário.

Não obstante o visível crescimento pelo qual passava a cidade no final do século 19, existia muitos prédios inacabados cujas obras se prolongavam por longo tempo, inclusive em muitos casos ocorriam de serem habitadas antes de sua conclusão, causando um aspecto desagradável, segundo os padrões de higiene que imperavam naquele momento.

Mesmo passados mais de 10 anos de vigor da legislação de 1875, a ambiência urbana não era muito estimulante no que se referia a uma cidade limpa e ordenada. Muitas construções continuavam fora do alinhamento predial estabelecido e eram comuns os casos de prédios recuados no lote, sem o devido muro no alinhamento, exigido pelo Código (para esconder as habitações de baixa renda). Outra prática ainda utilizada era das residências que lançavam suas águas (tanto da chuva como de outras procedência) diretamente na rua, sendo fácil imaginar o transtorno que isto causava. Observa-se que havia pouca consciência da população a respeito da preservação dos espaços públicos, visto que ainda era muito comum o costume das pessoas jogarem o lixo varrido dentro de casa, livremente na rua. Ainda com respeito às construções, apesar das proibições anteriores, existiam muitas edificações cobertas com palha, razão pela qual a Câmara ordenava o fiscal para autuá-las, não tolerando sequer aquelas localizadas no interior dos lotes, pois estavam sempre sujeitas a incêndios e por isso não podiam ser permitidas.

---

<sup>178</sup> Publicado pela Câmara no jornal "Atalaia do Sul", em 04/12/1874.

Para completar estes aspectos que permitem uma aproximação ao ambiente urbano do final do século, haviam os pesados transportes da época (grandes carretas de tração animal), que na sua maioria utilizavam eixo fixo, de forma que, além dos incômodos ruídos, danificavam o calçamento das ruas.

Outra preocupação dos administradores da cidade era com referência ao rio Jaguarão, que entre tantas funções que desempenhava para a cidade, uma era de servir de local utilizado pelas "lavadeiras de roupas" para realizarem seu trabalho. Porém isto ocorria de forma aleatória, em qualquer local da sua margem, prejudicando outras funções que no rio se realizavam e contribuindo para o aspecto de desordem que ainda imperava na cidade.

A esta desordem contribuíam outros fatores; vendedores de água em pipa, que realizavam seu trabalho em qualquer local, obviamente tumultuando a rua e prejudicando o trânsito; os leiteiros que não cumpriam os horários estabelecidos para descarregarem o leite no Mercado; pequenas tropas de gado ainda eram vistas atravessando ruas da cidade. Tudo somava para oferecer um aspecto caótico à cidade, distante da idealização dos seus gestores: uma urbe higiênica e embelezada por modernas estruturas urbanas, diferente daquele ambiente dos tempos coloniais que ainda se respirava com muita intensidade.

Outra prática cruel que se preservava e ocorria com frequência, conforme os documentos, era dos proprietários de escravos que, quando estes adquiriam alguma grave moléstia (ou cegueira, por exemplo) e ficavam inaptos para

o trabalho, lhe passavam carta de liberdade com a finalidade de se eximirem da responsabilidade por sua alimentação, ficando estes a mendigar pelas ruas da cidade.

Na expectativa de resolver estes problemas, em 21 de novembro de 1886, são aprovados novos artigos ao código de postura em vigor, com as devidas penas aos infratores. Além de se preocupar em resolver estes inconvenientes, a lei estabelecia o primeiro zoneamento de uso que se tem notícias na cidade, definindo uma área onde poderiam se estabelecer as fábricas de vela e sabão na cidade. Este local compreendia a rua Maurity para o lado norte e oeste.

A nova lei exigia ainda que, a partir deste momento, todos os moradores da cidade seriam obrigados a manterem limpas as frentes de suas casas até seis palmos da testada, inclusive desobstruindo as sarjetas correspondentes à largura do seu lote.

Esta série de medidas tomadas para organizar a cidade, viria a ser complementada de forma abrangente, com um novo Código de Posturas, aprovado em 12 de abril de 1898.

### **Código de 1898: em busca da urbanidade**

Este código tratava-se de um extenso documento, onde podia-se perceber um projeto urbano para Jaguarão.

Inicialmente, um fato importante a ressaltar é a exigência que se fazia a partir deste momento, da apresentação de um plano completo das obras que o foreiro pretende executar, com a planta de cada pavimento; a elevação das fachadas; as seções longitudinais e transversais que permitissem a perfeita compreensão do projeto, indicando ao mesmo tempo os declives do terreno e quais as obras necessárias ao esgoto das águas; do plano completo de qualquer dependência que tenha sido incorporada à obra, especificando inclusive as escalas para os referidos desenhos (definiam-se 1/100 para a planta e elevações e de 1/50 para as seções).

A ocupação do solo sofria restrições, sendo que a construção não poderia utilizar mais de 2/3 do lote, deixando o terço restante para áreas livres e pátios. Não permitia ainda que a habitação pudesse ter mais de 20 metros de fundos sem que houvesse uma área ou pátio no interior, cujo lado mínimo seria pelo menos igual a 1/3 da altura total do edifício. A exceção ficaria por conta daquelas que tivessem uma passagem lateral cuja largura não fosse inferior a 1/3 da altura.

A adoção destas medidas pode ser considerada como uma aproximação ao mundo moderno, pois agora se utilizam cálculos e métodos científicos para organizar a construção que se realiza da cidade. Pouco importa que estas regras devem ter sido aproveitadas de outras cidades mais importantes, que serviam de exemplo a seguir.

A preocupação com a salubridade das habitações, se traduz no sentido de garantir mais luz e ventilação para os

compartimentos, obrigando aos construtores a obedecerem a padrões mínimos de medidas para portas e janelas: pelo menos igual à quinta parte da área livre total do edifício, sendo que as portas exteriores devem ter pelo menos 2,64 m de altura e 1,32 m de largura e as janelas 1,76 m de altura e 1,32 m de largura.

A partir deste momento, com exceção dos banheiros, dispensas e passagens, nenhum compartimento poderia ter menos de 7,0 m<sup>2</sup> de área livre e os corredores não poderiam ter comprimento superior a 20 metros sem que recebessem luz direta de alguma área ou pátio. Havia uma preocupação constante para que todos compartimentos tivessem conveniente arejamento. Fixava-se em 4,0 metros o "pé-direito" mínimo para o pavimento térreo; 3,78 metros para a 1ª planta, 3,56 m para a 2ª e assim por diante.

A tipologia formal vai sendo moldada pela legislação. As construções devem ter os soalhos do pavimento térreo a pelo menos 0,50 m acima do solo e nunca inferior as soleiras (que deviam estar a 0,16 m do passeio). Desta forma temos a oficialização das casas com porão alto.

No plano do espaço urbano eram muitas as normativas. Definiam-se que a altura da fachada sobre a rua não poderia ser superior a uma vez e meia a largura da mesma rua, ficando para a Intendência resolver casos como de esquinas e/ou outros conflitos.

Proibia-se terminantemente a beirada saliente do telhado, ou ainda qualquer balanço superior a um metro, praticamente induzindo ao uso de platibanda na fachada da frente do prédio. Desta forma firma-se esta tipologia de

edifício com porão, platibanda e aberturas altas, que será característica na cidade do final do 19 e início do 20. Aliás havia um artigo que explicitamente dizia que a frente das casas da cidade deveriam ser revestidas de platibanda, sendo que as águas pluviais deveriam ser encanadas e retiradas por baixo da calçada.

As regras para construção continuavam nos aspectos referentes aos inúmeros detalhes construtivos de uma obra, definindo que as casas assobradadas que tivessem sacadas ou balcões, esses deviam ficar pelo menos a 2,30 m acima do passeio e salientes no máximo 0,50 m. Ficavam proibidos os degraus fora do alinhamento, tão utilizados nas cidades com topografias acidentadas, principalmente no período colonial. Ainda proibia-se que os edifícios construídos no alinhamento tivessem rótulas e portas de abrir para fora, assim como ombreiras, vergas, peitoris, sacadas e balcões de madeira.

Quanto as construções de madeira, não seriam mais permitidas no alinhamento nem contígua a outra construção.

Os prédios destinados a habitação coletiva, hotéis, casas de pensão, etc. e os destinados a reuniões, teatros, salões de baile, e outros do gênero, deveriam a partir desta lei, satisfazer condições de higiene, segurança e estética, a juízo da Intendência.

Os estabelecimentos industriais passavam a fazer parte das preocupações da nova lei. Exigia-se que os projetos viessem acompanhados de uma planta topográfica com o plano de esgoto de águas e a posição do prédio em

relação aos outros vizinhos. Suas chaminés, caso existissem, deveriam ter altura superior a dos prédios vizinhos e não se permitiria a colocação de tubos para escapamento de vapor ou fumo nas paredes que fizessem frente para o logradouro público.

Ainda referente aos aspectos urbanos, é interessante para que se reforce a imagem da cidade neste final de século, da setorização estabelecida pela Intendência, para o fechamento dos terrenos por parte dos seus proprietários. Oficializava-se uma “zona central” e uma “zona secundária”. A primeira zona, ou seja, a central, era aquela compreendida no perímetro formado pelas ruas 20 de Setembro, Riachuelo, Independência e Lima Barros. Todos possuidores de terrenos localizados nesta área, teriam que murá-los ou cercados com 2,0 metros de altura, serem rebocados e caiados ou com gradis de alicerces e pilares de alvenaria. Os terrenos situados nas ruas e praças existentes fora do perímetro marcado, deveriam ser cercados com tábua ou aramado com 1,50 metro de altura.

Para completar estas questões urbanas referentes a “limpeza”, a lei procurava alertar os responsáveis pelas obras em andamento ou paralisadas, sobre o depósito de material nos passeios e na rua; os andaimes e demais aparelhos empregados na construção, tanto no que se refere aos entraves da via pública, como a segurança dos trabalhadores e pedestres.

O calçamento dos passeios para circulação de pedestres, ficava por conta e obrigação do posseiro do lote

correspondente à sua frente, o qual deveria executá-lo com pedras de face plana.

Repetindo alguns itens que compunham o antigo código de 1875, insistia-se para que os edifícios construídos fora do alinhamento da rua recuassem ou avançassem para entrar no respectivo alinhamento, sem que seus proprietários tivessem direitos a qualquer tipo de indenização.

Por fim, estabelecia-se que os responsáveis pelos prédios deveriam cair ou pintá-los anualmente, nos meses de outubro a dezembro e, não o fazendo, a Intendência mandaria fazer, por conta do proprietário.

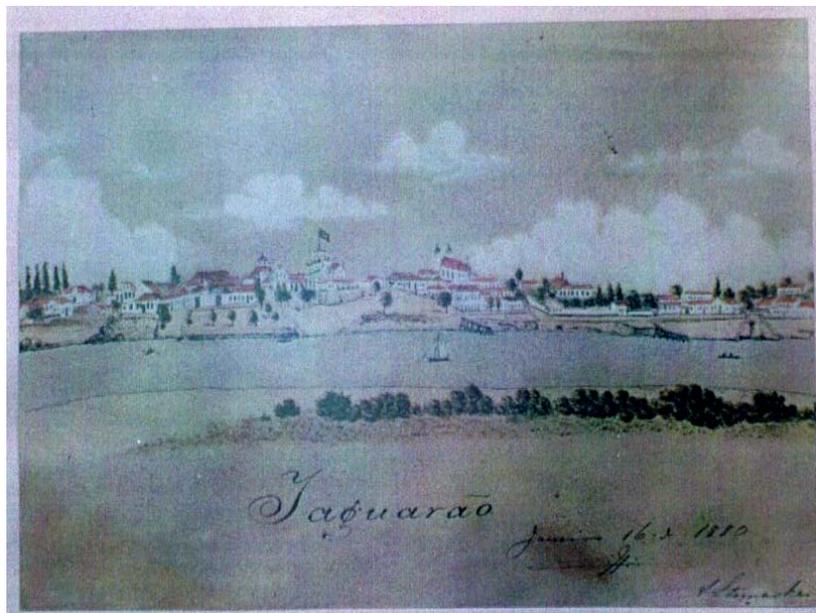


Fig. 36: Uma visão panorâmica da cidade nos anos 80 do século 19. (aquarela, IHGJ/Arquivo)

Por tudo, pode-se observar as intenções modernizantes deste código através dos seus artigos, em suas preocupações e detalhes. Para os temas não contemplados, ficava valendo a lei anterior. Esta legislação vigorará por muito tempo, pois com a estagnação que ocorre a partir da década de 30, somente em 1948 será elaborado um novo plano para a cidade.

### ***Transformações políticas, econômicas e sociais no final do século 19.***

Com a Proclamação da República em 1899, a Província de São Pedro do Rio Grande passa a chamar-se Estado do Rio Grande do Sul. Ao nível das cidades, é criado o Conselho Municipal e os cargos de Intendente e Vice-Intendente, alterando-se desta forma aquela antiga situação da administração da cidade ser realizada diretamente pela Câmara de Vereadores, que acumulava as funções legislativa e executiva.

Quanto suas atribuições, o livro nº 2, "Registro de Leis do Conselho promulgadas"<sup>179</sup>, esclarece esta questão. No seu artigo 6º, diz que "O poder municipal será exercido na sede do Município de Jaguarão, por um Intendente, que dirigirá todos os serviços e por um Conselho, que votará os meios de serem eles criados e mantidos.

<sup>179</sup> Este livro faz parte dos fundos do Arquivo do HIGJ.

Esta legislação elucida que este Conselho seria eleito a cada quatro anos por sufrágio dos eleitores municipais, sendo composto por nove membros e entre suas principais atribuições estavam aquelas relativas às finanças do município, fixando anualmente a despesa e elaborando o orçamento da receita para o ano seguinte; examinar as contas do ano anterior; criar, aumentar, suprimir taxas, contribuições e impostos; autorizar o intendente a contrair empréstimos; votar todos os meios indispensáveis à manutenção dos serviços de utilidade municipal, criados por lei, sem intervir por qualquer forma na respectiva organização e execução.

Ainda competia ao Conselho, resolver as questões relativas a limites do município; sobre a sede do município e distritos; fazer efetiva a responsabilidade do intendente; fazer a apuração da eleição do Intendente, Vice-intendente e do Conselho; fixar subsídio do Intendente e do Vice; eleger por maioria de votos dos conselheiros um dos dois cidadãos mais votados na eleição direta tanto para Intendente como para Vice-intendente.

Quanto ao Intendente, este era a partir daquele momento, o chefe da administração municipal, competindo-lhe dirigir, fiscalizar e defender os interesses do município, organizar, reformar ou suprimir os serviços, sem exceder as verbas orçamentárias e adotar todas as medidas de utilidade municipal. Cabia a partir deste momento ao Intendente às expedições de decretos, regulamentos e instruções para a fiel execução das leis municipais.

A cidade de Jaguarão entra na era Republicana numa contradição muito grande. Ao mesmo tempo em que o país e o Estado passavam por uma intensa crise política, com reflexos em outras áreas de atuação, esta região alcançava resultados econômicos animadores, que se comprovam pela documentação referente as arrecadações municipais disponíveis.

O crescimento iniciado nos anos 70 sofre uma interrupção com a crise de 1886, mas é logo retomado no início dos anos 90, já em pleno período republicano.

Anos	Receita
1889	37:805.316
1890	38:841.739
1891	38:140.569
1892	36:808.014
1893	57:937.165
1894	59:392.194
1895	68:435.562
1896	94:387.904
1897	142:438.330
1898	131:265.900
1899	132:951.092
1900	134:216.794

Fig. 37: Movimento financeiro do município de Jaguarão nos 1ºs anos de República. (fonte de dados: arquivo da PMJ)

O acompanhamento do movimento financeiro do Município ilustra o desempenho econômico que ocorre neste período.

A análise destes dados permite observar que o saldo negativo existente no início do período é fruto de uma excessiva despesa, que pode ser um indicativo de investimentos públicos naquele momento. O resultado negativo não é devido, portanto, a falta de crescimento na receita, como pode-se comprovar pelo resultado a seguir:

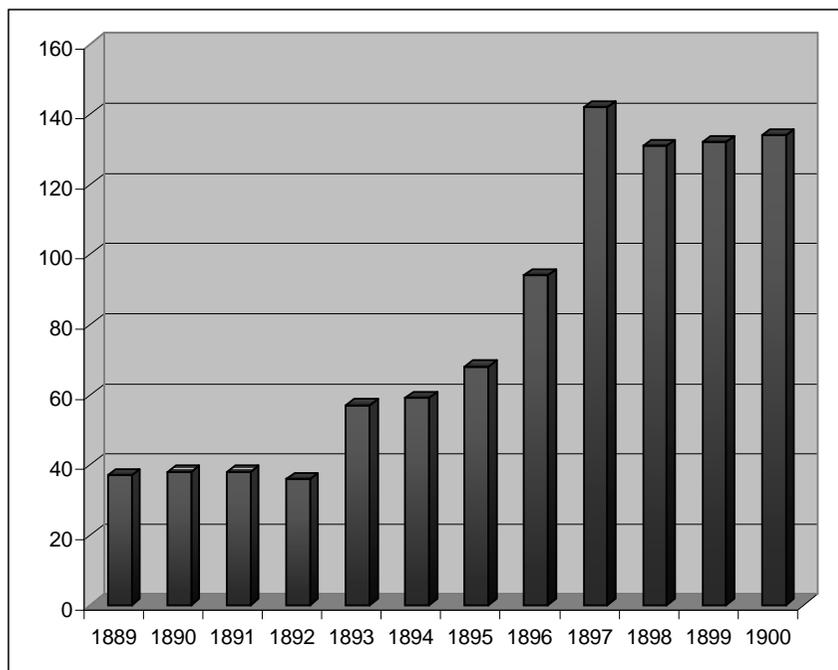


Fig. 38: Receita do Município (fonte de dados: arquivo da PMJ)

No ano de 1895, o balanço das finanças municipais deixa de ser negativo, chegando em 1897 com valores realmente expressivos. A cidade entra no século 20 com saldo positivo nas suas contas públicas.

O exame destas finanças públicas de Jaguarão, no final do século 19, despertam a atenção para o período entre os anos de 1896 e 1897, quando se observa um acréscimo de mais de 150% nos valores arrecadados pela municipalidade.

Verbas	Receita	
Decimas urbanas	18:831.380	18:381.380
Profissão e indústria	7:135.000	
Mascates	192.500	
Comércio campanha	282.000	7:628.000
Locação de quartos do mercado	1:324.000	
Quitandeiros e leiteros	849.250	2:173.250
Gado abatido consumo	3:793.200	
Gado abatido charque	1:428.100	5:221.300
Exportação de gado	1:786.750	
Exportação de produtos	1:325.060	3:111.810
Registro de marcas	350.000	350.000
Cais	693.000	
Pedágios de gado	2:553.200	
Pedágios de passo	10:221.664	13:467.854
Rodagem	1:543.500	1:543.500
Afenação	492.00	492.000
Licenças	193.200	193.200
Foro de terrenos	1:869.964	
Laudemios	1:242.820	
Multas	344.000	
Cemitério e carros fúnebres	1:197.000	4:653.514
Dívida ativa diversos impostos	606.620	
Dívida ativa décimas urbanas	1:391.306	1:997.926
Eventuais	43.450	
Empréstimo realizado	20:000.000	20:043.450

Fig. 39: Fontes de receita do município e valores no ano de 1894 (PMJ/arquivo)

Procurando nas fontes de receita, uma justificativa para esta expressiva alteração, tomou-se como referência para amostra detalhada, a receita pertinente ao ano de 1894, período no qual o crescimento se consolida para a arrancada nos anos seguintes.

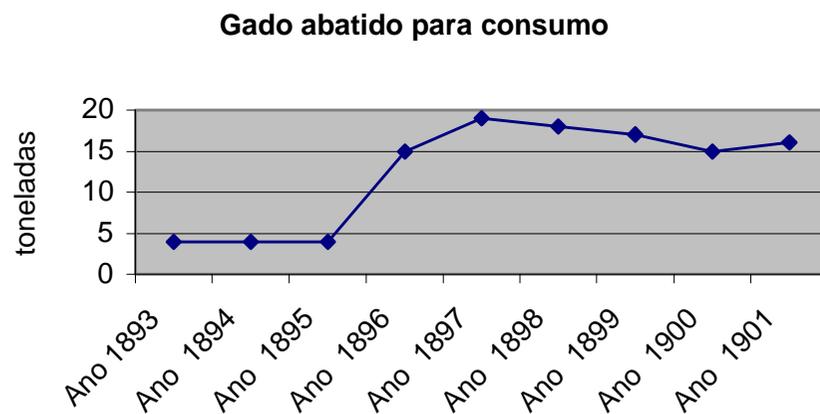


Fig. 40: Receita sobre o gado abatido, apresentando um expressivo crescimento no final do século. (PMJ/ arquivo)

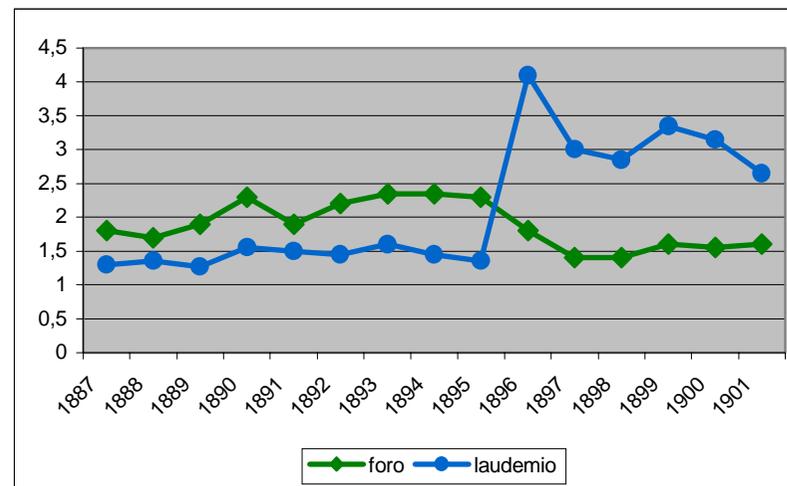


Fig. 41: Recolhimento de Foros e Laudêmios: percebe-se uma aparente contradição nestas receitas entre os anos de 1895 e 1896. O crescimento dos "laudêmios" indica um provável incremento no mercado imobiliário, como conseqüência do bom desempenho da pecuária neste mesmo período. O decréscimo no recolhimento referente aos "foros", pode ser resultado de um desleixo administrativo, pelo valor insignificante que este imposto representava para a arrecadação municipal.

Analisando estas verbas durante o período do crescimento mais expressivo, observou-se que, dos vários itens que apresentam crescimento na receita, dois se destacam com alguma expressão sobre os demais: "abate de gado" e recolhimento de "foros e laudêmios". Considerando-se que cada um destes itens representava aproximadamente 10% da arrecadação, é perfeitamente possível concluir que o crescimento que ocorre neste momento é fruto, principalmente do bom desempenho na pecuária e que isto se reflete no setor imobiliário.

A nível quantitativo, além do crescimento verificado pelo expressivo aumento do recolhimento dos "laudêmios" nos livros da receita do Município, esta situação é comprovada pelo acréscimo que se registra nos lançamentos da "décimas urbanas", ou seja, o imposto a ser recolhido pela propriedade de algum prédio. Na realidade este imposto representa o item de maior ingresso para os cofres municipais. Observa-se que, embora não tenha sofrido as alterações bruscas, este item mantém um crescimento constante durante este período de crescimento urbano.

A nível qualitativo, as construções que estruturam o espaço urbano da cidade sofrerão alterações significativas neste período, procurando uma identificação com um tipo construtivo, ou uma linguagem arquitetônica, diferente daquela simplicidade existente desde os tempos coloniais.

Para ilustrar esta maior qualidade que as construções procuram alcançar neste momento, o que ocorre com o edifício da Intendência Municipal é um bom exemplo.

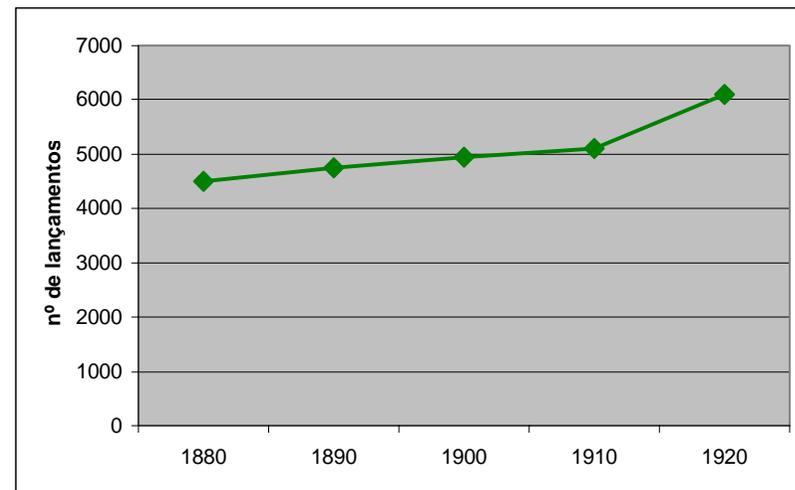


Fig. 42: Lançamentos de décimas urbanas na área central de Jaguarão (PMJ/Arquivo)

Em 1879, este prédio passará por uma grande reforma e, mesmo na falta de documentação sobre o projeto da intervenção no edifício, pode-se fazer uma aproximação da obra realizada pela própria prática habitualmente utilizada para este tipo de construção. Era comum se aproveitar a estrutura existente e realizar obras ao nível de cobertura, instalações, detalhes e acabamentos, recuperando fisicamente o prédio e conferindo-lhe uma aparência mais atualizada ou "moderna", o que significava aproxima-lo a nível de fachada das linguagens arquitetônicas em uso nas cidades maiores que serviam como paradigma de usos e comportamentos para esta distante região de fronteira.

Pelas dificuldades próprias das cidades pequenas, distantes dos centros e sem grandes recursos, as

inovações construtivas restringiam-se aos aspectos de acabamento, tanto interno como de fachada (figura abaixo). A estrutura, mesmo para as novas construções, continuava ser a mesma dos tempos coloniais do início do século, utilizando paredes grossas de tijolos maciços, uso da pedra, principalmente nos alicerces e a cobertura estruturada com um potente madeiramento recoberto com telhas cerâmicas de dimensões irregulares.

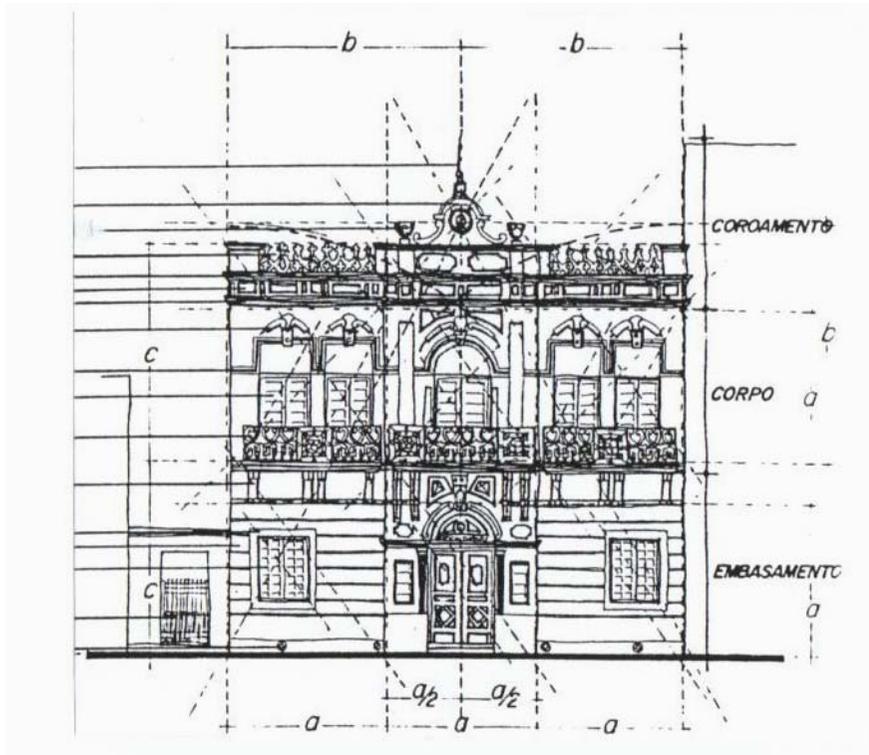


Fig. 43: Edifício da Intendência Municipal, início do séc. 20 (des. Projeto Jaguar)

Esta obra foi arrematada pelo construtor Nicolau Mano<sup>180</sup> e, mesmo desconhecendo o grau de intervenção proposto para o prédio, como foi visto, observa-se a aproximação a uma linguagem muito utilizada para edifícios públicos, buscando uma monumentalidade para o "abrigo" do poder, aproveitando-se dos efeitos psicológicos e de referência que a arquitetura pode causar na população.

Porém a grande reforma que o edifício receberá será a partir de outubro de 1897, quando o Sr. Intendente Municipal, José Alboino de Figueiredo, enviou ao Conselho uma mensagem mostrando aos senhores conselheiros da necessidade e conveniência de dotar Jaguarão com um edifício que chamava "de primeira ordem", onde pudesse funcionar o governo do município em acomodações apropriadas. Referia-se nesta correspondência, na execução de um edifício que correspondesse ao adiantamento em que se encontravam, com todos os melhoramentos modernos e com as dependências necessárias ao novo maquinismo municipal. Era inadiável a necessidade de repartições maiores e adequadas aos novos tempos.

Para tanto propunha a compra de uma propriedade do Sr. Vidal Correa, que se achava a venda naquele momento, aproveitando (principalmente) o fato dos cofres municipais possuírem os recursos necessários para este gasto.

Apesar do voto contrário do Presidente do Conselho, que sugeria a aplicação desta verba em melhorias urbanas e

<sup>180</sup> Ata da CMJ, datada em 20 de dezembro de 1879. (IHGJ)

rurais, de vias públicas e estradas vicinal. A proposta foi aprovada e então redigido o projeto de lei, autorizando o Governo Municipal a fazer a aquisição do terreno para construção do prédio. Porém na reunião seguinte, foi solicitada a retomada deste assunto e, entre muitas discussões por parte dos senhores conselheiros, realizou-se outra votação daquela matéria, que terminou empatada, cabendo ao presidente o desempate, votando este contrário ao projeto.

Cinco anos depois, o velho edifício da Intendência era reedificado e modernizado com a aprovação do Conselho Municipal<sup>181</sup>. Sua inauguração ocorreu em 1904, quando era Intendente Municipal o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves.

Sem dúvida a cidade de Jaguarão começa a viver um período de crescimento econômico, com reflexos evidentes na sua arrecadação, permitindo a execução de obras que durante muito tempo eram inviáveis pela falta constante destes recursos.

O próprio Código de Posturas do município induzia a um padrão formal desejado, com o uso de platibandas, aberturas com arcos, etc. Procurava-se incorporar aos edifícios as novas idéias de higienização, com maiores alturas tanto para os compartimentos como para as aberturas.

Neste momento se observa que na cidade ocorriam modificações nos trabalhos de carpintaria e marcenaria.

<sup>181</sup> Livro de Registros do Conselho, Resolução Municipal nº 19, de 1902, p.49. (IHGJ)

Quanto mais se aproxima o final do século, mais elaboradas vão ficando as construções, mais qualificação pode ser notada nos trabalhos de madeira e adornos de fachadas. Muitos destes trabalhos ainda se preservam na cidade.

Os reflexos deste crescimento aparecerão também no aumento de população da cidade. O pequeno "arraial" que por volta de 1815 contava pouco mais de 500 pessoas, incluindo a tropa de soldados da guarda, alcançava o final do século com 12.172 habitantes, segundo a Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Não chegava a ser um número expressivo de habitantes residentes, mas o fator fronteira neste caso, influirá com determinação.

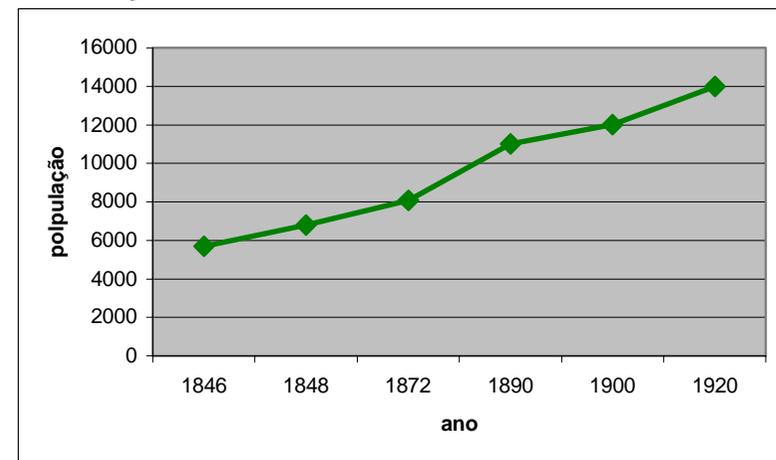


Fig. 44: Crescimento demográfico do município de Jaguarão (pop. urbana e rural) no final do séc. 19 e início do séc. 20. (PMJ/Arquivo)

Sabe-se que uma das fortes características das cidades do interior das províncias no período colonial e grande parte do século 19, era a pequena população; se tratavam de cidades quase vazias, pouco movimentadas. A produção estava no meio rural e a grande parte das transações econômicas não necessitavam do apoio do centro urbano. A cidade "funcionava" como um marco da posse de um território e possuía alguma movimentação expressiva em datas festivas religiosas. Inúmeros viajantes relatam este aspecto da cidade.

No caso de Jaguarão, com as transformações que ocorrem no final do século, o povoado irá adquirindo mais importância econômica, política e social<sup>182</sup>. É uma localidade movimentada tanto pelos deslocamentos militares como por viajantes que transitam pela fronteira. Ao contrário daquelas pacatas cidades acima referidas, seu movimento é desproporcional ao tamanho ou ao número de população fixa. Isto se deve ao próspero e dinâmico comércio (legal e ilegal) da região, impulsionado como foi visto, pelo fator fronteira. Esta característica se manterá nos anos seguintes. Conforme dados publicados no Projeto Jaguar, este município se aproxima ao final do século 20, com uma população estimada em 40.000 habitantes, porém com um comércio dimensionado para atender uma população três vezes maior, ou seja, para 120.000 habitantes<sup>183</sup>.

<sup>182</sup> Ata nº 1498, da CMJ, de 13/4/1887. (IHGJ)

<sup>183</sup> Projeto Jaguar, op.cit., p.60.

Na verdade, observando-se os números de habitantes no povoado, constata-se a existência de um constante crescimento. Porém comparando estes números com os referentes a outras cidades próximas e com o crescimento da população geral de todo Estado do Rio Grande do Sul, conclui-se que a cidade cresce lentamente, perdendo população para outras localidades.

Esta situação pode ser comprovada através de dados fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística:

população em:	1872	1890	1900	1920
Estado do RS	446962	897455	1149070	1993368
Porto Alegre	43998	52421	73634	205500
Jaguarão	8076	10984	12172	14000
Bagé	15037	22692	28956	43800
Santa Vitória	4287	6583	8970	11500
Pelotas	21756	41591	44881	82000

Fig. 45: dados populacionais no final do séc. 19 e início do 20  
(fonte:FEE)

Foram utilizadas para comparação as cidades de Bagé e Santa Vitória, por sua localização fronteiriça, próxima a Jaguarão; Pelotas, por ser a cidade que funcionava como pólo centralizador da economia da zona sul do Estado e Porto Alegre, por sua condição de capital.

Os dados da tabela permitem algumas avaliações interessantes quanto ao crescimento da população de Jaguarão neste período do estudo. Para facilitar a interpretação dos números, procurou-se o percentual de crescimento nos períodos correspondentes aos dados disponíveis:

	Estado	P.Alegre	Jaguar.	Bagé	S.Vitor	Pelotas
<b>1872-1890</b>	100%	19%	36%	50%	53%	91%
<b>1890-1900</b>	28%	40%	10%	27%	36%	8%
<b>1900-1920</b>	73%	179%	15%	51%	28%	82%

Fig. 46: percentual de crescimento populacional no final do séc. 19 e início do 20.

Na segunda metade do século 19, entre 1872 e 1890 há um vertiginoso crescimento de população no Estado, resultado do crescimento vegetativo e incrementado por grande número de imigrantes que chegam a Província, principalmente na região ao norte de Porto Alegre. Pelotas acompanha este crescimento e na região da fronteira sul, Santa Vitória e Bagé crescem na base de 50%, ficando Jaguarão abaixo destas cifras. Neste momento Porto Alegre apesar de capital, apresenta pequeno crescimento demográfico.

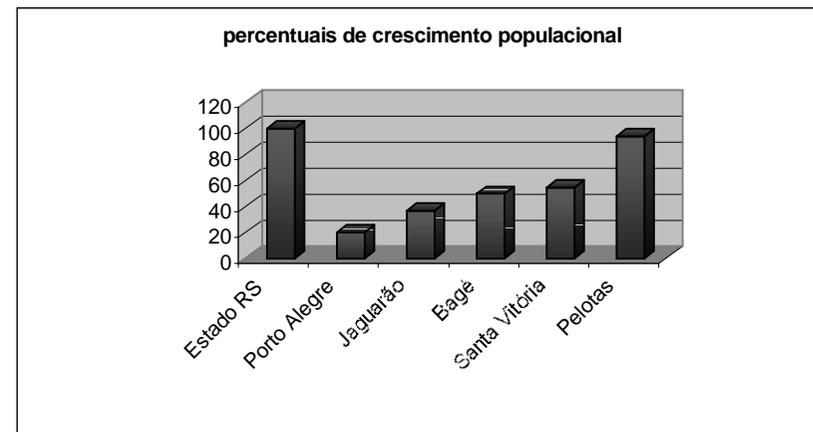


Fig. 47: Percentuais de crescimento populacional entre 1872 e 1890

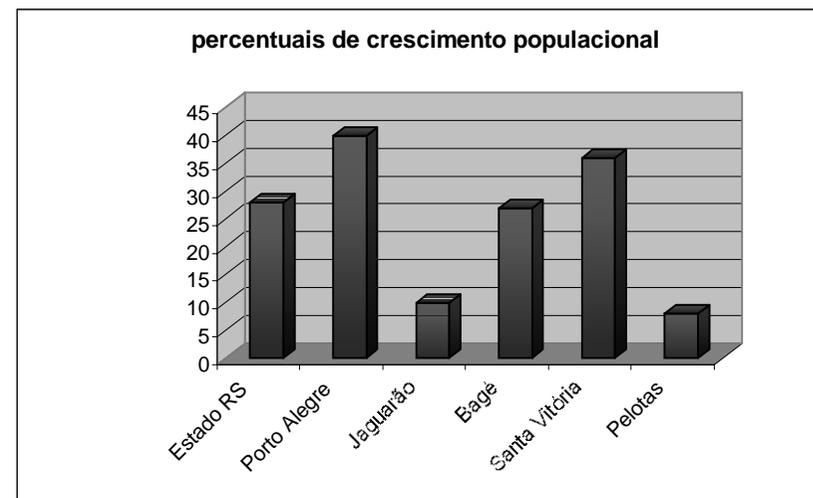


Fig. 48: Percentuais de crescimento populacional entre 1890 e 1900

Na década final do século 19, o Estado tem um crescimento moderado; Pelotas sofre uma queda no seu ritmo e Jaguarão praticamente acompanha o percentual desta cidade. Bagé tem um incremento forte de população e Santa Vitória, surpreendentemente, apresenta níveis maiores que o do total do Estado. Neste período, Porto Alegre inicia seu vertiginoso crescimento populacional.

No início do séc. 20 O Estado retoma um crescimento expressivo. Pelotas, graças ao bom desempenho da indústria do charque (salga de carne), ultrapassa os percentuais do Estado. Neste momento o dado mais significativo é o que ocorre com a população da Capital, que a partir desta época, aumentará substancialmente, como consequência do processo de industrialização que se inicia.

Por outro lado, nas comunidades fronteiriças do sul, observa-se um crescimento inexpressivo, se comparado com o que ocorre no centro do Estado.

Este quadro demográfico aponta para um desenvolvimento que se consolidará no decorrer do século 20: enquanto na região de Porto Alegre se solidifica um processo de industrialização, a região fronteiriça do extremo sul, continua voltada ao setor primário da produção: pecuária extensiva e agricultura de grandes plantações, cuja característica é uma população rarefeita, cidades de porte médio com razoável infra-estrutura, contando com uma área rural bastante extensa.<sup>184</sup>

<sup>184</sup> Ferraz de Souza, op. cit. p. 17

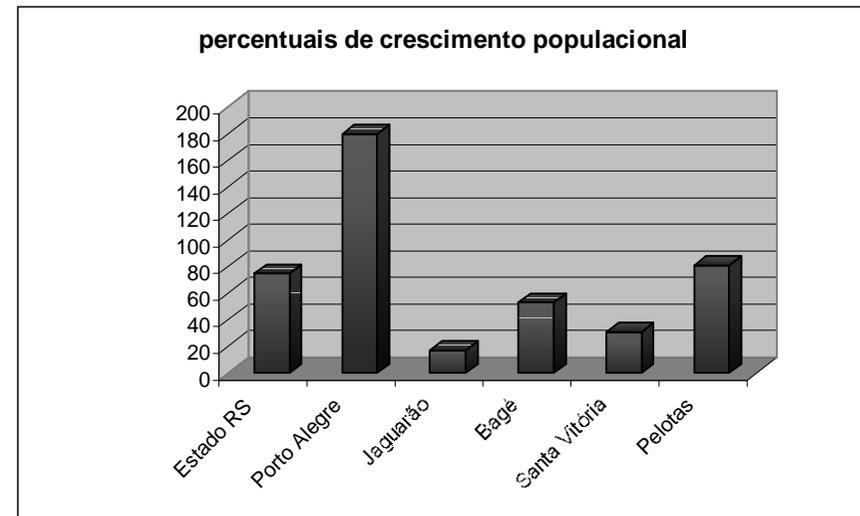


Fig. 49: Percentuais de crescimento populacional entre 1900 e 1920

### ***Plano de Saneamento e as modernizações no início do século 20***

O crescimento econômico no final do século, permitiu a elaboração de projetos e obras que vão beneficiar substancialmente a cidade. Evidentemente esta melhoria na arrecadação do município não o liberta da dependência dos recursos do Governo do Estado. Ao contrário, neste momento são intensas e constantes as solicitações do Conselho Municipal ao Governo do Estado, reivindicando

obras de infra-estrutura urbana. O que estes novos tempos trazem a nível local, é a necessidade de desvincular no espaço a Intendência do Conselho Municipal.

É interessante registrar que a partir desta época, com a legislação municipal exigindo planos de construção para os edifícios e a cidade aprimorando sua estrutura a nível administrativo, com a separação das atividades legislativas e executivas, a documentação existente nos arquivos é mais abundante.

Examinando algumas plantas de edificações, percebe-se como nestes projetos se buscava um encontro à urbanidade, ou melhor, uma aproximação aos modelos que se construíam nas localidades que serviam de paradigma às pequenas povoações.

Analisando um documento enviado ao Intendente Municipal pelo Major João Pereira Maciel Sobrinho no qual este militar solicitava a doação de um terreno na Praça Tiradentes para a construção de um quartel, os termos da referida petição são exemplares: "...para construção de uma Quartel de Cavalaria pelo tipo moderno." 185

São facilmente constatáveis as melhorias urbanas que ocorrem na cidade neste período. Em 1º de outubro de 1896, de acordo com a Resolução Municipal nº 4, ficava o Governo do Município autorizado a contratar, por concorrência pública, uma empresa para o fornecimento de água potável e também de luz elétrica, para o abastecimento dos habitantes da cidade de Jaguarão.

---

<sup>185</sup> Termo copiado da referida correspondência, arquivada no IHG.

Com a lentidão dos processos e as dificuldades de praxe, somente em 1912 que iniciava o funcionamento da Usina Elétrica. Quanto ao abastecimento de água, também teve que aguardar para ser solucionado na cidade. Isto vai ocorrer a partir de 1910, quando o Intendente Municipal, Dr. Faustino Correa, apresenta para conhecimento e discussão dos membros do Conselho Municipal, o "Plano de Reforma Sanitária de Jaguarão".

Na questão da água potável, o "Plano" utilizava um projeto realizado em 1883, portanto com mais de 25 anos de existência e trâmites políticos. Fazia parte de mais um dos muitos documentos enviados à Presidência da Província e que, finalmente, havia sido aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado.

Jaguarão, apesar de seguramente se encontrar as 6 principais cidades do Estado, entrava no século 20, com a água sendo vendida e distribuída ainda em pipas e o esgoto sanitário depositado em cubos que eram recolhidos por carretas para liberá-los fora da cidade.

O Intendente nesta ocasião solicitava a aprovação do Conselho para a verba necessária com as despesas dos engenheiros que fariam um estudo atualizado sobre as possibilidades e custos de aproveitamento das cachoeiras do rio Jaguarão para captação de água e geração de energia elétrica.

O "Plano" contemplava também uma rede coletora de esgoto para a cidade. Na sua justificativa para o convencimento dos senhores membros do Conselho, em seu discurso enfatizava que embora esta cidade pudesse

ser considerada como limpa, graças ao calçamento e asseio das ruas mantidas pelas suas administrações municipais e pelos particulares em suas casas, seguidamente era assolada pelo "tifo", que causava um grande número de vítimas preciosas à coletividade. E que para acabar com essa nefasta moléstia, havia que se proceder "como em todas as cidades do mundo, com a execução de um serviço completo de saneamento, compreendendo principalmente os de água e esgoto, além da remoção do lixo"<sup>186</sup>.

Concluía seu discurso nitidamente marcado pelo tom político-positivista, acrescentando que

"...mais uma vez a Câmara provará aos seus munícipes que - no árduo e honroso cargo que por eles foi investido - marcha para o vasto campo do engrandecimento, onde está erigido o grande altar da civilização glorificado sempre pelo progresso".

Se faziam muitos discursos e projetos, mas ainda em 1918 um jornal local, *Tribuna do Povo*, cuja tendência política era antagônica aos que detinham o poder na cidade, noticiava em tom agressivo, como era comum na imprensa da época, mais uma epidemia de "tifo" na cidade, que encontrava uma população vulnerável à enfermidade, pela

---

<sup>186</sup> Livro de Atas das Reuniões do Conselho Municipal de Jaguarão (1906 - 1919), p.91. (IHGJ)

"água pútrida que bebe extraída de um reservatório onde forçosamente devia haver animais em estado de decomposição...".

Ainda nesta época, a água era trazida de um local não adequado do rio, com problemas de limpeza e pureza.

No início do século 20, várias mobilizações foram realizadas no sentido de atrair indústrias que pudessem impulsionar o progresso da região. Os representantes da comunidade envidavam todos os meios para estimular a iniciativa particular para instalarem-se no município.

Comentava-se sobre a possibilidade de algumas fábricas se estabelecer na região e inclusive se mencionava nomes de fábricas de tecidos e fiação, bem como de cervejaria, que concorreriam para impulsionar a vida econômica de Jaguarão. Para viabilizar estas iniciativas, o Conselho Municipal decretava um projeto de subvenção de duzentos contos de réis para a primeira fábrica de cerveja que se fundasse na cidade, concedendo sem ônus, os terrenos municipais necessários; a dispensa de impostos por cinco anos; intervenção perante as posturas competentes para dispensa de direitos fiscais ou outros impostos para o maquinários ou materiais que fossem importados e inclusive a desapropriação de terrenos ou prédios para o fim alhedido. Tudo respaldado pelas idéias em voga, de espírito positivista, de que as artes e indústrias em geral eram as principais propulsoras do progresso de qualquer localidade.

Por outro lado, o Conselho estava disposto a prestar todo apoio as medidas tendentes a favorecer o desenvolvimento

da indústria frigorífica, cujas vantagens e facilidades que trariam para esta região de criação de gado são muito evidentes.<sup>187</sup>

### ***Análise do crescimento da estrutura urbana***

Para conhecer e analisar o crescimento físico da cidade, empregou-se métodos experimentais, que foram balizados pelos mapas existentes resultantes de levantamentos realizados em 1815, 1872 e 1897.

Tanto a documentação oficial de distribuição de lotes como as ordens de serviço para pavimentação das ruas da cidade, serviram para acompanhar o crescimento de forma detalhada. Optou-se neste caso por uma periodização por décadas.

Por outro lado, para comprovar os métodos utilizados, foram utilizados tanto os documentos oficiais da Câmara enviados ao Governo Central, abordando aspectos que retratavam a povoação, como também relatos de viajantes.

### **Distribuição de lotes e o crescimento urbano**

Com base na documentação encontrada sobre a distribuição de terrenos na cidade, foi possível elaborar um

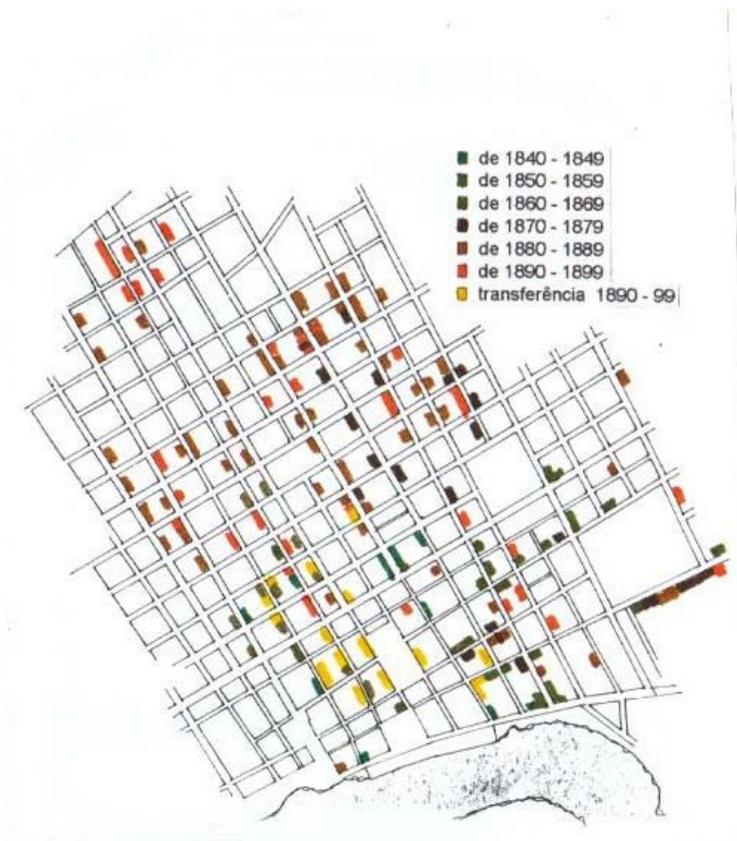


Fig. 50: O crescimento observado a partir da distribuição de lotes pela Câmara Municipal.

<sup>187</sup> Apontamentos, op. cit., p.143.

mapa que permitiu conhecer entre outras coisas, como ocorreu a ocupação urbana em Jaguarão ao nível de direcionamento do crescimento; áreas ocupadas inicialmente; localização das maiores densidades em determinada época, etc.

Um aspecto que parece óbvio, mas convém deixar claro, se refere ao fato das solicitações de terrenos não ocorrerem exclusivamente de forma centrífuga, ou seja, as mais antigas estão localizadas na "cidade velha" e as mais recentes mais próximas à periferia. Este foi o procedimento de praxe não há dúvida, mas como foi visto, Jaguarão tem particularidades nesta área que devem ser consideradas. Existiam, como em muitas cidades com trajetórias de crescimento semelhantes, alguns vazios urbanos, porém, neste caso, o número de terrenos centrais desocupados era acrescido pelas doações de lotes efetuadas à pessoas residentes fora da região, ligadas ao governo central, as quais nunca viriam a ocupá-los. Com a tradicional lentidão dos processos, até que este lote pudesse ser declarado devoluto e sua posse ser transferida à outro cidadão, poderiam passar muitos anos.

Isto de forma alguma invalida ou prejudica o método adotado pois, como foi colocado anteriormente, estes instrumentos servem para dar uma aproximação panorâmica de como ocorreu a evolução urbana. Não faz parte dos objetivos deste estudo a aprofundar este tipo de análise.

Outra possibilidade para conhecer como ocorre este crescimento, é a partir do mapeamento das obras de

pavimentação que se realizam na cidade desde seu início, na metade do século 19, cujo resultado revelam as "linhas" da ocupação deste território.

Embora em ambos casos tenha sido mantida a mesma periodização por décadas, no caso deste cruzamento, o fator tempo deve ser utilizado com aproximação, pois como será visto, a ocupação antecedia a pavimentação. Mas de qualquer modo, o resultado gráfico destes métodos é bastante expressivo e seu cruzamento, ou comparação, revelam um resultado interessante e comprovam o acerto da metodologia utilizada.

### ***Obras de pavimentação de ruas***

Acompanhando-se o processo de ocupação e ampliação da cidade organizado pelo poder municipal, observa-se a constante dificuldade de recursos econômicos para sua realização. Frente a isto, a prática utilizada sempre iniciava com a marcação das ruas e quadras, depois a locação e distribuição dos lotes à população, para finalmente realizar os serviços de pavimentação das vias.

O mapa da página seguinte, procurou estabelecer de forma esquemática, uma aproximação ao modo de como ocorre o desenvolvimento da pavimentação da cidade, dividindo-a em fases, cada uma correspondendo a uma década, entre os anos 50 do século 19 até a segunda década do século 20.

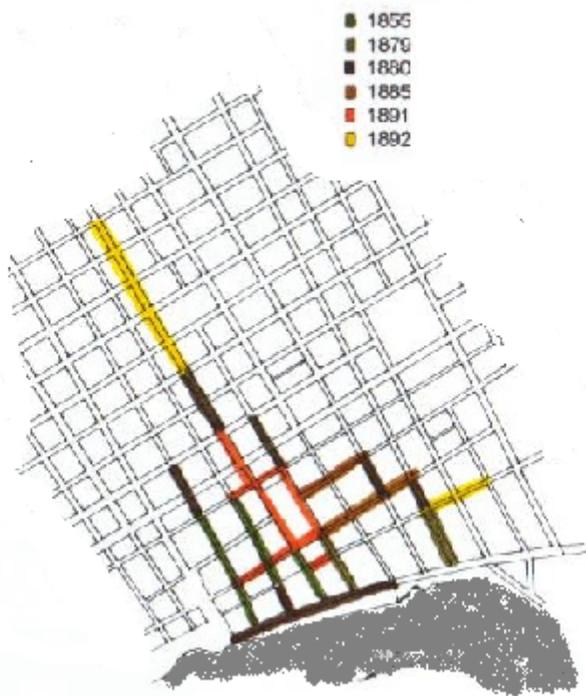


Fig. 51: O crescimento urbano acompanhado pelas obras de pavimentação. Para elaborar este plano, foram verificadas todas as informações pertinentes a este tipo de serviço, encontradas nas atas da Câmara Municipal de Jaguarão.

Interessante que apesar das dificuldades constantemente salientadas na documentação da Câmara, por estes mesmos documentos se sabe que no início do século 20, todas as ruas da cidade estavam pavimentadas, algumas com pedra, outras com o método "Macadam"<sup>188</sup>.

A técnica de pavimentação mais empregada desde a metade do século 19, consistia em colocar-se as sarjetas de pedra que serviam para dar o alinhamento da rua, recolher e conduzir as águas e, no centro, no leito da rua, era executado o processo que levava o nome derivado do seu criador, o engenheiro Mac-Adam, que consistia em empregar pedra britada comprimida em mistura com algum material aglutinante, geralmente argila ou saibro<sup>189</sup>.

Evidentemente a pavimentação das ruas da cidade iniciou pelo setor de maior densidade, ou seja, a zona mais antiga a qual correspondia ao seu centro urbano. Como foi visto, tratou-se de um processo lento, no qual as decisões das prioridades para as obras eram tomadas a partir de discussões plenárias, um tema muito presente nos registros da casa municipal.

As primeiras manifestações para o "calçamento" que se conhece através de documentos, ocorreram por volta de 1855, coincidindo com a elevação da Vila à categoria de Cidade. Tratava-se de propostas para pavimentação de algumas quadras das ruas Triunfo, do Comércio e das Praças.

<sup>188</sup> Apontamentos, op.cit., p.165

<sup>189</sup> Corona e Lemos, op.cit., p.308

Desconhecem-se documentos que apresentem detalhes dos projetos referentes a estas primeiras pavimentações na cidade de Jaguarão. Da mesma forma não existe nenhum setor da cidade antiga que preserve esta sua pavimentação original. Alguns detalhes existentes na documentação encontrada, são imprecisos e deixam dúvidas sobre técnicas e métodos empregados para este fim<sup>190</sup>.

Em outros casos por falta de precisão dos textos nos documentos encontrados, sobram margens a subjetividades de interpretação. É o caso de uma ordem remetida ao fiscal, autorizando-o para que

"mandasse proceder por administração o calçamento da 3ª quadra da rua do Comércio, nos lugares que mais precisam de reparos, podendo aplicar para esse fim a pedra que existe no antigo cemitério, em cuja obra se despenderá até a quantia de quatrocentos mil reis..."

Nos seus aspectos formais, deve-se considerar que as vilas e cidades do Rio Grande do Sul, no período correspondente a metade do século 19, apresentavam muitas semelhanças. Suas estruturas urbanas eram muito simples, praticamente marcadas pelas casas construídas e alguns espaços naturais que serviam efetivamente para dar

---

<sup>190</sup> Ata ca CMJ, de 6 de novembro de 1855: "...para realizar um serviço mais econômico, o engenheiro. Francisco Estacio Belmonty oferecia algumas sugestões: "...abaixando-se as rampas nos lugares precisos..."

o caráter particular de cada uma. Não existiam estruturas urbanas significativas e, mesmo os prédios públicos da administração, seguiam uma tipologia arquitetônica que se enquadrava numa simplicidade repetitiva, com poucas alternativas formais.

Eram empregados sempre os mesmos modelos, com poucas variações; as mesmas tipologias, os mesmos materiais e técnicas, as mesmas disposições internas. Esta semelhança era reforçada pela mesma forma de pavimentar as suas ruas. Por isso é razoável pensar que o tipo de calçamento inicialmente empregado para compor as ruas de Jaguarão, por sua simplicidade, fosse semelhante ao de outras vilas e cidades gaúchas as quais ainda preservam alguns exemplares deste modelo, como ocorre em Piratini e Rio Pardo. Constituía-se de pedras de formato irregular, assentadas diretamente sobre uma camada de areia que servia para aterrar e nivelar o terreno, formar uma sub-base de sustentação e não dificultar a drenagem das águas pluviais.



Fig. 52: Ambiência urbana, com detalhe da pavimentação das ruas

Pelas observações encontradas em algumas atas, é possível considerar a possibilidade de que haviam algumas variações na forma de executar o calçamento. Em 1856, conforme consta da ata nº 451 da Câmara, ordenava-se o calçamento da 1ª quadra da Rua das Praças, "...pelo sistema do calçamento da Rua do Triunfo; em 1887 (ata nº 1496), a Câmara preocupava-se com a execução do calçamento na rua Senador Ávila, na quadra entre a rua do Comércio e a praça Independência e na rua Andrade Neves, na quadra entre a rua do Comércio e a 27 de Janeiro, "...igual ao da praça da Independência". Como na maioria das ordenações não se salientava a forma de realizar estes serviços, pode-se supor que havia um padrão mais utilizado, mas que para determinadas ruas, ou pelo menos algum de seus trechos, haviam algumas pequenas variantes, porém imperando uma técnica muito simples, sem complexidade.

São da década de 70, no momento em que se pretende "modernizar a cidade", as primeiras informações do uso de "calçamento abaulado". Iniciam os serviços para substituição em algumas ruas do calçamento executado pela na forma "antiga", por esta nova prática de construção, o que devia representar uma inovação considerável.

Evidentemente eram pavimentações precárias, que com o passar dos anos, sofrendo o tráfego de carretas pesadas de tração animal, deveriam ser recompostas, o que pode derivar algum desvio nas interpretações que se busca neste estudo do crescimento apoiado nestas obras

urbanas. Considerando-se esta possibilidade, os resultados encontrados devem ser tomados como uma forma de aproximação, o que para os interesses deste estudo, está perfeitamente razoável.

Em 1881 foi feita uma grande recuperação da pavimentação das ruas na cidade. Chama atenção, entre as justificativas para a referida obra, a referência sobre a questão da higiene pública, demonstrando uma sintonia daquela pequena cidade com os discursos tão em voga naquele momento nos grandes centros mundiais.

"Atendendo as reclamações dos moradores, as conveniências do fácil trânsito e principalmente às solicitações da higiene pública, se chamem concorrentes ao calçamento da 4ª e 5ª quadra da rua do Triunfo, a 3ª da rua dos Andradas, da 3ª da 17 de fevereiro e 3ª da rua Andrade Neves, aproveitando a pedra nelas existentes<sup>191</sup>.

Muitas obras de pavimentação, consistiam simplesmente substituir o "miolo" da rua realizado anteriormente pelo processo "Magadam", mantendo as pedras do "meio-fio" e a "sarjeta":

"O Sr. Presidente suplicou que convinha mandar empedrar o centro da 7ª quadra da rua da Matriz, pois estando já feitas as sarjetas, pouco

---

<sup>191</sup> Ata nº 1277, da CMJ, de 17/10/1881. (IHGJ) Obs: O grifo é do autor.

se despenderia com este serviço que assim mandara fazer orçamento para o dito"<sup>192</sup>.

Encontraram-se inúmeros os exemplos de alternativas para execução do calçamento na cidade, superando as dificuldades de recursos econômicos do Município. Um procedimento adotado para o calçamento de algumas quadras da rua do Triunfo, exemplifica bem este quadro, quando os moradores e proprietários daquele setor, ofereceram a pedra necessária à referida obra e, a Câmara em contrapartida, participou com a mão-de-obra dos calceteiros<sup>193</sup>.

Esta prática de parceria entre os cidadãos e a administração municipal continuou por mais tempo na cidade. Nos anos 70 se fazia um convite aos proprietários da 4ª quadra da rua do Comércio para que concorresse cada um, conforme a extensão da frente de sua casa, com toda a areia e metade da pedra para o "calçamento abaulado" desta quadra, entrando a Câmara com a outra metade da pedra e a mãos-de-obra, "ao qual convite, de bom grado aceitaram"<sup>194</sup>. Nesta mesma época, muitas ruas foram pavimentadas ou recuperadas, utilizando-se esta estratégia para viabilizar as melhorias urbanas necessárias.

Afinal os benefícios e a valorização que a pavimentação trazia para os proprietários dos imóveis eram imediatos. Numa cidade carente de quase todo tipo de infra-estrutura,

<sup>192</sup> Ata nº 1443, da CMJ, de 26 /08/1885. (IHGJ)

<sup>193</sup> Conforme consta na ata da reunião da CMJ, em 3/05/ 1856.

<sup>194</sup> Conforme relato em reunião da CMJ, em 26/6/73 (IHGJ)

este elemento tornava-se um fator diferenciador de qualidade e importância de uma povoação ou de uma rua e se faz sempre presente entre as prioridades dos administradores da cidade.

No início do século 20, uma matéria publicada num jornal de oposição ao governo do município, quando já existia a figura do Intendente Municipal, podia-se ler:

"A não ser um calçamento que se está fazendo antiquado e anti-higiênico, com a utilização de pedra miúda e barro, o intendente delimita apenas sua ação em despachar um pequeno expediente ao alcance de qualquer boçal..."

Continuando em sua crítica agressiva, muito comum numa época em que os jornais funcionavam como porta-vozes de partidos políticos, fazia uma grave denúncia sobre a forma com que eram realizadas as licitações para as obras de calçamento da cidade.

"...para o novo calçamento da cidade, com certeza que será entregue ao Sr. Marinho Braga, vice -presidente do Conselho Municipal e sócio do sr. Frederico Rache<sup>195</sup> na Granja Carolina e eterno empreiteiro dos serviços municipais de calçamento".

<sup>195</sup> O Sr. Frederico Rache neste momento era o Intendente Municipal, cargo executivo que surge após a Proclamação da República em 1889, cabendo à Câmara de Vereadores exclusivamente a função legislativa no município.

Continuava sua incisiva e cortante denúncia contra o chefe do executivo jaguarense, prevendo que as propostas que por ventura seriam enviadas pelos postulantes às obras, segundo edital expedido, seriam abertas apenas pelo sr. Intendente, visto que os proponentes não haviam sido convidados a comparecer à Intendência e, assim sendo, não havendo fiscalização e o exame dos interessados, ficava evidente que o sr. Intendente faria prevalecer a proposta do seu sócio<sup>196</sup>.

Estes fatos servem para registrar a importância que o tema referente a pavimentação das ruas sempre representou para pequenas povoações, das quais Jaguarão é um bom exemplo. Afinal, são melhoramentos básicos que modificam o conforto dos cidadãos e o aspecto de qualquer cidade. Num povoado carente de infra-estrutura, o calçamento era o ponto que dava a valorização, distanciando-o daquela imagem colonial, com ruas esburacadas, barrentas e empoeiradas. Dentro deste quadro, para um povoado localizado numa distante periferia fronteiriça, estas obras significavam acercar-se do progresso e da modernidade, uma forma de aproximar a fronteira periférica do centro de prestígio e poder.

---

<sup>196</sup> Tribuna do povo, edição do dia 12 de fevereiro de 1918.

### ***Sondagem do crescimento a partir da arrecadação municipal***

A partir da Proclamação da República em 1889 e a conseqüente reestruturação administrativa municipal, com a separação dos poderes Legislativo e Executivo, foi possível se aproximar de mais uma forma de acompanhar o crescimento físico-urbano através dos "Livros de Receita de tributos municipais". Analisando o lançamento de "décimas urbanas" nos anos de 1890; 1900; 1910; 1920 e 1930, se constatam que as 8 ruas com maior número de construções existentes na cidade são perpendiculares ao Rio. Tomando-se as 22 ruas com mais número de "décimas" lançadas no livro, quinze estão nesta situação.

Estas 22 ruas principais somavam na época um total de 7092 imóveis, dos quais apenas 1437 (20%) localizavam-se nas ruas paralelas ao rio.

A análise dos registros encontrados no livro de receita de "décimas" oferece ainda alguns indicadores interessantes de crescimento da estrutura urbana. Em 1900, haviam 28 ruas e 1215 imóveis cadastrados; em 1910 o número de ruas sobe para 35 e o de imóveis para 1496. Em 1920, o número de ruas era de 37 e o de imóveis 1737; em 1930 a cidade continua com suas 37 ruas e o número de imóveis sobe para 1992. Os gráficos ao lado, ilustram estes momentos de crescimento e permitem observar que a estrutura física da cidade cresce em ritmo mais acelerado até 1910, quando tende a se estabilizar. Como o número de imóveis mantém um crescimento constante, pode-se

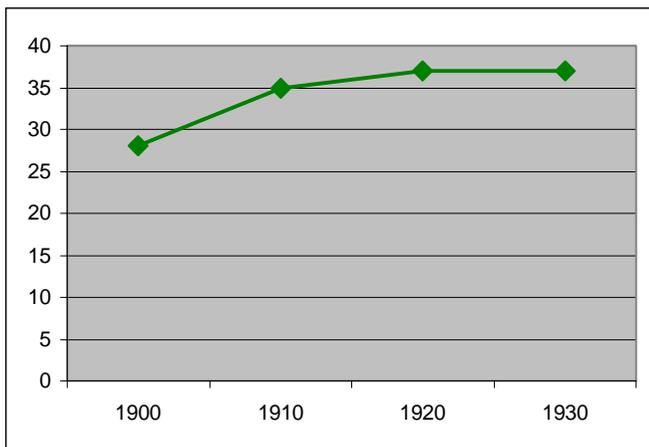


Fig. 53: Nº de imóveis lançados no livro de décimas urbanas, entre 1900 e 1930

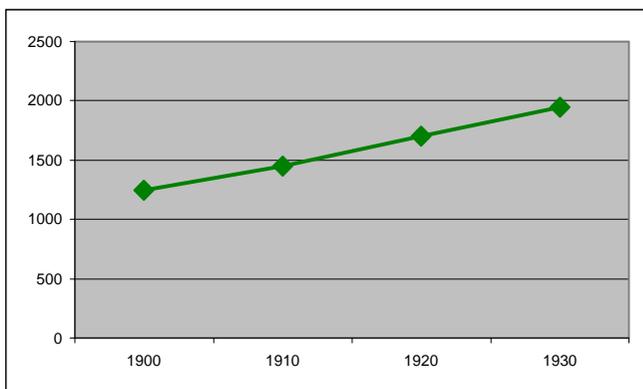


Fig. 54 : Arruamento existente até 1930

concluir que nestas últimas duas décadas, a cidade vai preenchendo seus vazios urbanos.

Duas ruas se destacam como condutoras dentro do perfil de crescimento da cidade: a rua do Comércio (atual XV de Novembro) e a rua da Praça (atual 27 de Janeiro). Estas vias funcionavam como canais de ligação entre o porto e o meio rural, gerando desta situação, uma ocupação mais intensa.

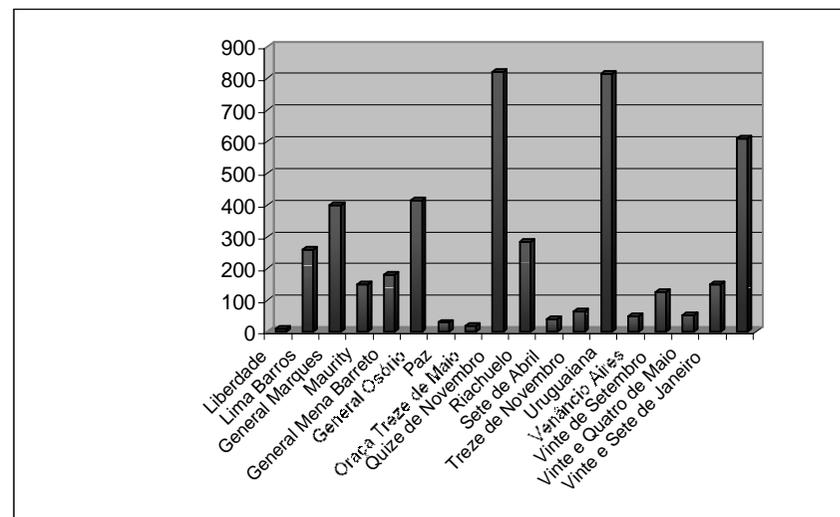


Fig. 55: Crescimento das ruas centrais de Jaguarão. Observa-se uma situação comum a outras cidades coloniais portuguesas, onde os "corredores" formados por ruas e caminhos de acesso ao núcleo desenvolvem-se com maior intensidade.

### **3.6. As etapas do crescimento da estrutura urbana**

Para dar sentido e ordem aos dados recolhidos, dividiu-se o crescimento em 4 etapas: desde os momentos iniciais de formação do núcleo urbano, até o momento áureo de desenvolvimento que ocorre no início do século 20. Para tanto, procurou-se destacar a dinâmica dos fatores populacionais, sócio-econômicos-culturais, locacionais, políticos e institucionais responsáveis pelas transformações no espaço urbano.

**1ª Fase: 1801 – 1815:** *Surgimento de um núcleo com função militar: a conquista da fronteira.*

Até a metade do século 19 havia uma oferta muito grande de terrenos e pouca demanda populacional. Neste momento, excluindo o entorno imediato da praça central, é razoável que não ocorresse variação acentuada na valorização dos lotes. Afinal estes espaços eram distribuídos gratuitamente pela Câmara e, salvo algum caso para tirar vantagem de uma determinada localização privilegiada, não haveria se caracterizado ainda um mercado imobiliário na pequena povoação. Deve-se lembrar que justamente no momento em que o núcleo experimenta uma primeira fase de crescimento, inicia o período revolucionário farroupilha, paralisando praticamente suas atividades produtivas e administrativas.

<b>Fatores populacionais</b>	tropa com aproximadamente 260 homens. Arrançamento de “viandeiros” vão ocupando o território próximo à guarda, junto a linha de limite territorial entre as terras portuguesas e espanholas.
<b>Fatores econômicos</b>	a pecuária, principalmente com a exportação de couros, o surgimento de um incipiente comércio de fronteira e uma pequena produção de trigo.
<b>Fatores sócio-culturais</b>	início da estrutura social rio-grandense com sociedade pastoril e sociedade agrícola.
<b>Fatores político-institucionais</b>	divisão de terras em sesmarias, a partir do final do século 18 e instalação da Guarda do Cerrito. Crise uruguaia de 1810. Criação da Freguesia em 1812.
<b>Fatores locacionais</b>	o rio que facilitava o acesso à região e como fator geográfico para marcação do território; um sítio elevado (serro) estratégico para controle e defesa.

Porém com o término dos conflitos e a cidade retomando sua dinâmica de crescimento, haverá o saturamento de ofertas de terrenos centrais oferecidos pela Câmara, iniciando desta forma o mercado de compra e venda “posse ou direito de uso”. O comércio, como é natural, se interessará pela localização central para otimizar seus lucros e será um dos elementos chaves para esta nova situação. Com a falta de oferta pela Câmara de lotes na área central, a alternativa para os empresários foi procurar a compra da posse de lotes à população de menor poder econômico, que naquele momento ocupava locais no centro da cidade.

### **Crescimento do núcleo até o final dos anos 50**

Fatores populacionais	Aumento populacional a partir do final da Revolução Farroupilha
Fatores econômicos	Desenvolvimento da pecuária, do comércio e o aparecimento das 1 <sup>as</sup> charqueadas
Fatores político-institucionais	Primeiro plano para a povoação seguido pela distribuição de lotes
Fatores locacionais	Crescimento dos contatos com o país vizinho.

Na continuidade deste crescimento físico, as ruas do Comércio e das Praças agirão como principais vetores na condução da expansão urbana. Esta situação pode ter ocorrido devido a dois fatores: em primeiro lugar, a rua do Comércio logo se transformou num “corredor” entre o porto da cidade (mercado público incluído) e a saída para a região de Terras Altas e Bagé, importantes praças de consumo do comércio de Jaguarão.

Por outro lado, as ruas da Palma e da Fonte poderiam dividir com as das Praças e do Comércio as linhas de crescimento, visto que ambas se relacionavam igualmente com a praça central e nasciam na “cidade velha”. Isto não ocorreu pois a expansão destas ruas encontravam como obstáculos partes das trincheiras que ainda existiam. Os riachos que naqueles momentos cruzavam a cidade constituíam outro óbice à expansão por este setor da cidade. Além de tudo, estas ruas estavam “afastadas” do porto, fator importante considerando-se a escala da cidade naquela época.

Na 2<sup>a</sup> metade do século 19, acentua-se um período de crescimento lento mas efetivo, que é o início de uma transformação que se consolidará no final deste mesmo século. A cidade procura transformar sua característica tipicamente colonial, agregando elementos arquitetônicos e urbanos de linguagem moderna, inspirados nas cidades que serviam de paradigma para a povoação naquele momento.

**3ª Fase: 1845 – 1870:** *Movimentação militar com a questão uruguaia (fronteira); desenvolvimento comercial, administrativo, industrial (pecuária e charque)*

A cidade cresce embalada num ritmo lento, pois não conhece qualquer processo de industrialização acelerada, destes do tipo que geram deterioração e decadência de áreas centrais e emigrações de classes mais ricas para a periferia, “onde a natureza favorável pode brindar lugares sem poluição”<sup>197</sup>. A alteração que a espoliação do centro pelo comércio, indústria e o porto causa, não chega a ocorrer a níveis caóticos pois são de pouca intensidade. Evidente que com o crescimento da população as classes mais abastadas vão ocupar outros setores privilegiados, motivados principalmente pela falta de terrenos no perímetro central e não para buscar uma natureza mais favorável, como ocorre em tantas cidades que experimentam um tipo de desenvolvimento mais potente. Ao contrário disto, em Jaguarão ainda no final do século 20, as classes mais altas continuam ocupando, como sempre, seu privilegiado e simbólico espaço no entorno da praça central.

<sup>197</sup> Goitia, Fernando Chueca, *Breve história do Urbanismo*, Madrid: Alianza Editorial, S.A, 1993. p.229

<b>Fatores populacionais</b>	aumento populacional impulsionado atração causada pelo bom desempenho econômico nos anos 50.
<b>Fatores econômicos</b>	crescimento do comércio e da indústria saladeira na região (charqueadas); consolidação da pecuária.
<b>Fatores sócio-culturais</b>	crescimento após 1845, com reflexos nos serviços e equipamentos urbanos.
<b>Fatores político-institucionais</b>	elevação à cidade em 1855. Invasão da cidade pela facção dos “Blancos” uruguaios em 1865. Guerra do Paraguai em 1867.
<b>Fatores locacionais</b>	exploração do porto como receptor de mercadorias para distribuição comercial na região.
<b>Fatores político-institucionais</b>	elevação à categoria de cidade em 1855; invasão da cidade pela facção dos “Blancos” uruguaios , em 1865; Guerra do Paraguai, em 1867.

**4ª Fase: 1870 – 1910:** *Este período corresponde à fase áurea do desenvolvimento local.*

<b>Fatores econômicos</b>	recuperação econômica pelo bom desempenho da pecuária e do comércio.
<b>Fatores político-institucionais</b>	no início dos anos 70 os "Liberais" assumem pela 1ª vez o poder. Fim do regime Imperial em 1888. Proclamação da República em 1889.
<b>Fatores sócio-culturais</b>	fim do trabalho escravo, com a abolição da escravatura em 1888.
<b>Fatores locacionais</b>	com a ligação ferroviária de Bagé ao porto de Rio Grande em 1884, o comércio jaguarense perde uma grande parcela da sua praça consumidora.

A partir do acompanhamento de alguns fatores que agiram na formação econômico, social e política, explicitadas anteriormente, acrescidas do seguimento das obras realizadas no espaço urbano, foi possível fazer uma aproximação ao desenho do crescimento físico da cidade.

O primeiro plano realizado para a povoação, datado de 1815, é um instrumento seguro para a arrancada desta perseguição ao tipo de crescimento ocorrido naquele pequeno arraial. Observa-se que naqueles primeiros momentos o núcleo urbano possuía uma aglomeração de pequenas construções desordenadas no espaço, sugerindo portanto que este plano era uma forma de dar ordem ao construído e projetar a cidade por construir, o que efetivamente vai ocorrer conforme se pode perceber.

A cidade se desenvolve fisicamente a partir do traçado estipulado nesta planta de 1815, tendo sua praça central como articuladora do conjunto de ruas e quarteirões, e os corredores de acesso à cidade como vetores deste crescimento.

**Esquema do núcleo inicial:**

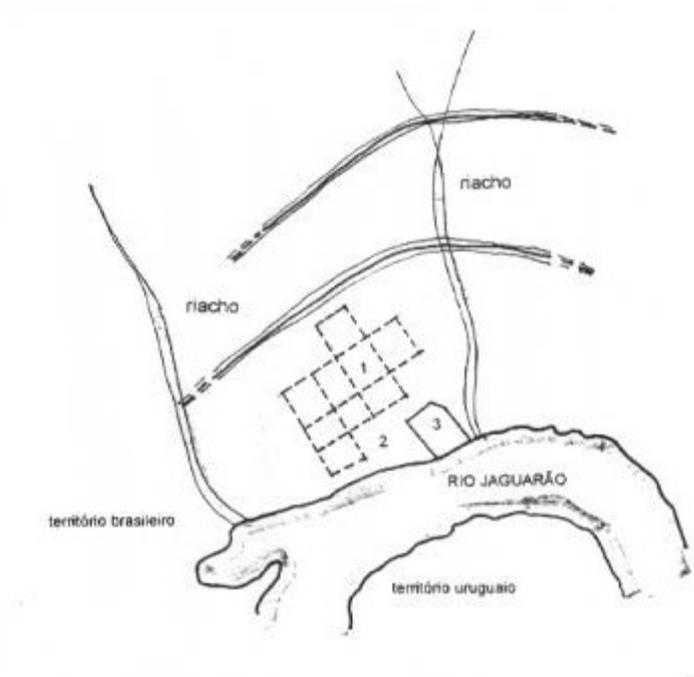


Fig. 56  
Sistema viário ainda precário -----  
Trincheiras -----  
1 Praça Militar; 2 Praça do Desembarque;  
3 Guarda Militar; 4 Igreja

## Esquema do núcleo em 1815

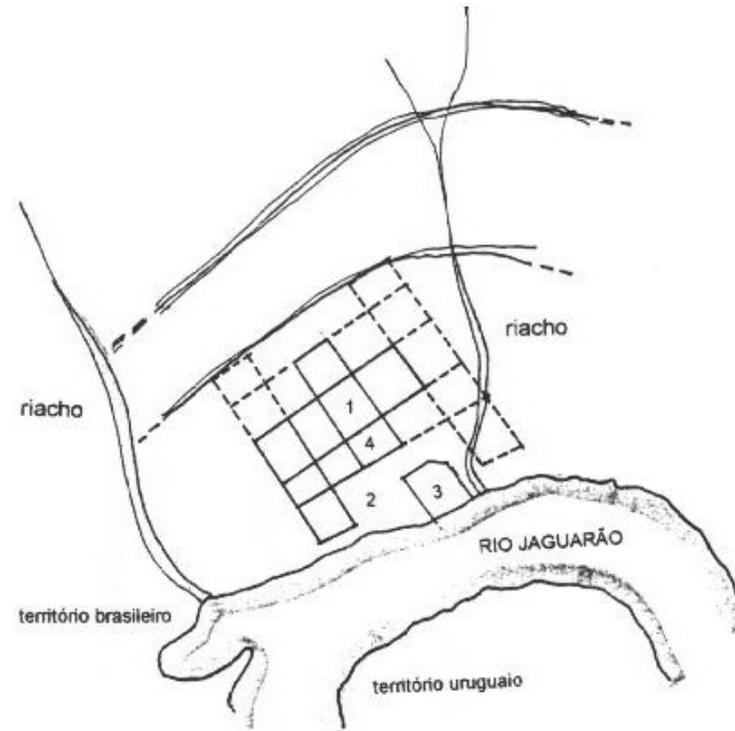


Fig. 57  
Sistema viário —————  
Sistema viário acrescentado - - - - -  
Trincheiras =====  
1 Praça Militar; 2 Praça do Desembarque;  
3 Guarda Militar; 4 Igreja

## Crescimento do núcleo até o final dos anos 50

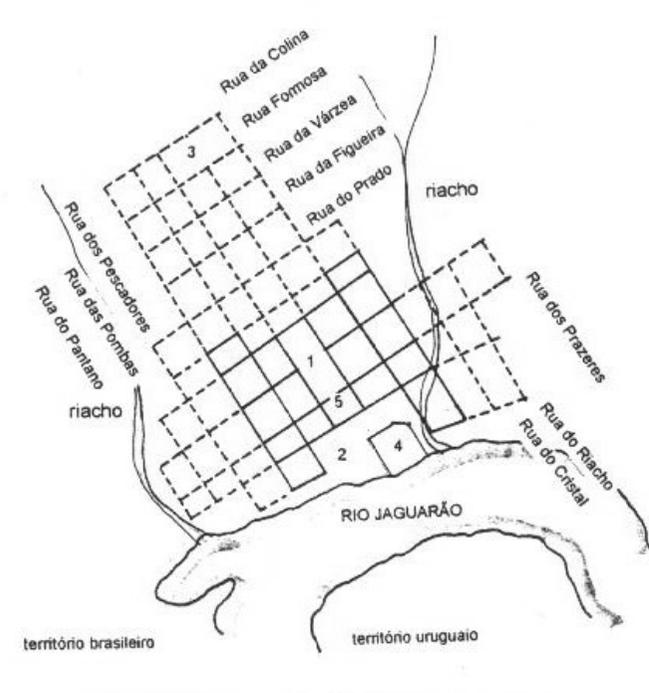


Fig. 58

Sistema viário

Sistema viário acrescentado

1 Praça Militar/Matriz; 2 Praça do Desembarque; 3 Praça Dom Afonso;  
4 Guarda Militar; 5 Igreja Matriz

## O crescimento do núcleo na década de 60

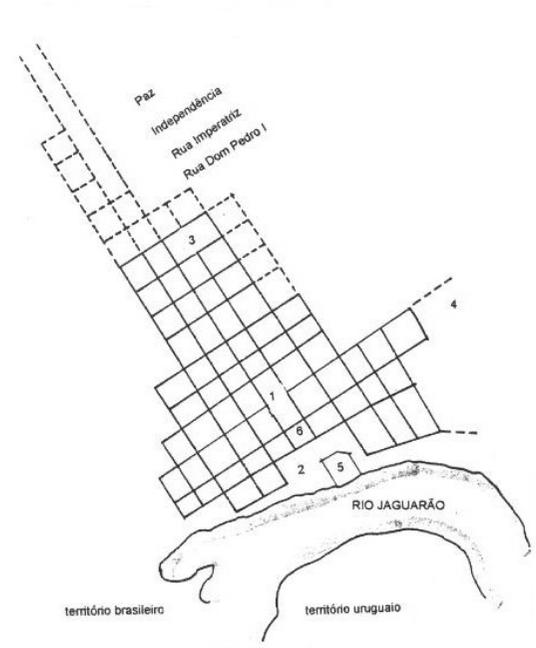


Fig. 59

Sistema viário

Sistema viário acrescentado

1 Praça Militar/Matriz; 2 Praça do Desembarque/Marinha; 3 Praça Dom Afonso; 4 Praça das Feiras; 5 Guarda Militar; 6 Igreja Matriz

## A estrutura urbana na década de 70

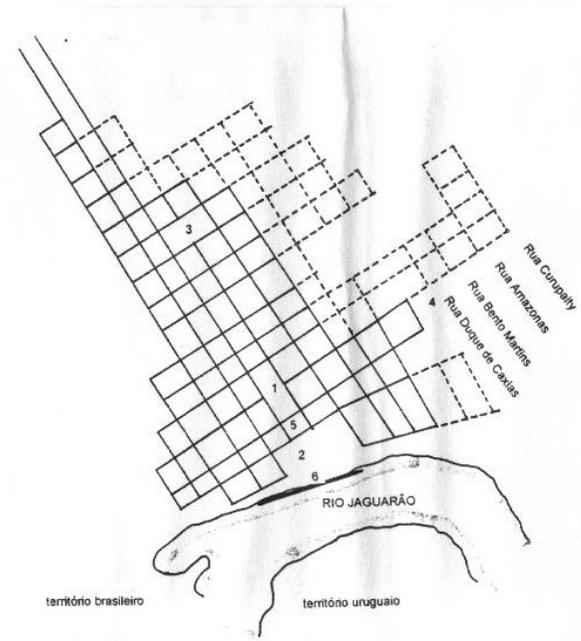


Fig. 60

Sistema viário

Sistema viário acrescentado

1 Praça da Matriz; 2 Praça do Marinha/Paissandu; 3 Praça Dom Afonso; 4 Praça das Feiras; 5 Igreja Matriz; 6 Cais do porto.

## A estrutura urbana nos anos 80

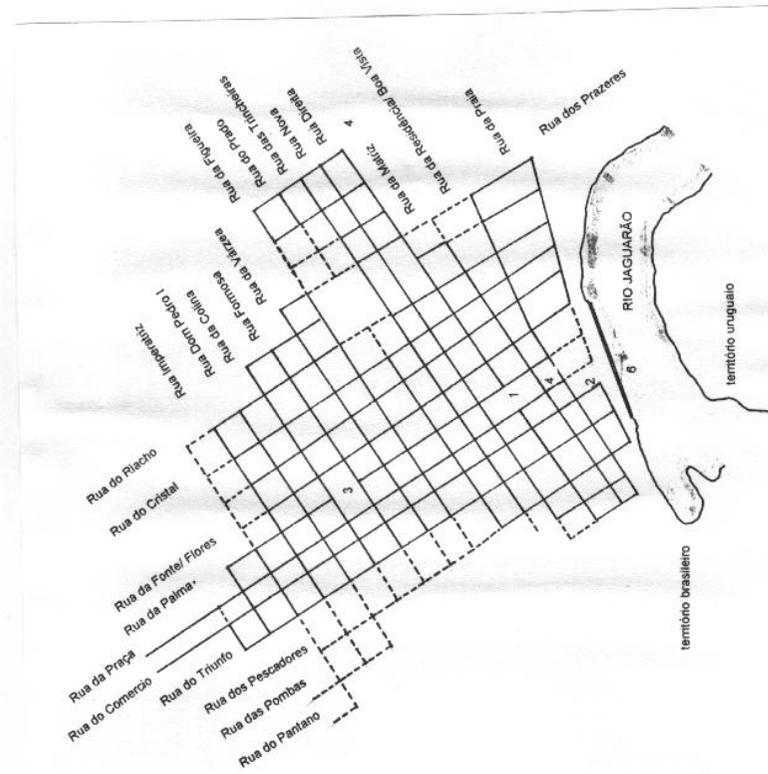


Fig. 61

Sistema viário

Sistema viário acrescentado

1 Praça da Matriz; 2 Praça do Marinha; 3 Praça Dom Afonso; 4 Praça das Feiras; 5 Igreja Matriz; 6 Cais do porto.

## A estrutura urbana na 1ª década do séc. 20

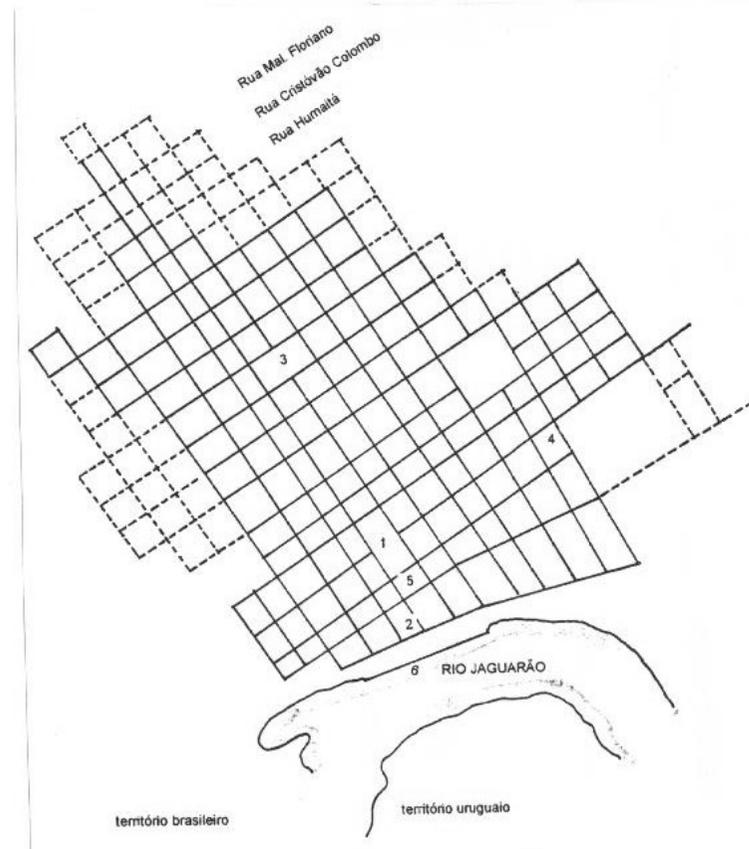


Fig. 62

Sistema viário

Sistema viário acrescentado

1 Praça da Matriz; 2 Praça da Marinha; 3 Praça Dom Afonso; 4 Praça das Feiras; 5 Igreja Matriz; 6 Cais do porto.